29 de abril
REVISTA DE HISTÓRIA

UEM

V1. n1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

V789 29 de abril: Revista de História / coordenador Roger Domenech Colacios. – Maringá, PR: UEM/PPH, 2021.

Vol. 1 n. 1 (dez. 2021).

Periodicidade semestral.

Disponível em: https://periodicos.uem.br/.

1. História - Periódicos. 2. Historiografia - Periódicos. 3. Regionalismo - Periódicos. 4. Cultura - Periódicos. I. Colacios, Roger Domenech, coord. II. Universidade Estadual de Maringá. III. Programa de Pós-graduação em História (PPH/UEM). IV. Título.

CDD 23.ed. 900

Márcia Regina Paiva de Brito CRB 9/1247

29 de abril
Revista de História

Equipe editorial

Coordenador da Revista pela Pós-Graduação
Prof. Dr. Roger Domenech Colacios (PPH/UEM)

Editores Chefes (números 1 e 2)
Arnaldo Martin Szlachta Junior (Egresso Doutorado PPH/UEM)
Bruno Sanches Mariante da Silva (Pós-Doutorando PPH/UEM)

Editores gerentes (números 1 e 2)
Cassio Augusto Samogin Almeida Guilherme (Egresso Doutorado PPH/UEM)
Guilherme Alves Bomba (Doutorando PPH/UEM)
Pedro Carvalho Oliveira (Egresso Doutorado PPH/UEM)

Editor de Seção
Daniela Reis de Moraes (Doutoranda PPH/UEM)
Rodrigo dos Santos (Egresso Doutorado do PPH/UEM)

Editor de Textos
Regina Daefiol (Egressa Mestrado – PPH/UEM)

Designer e redes sociais
Douglas Pastrello (Doutorando PPH/UEM)
Julia Piovesan Pereira (Mestranda PPH/UEM)

Layout
Julia Piovesan Pereira (Mestranda PPH/UEM)
Lucas Vieira dos Santos (Mestrando PPH/UEM)
Sofia Alves Cândido da Silva (Mestranda PPH/UEM)

Secretaria
Gabriela Bertrami Vieira (Egressa Mestrado– PPH/UEM)
Gabriela Harumi Araki (Mestranda – PPH/UEM)
Vinícius Tivo Soares (Mestrando PPH/UEM)

Capa v.1 n.1
Tayane Ferreira de Almeida (Mestranda PPGH/UFPE)

Conselho editorial

Aline Vanessa Locastre - UEMS
Ana Heloísa Molina - UEL
Diego Luiz da Silva - FIOCRUZ
Eder da Silva Novak - UFGD
Fabio Pontarolo - UFFS
Geovanni Cabral – UNIFESSPA
Janaína Zdebskyi - UFSC
José Francisco dos Santos - UFOB
Paulo Julião da Silva - UFPE
Marcio Carreri – UENP
Marcos Pirateli – UNESPAR
Paulo Roberto Souto Maior Junior - UFRN
Priscila Gontijo Leite - UFPB
Rafaela Arienti Barbieri - UFSC
Raimundo Nonato Pereira Moreira – UNEB
Thiago Groh de Mello Cesar - UFT
Thiago Henrique Pereira Ribeiro - UFRRJ
Wellington Amarante Oliveira – UFU
Wilian Junior Bonete - UFPel

29 de abril
Revista de História

Sumário

Apresentação 4
Arnaldo Martin Szlachta Junior e Bruno Sanches Mariante da Silva

História do tempo presente, historiografia e subjetividade: reflexões sobre a escrita histórica e o ofício de historiador 8
Rubem Almeida Mariano

A transmissão de experiências comunicáveis: um diálogo com Marc Bloch e Raymond Williams 24
Hiago Vaccari Maladrin

Aprígio Guimarães e as "Ligeiras considerações do methodo d'ensino seguido no Brasil" 39
André Luiz Maranhão Agostinho dos Santos

A paulatina afeição ao futebol no Estado do Rio de Janeiro: do elitismo à popularização (1910-1930) 57
Agnaldo Kupper

À sombra da chaminé: as conexões entre memória, esquecimento e ressentimento nas lembranças operárias de Telêmaco Borba (PR) 75
Juliana de Oliveira Teixeira

Apresentação

Arnaldo Martin Szlachta Junior
Bruno Sanches Mariante da Silva
Editores-chefes

É com grande entusiasmo que trazemos a público a primeira edição da *29 de abril Revista de História*, periódico organizado pelos discentes do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, no Paraná. Nossa revista pretende ser um contributo na construção do saber acadêmico nos diversos campos da área de História. Essa edição marca um momento importante na caminhada do Programa de Pós-graduação em História da UEM, dos discentes de graduações e pós-graduações em História e, principalmente, para a Ciência no Brasil, que vem sofrendo profundamente com cortes e ataques promovidos pelo atual governo federal.

A ideia desse periódico surgiu em novembro de 2017, numa reunião na sala 110 do bloco G34 da Universidade Estadual de Maringá. Na ocasião estiveram presentes alguns discentes que acreditaram na ideia, e se faz necessário nomeá-los: Alex Aparecido da Costa, Anelise Gregoleti, Arnaldo Martin Szlachta Junior, Cassio Augusto Samogin Almeida Guilherme, Célia Regina dos Santos, Cezar Felipe Cardozo Farias, Guilherme Tadeu de Paula, Gustavo Batista Gregio, João Paulo Pacheco Rodrigues, José Elias Lara e Saulo Henrique Justiniano Silva. Naquele momento foram dados os primeiros passos para construção do periódico, como a escolha do nome, que é uma homenagem à luta dos funcionários públicos do estado do Paraná contra os desmandos do governador Beto Richa. A sugestão foi dada por Saulo Henrique Justiniano Silva, que, além de doutorando no programa, também atuava como professor de História na rede pública do Estado do Paraná. O nome foi aprovado por ampla maioria daquele coletivo.

Após alguns anos, com a equipe editorial reformulada pela entrada de novos pós-graduandos, a *29 de abril* torna-se realidade. Agradecemos muito ao apoio dado pela Editora da Universidade Estadual de Maringá, principalmente na figura do professor Carlos Alberto Scapim, que nos auxiliou muito em nosso processo; como também ao Programa de Pós-graduação em História da UEM, nas figuras dos coordenadores professores Luiz Felipe Viel Moreira e Sezinando Luiz Menezes, que acreditaram nesse projeto.

Agradecemos também a todos que atuaram nos diversos cargos desse periódico. A reorganização da equipe editorial, formada por discentes da Pós-Graduação em História, envolveu um grande esforço coletivo, agradecemos também ao Luiz Vinicius Maciel, que gentilmente desenhou nossa logomarca inspirado num registro fotográfico realizado, por um dos membros da revista, durante o massacre de 29 de abril de 2015 em Curitiba. O resultado apresenta-se aqui e com felicidade viemos expor uma revista organizada, que tem como objetivo tornar-se uma referência entre periódicos produzidos por discentes. Queremos proporcionar um espaço de discussão e debate para discentes e pesquisadores dos cursos de História e áreas afins, do Brasil e do exterior.

Por princípio, além dos pesquisadores com doutorado, a *29 de abril* acolhe publicações de discentes de graduação, através da seção Primeiros Passos e de resenhas, e de pós-graduação em todas as outras seções, visando contribuir de forma qualitativa para a formação acadêmica e para o conhecimento humanístico. Apresentada de forma exclusivamente on-line, de forma a facilitar e amplificar a divulgação, a *29 de abril* contará com publicações semestrais. E nesse primeiro número trazemos a contribuição de cinco artigos:

O primeiro deles é o artigo de Rubem Almeida Mariano, **"História do Tempo Presente, historiografia e subjetividade: reflexões sobre a escrita histórica e o ofício de historiador"**, que analisa a já não tão nova perspectiva da História do Tempo Presente. Mais especificamente, o autor propõe um debate sobre a subjetividade humana enquanto elemento epistemológico poderoso na reflexão e produção histórica, requerendo, portanto, análise sobre a constituição do ofício do historiador e sua escrita.

Em abordagem semelhante, o texto de Hiago Vaccari Maladrin, intitulado **"A transmissão de experiências comunicáveis: um diálogo com Marc Bloch e Raymond Williams",** ocupa-se do conceito de experiência, bastante caro à História e já longamente apreciado pela historiografia. O artigo oferece uma investigação, no âmbito da História e da Comunicação, sobre o relato e o intercâmbio de experiências comunicáveis de indivíduos. Para tal, se vale de obras e das trajetórias de Williams e Bloch no contexto da Segunda Guerra Mundial e do pós-guerra.

Os três artigos que fecham nossa primeira edição analisam o Brasil em diferentes temporalidades. O texto **"Aprígio Guimarães e as 'Ligeiras considerações do methodo d'ensino seguido no Brasil'",** André Luiz Maranhão Agostinho dos Santos aborda a história das ideias,

acompanhando a trajetória do intelectual do Império brasileiro Aprígio Guimarães. O artigo esmiúça o método desenvolvido por Guimarães para o ensino, bastante calcado na retórica e na importação de ideias e valores europeus no Brasil da segunda metade do século XIX. A circulação e o manejo de conceitos e valores intelectuais e morais de origem europeia são o escopo da análise de Santos.

Em sequência, trazemos a público o texto **"A paulatina afeição ao futebol no estado do Rio de Janeiro: do elitismo à popularização (1910-1930)"** de Agnaldo Kupper. Analisando vasta documentação, o autor perscruta o processo de expansão, consolidação e popularização da prática futebolística através de seus times no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Kupper investiga o processo em que o futebol, como esporte, passa de prática ligada às elites a um grande espetáculo popular.

E, por fim, encerra esse número inaugural da *29 de abril Revista de História* o artigo **"À sombra da chaminé: as conexões entre memória, esquecimento e ressentimento nas lembranças operárias de Telêmaco Borba (PR)"** de Juliana de Oliveira Teixeira. A autora traz à tona um debate sobre memória e identidade abordando a trajetória de trabalhadoras e trabalhadores da indústria de celulose daquele município paranaense. O artigo busca refletir criticamente sobre a identidade da história oficial da cidade, calcada na trajetória de grandes homens e empresários que nas décadas de 1940 e 1950 na região se estabeleceram e alcançaram "sucesso". Os temas da memória e do ressentimento da obliteração são cruciais no processo de conscientização coletiva sobre as lutas de trabalhadoras e trabalhadores em diversas áreas, como a educação.

Convidamos todas e todos a conferir o conteúdo desta primeira edição, preparada com tanto empenho coletivo. Que a *29 de abril Revista de História* tenha vida longa!

29 de abril
Revista de História

História do tempo presente, historiografia e subjetividade: reflexões sobre a escrita histórica e o ofício de historiador

History of the present time, historiography and subjectivity: reflections on historical writing and the profession of historian

Rubem Almeida Mariano
Mestre em Ciência da Religião (UMESP)

Resumo: O presente artigo é uma reflexão sobre a presença da subjetividade na constituição da escrita histórica e do ofício de historiador na área da historiografia em História do Tempo Presente – HTP. Tem como objetivos: o geral: contribuir com uma reflexão sobre a relação entre os conhecimentos do campo da HTP, da historiografia e da subjetividade com vistas ao estabelecimento da cientificidade desse campo, e o específico: ressaltar a presença da subjetividade como elemento epistemológico importante na escrita histórica e no ofício de historiador na área da HTP. A questão problema é: quais achados teóricos sobressaem quando se considera a presença da subjetividade na produção historiográfica e no ofício do historiador na área da HTP? Trabalhamos com a hipótese de que a subjetividade humana é elemento epistemológico presente, importante e dele decorrem implicações em toda a produção historiográfica e no ofício de historiador no campo da pesquisa relacionada à HTP. Essa hipótese tem como marco referencial as elaborações de Dosse (2012) e de Delacroix (2018). Metodologicamente este trabalho está no campo da produção teórica e interdisciplinar que envolve história, filosofia e literatura. Dentre outros, os achados são: a subjetividade como idiossincrasia do ofício do historiador e de sua produção historiográfica; a produção da escrita histórica no campo da HTP passa necessariamente pelo exercício crítico do historiador no trato com as fontes documentais; é peculiar à escrita histórica, na HTP, a construção de narrativas e interpretações mediada pela subjetividade social do historiador.

Palavras-chave: Escrita Histórica; História do Tempo Presente; Ofício de Historiador e Subjetividade.

Abstract: This article is a reflection on the presence of subjectivity in the constitution of historical writing and the profession of historian in the field of historiography in History of the Present Time – HPT. Its objectives are: the general: to contribute to a reflection on the relationship between knowledge in the field of HPT, historiography and subjectivity with a view to establishing the scientificity of this field, and the specific: to emphasize the presence of subjectivity as an important epistemological element in historical writing and in the profession of historian in the HPT area. The problem question is: which theoretical findings stand out when considering the presence of subjectivity in historiographic production and in the historian's craft in the HPT area? We work with the hypothesis that human subjectivity is a present, important epistemological element, and it has implications for all historiographic production and for the profession of historian in the field of research related to HPT. This hypothesis is based on the elaborations of Dosse (2012) and Delacroix (2018). Methodologically, this work is in the field of theoretical and interdisciplinary

production that involves history, philosophy and literature. Among others, the findings are: subjectivity as an idiosyncrasy of the historian's craft and of his historiographic production; the production of historical writing in the field of HPT necessarily involves the critical exercise of the historian in dealing with documentary sources; the construction of narratives and interpretations mediated by the social subjectivity of the historian is peculiar to historical writing at HPT.

Keywords: Historical Writing; History of the Present Time; Office of Historian and Subjectivity.

Introdução

François Dosse é um dos historiadores que observa de forma pertinente questões referentes à construção do campo do conhecimento em História do Tempo Presente-HTP e seu *status* de cientificidade. Essas questões são encontradas em seu artigo intitulado: "História do Tempo Presente e Historiografia", publicado no ano de 2012, no Brasil. Apresenta um conjunto de reflexões que visa, por um lado, historicizar a emergência deste campo historiográfico e, por outro, deduzir sobre os problemas e desafios presentes na escrita da HTP (DOSSE, 2012).

Dosse (2012, p. 5) assim compreende logo nas primeiras páginas do seu artigo: "A noção de 'história do tempo presente' remete a uma noção que é ao mesmo tempo banalizada, controversa e ainda instável.". Apesar de René Rémond (DOSSE, 2012, p. 6) já ter afirmado anteriormente: "a batalha está ganha" ao se referir à HTP como conhecimento estabelecido junto à comunidade científica.

O próprio Dosse (2012, p.6) contesta essa afirmação ao advertir: "Mas se tratava ainda de uma afirmação de caráter performativo, pois a prática ainda permanece suspeita e ilegítima; ainda não considerada científica; confinada como um domínio separado, muito marcada por uma relação incestuosa com o jornalismo." Assim, observamos que sobressai um clima de dúvidas e divergências sobre o estatuto de cientificidade da HTP, quanto ao campo das publicações científicas desse conhecimento na área da História.

O presente artigo tem dois objetivos principais: um geral e o outro específico. O geral: contribuir com uma reflexão sobre a relação entre os conhecimentos do campo da HTP, da historiografia e da subjetividade com vistas ao estabelecimento da cientificidade dessa área de conhecimento, e o específico: ressaltar a presença da subjetividade como elemento epistemológico importante na escrita histórica e no ofício de historiador na área da HTP em História.

Este texto, por seu turno, tem como questão motivadora para o seu desenvolvimento a seguinte pergunta: quais achados teóricos sobressaem quando se considera a presença da subjetividade na produção historiográfica e no ofício do historiador na área da HTP? Trabalhamos com a hipótese de que a subjetividade humana é elemento epistemológico presente, importante e dele decorrem implicações em toda a produção historiográfica e no ofício de historiador no campo da pesquisa relacionada à HTP. Essa hipótese tem como marco referencial as elaborações de Dosse (2012) e de Delacroix (2018).

Metodologicamente, por sua vez, este trabalho está no campo da produção teórica e interdisciplinar. Foram utilizados referenciais teóricos de especialistas da área da ciência História, bem como procuramos proporcionar diálogos com outras áreas do conhecimento, como filosofia e literatura.

Do ponto de vista da estrutura e do desenvolvimento textual deste artigo, abordamos o tema da subjetividade e suas relações, especificidades e distinções na produção da escrita historiográfica e literária no contexto da produção no campo da HTP. Na tentativa de sermos práticos, fizemos referência às áreas da produção historiográfica e literária recentes. A primeira relacionada ao projeto de tese que desenvolvemos na Universidade Estadual de Maringá-UEM sob a orientação do Professor Doutor Reginaldo Benedito Dias. Essa produção historiográfica versa sobre o posicionamento político da Igreja Evangélica de Confissão Luterana – IECLB diante do regime militar, do AI-5/1968 a EMC-11/1978, durante os governos Médici e Geisel (MARIANO, 2021) e a segunda referência, no campo da literatura, versa sobre o livro romance de autoria do cubano Leonardo Padura (2018): “a transparência do tempo”.

Considerações iniciais

Ressaltamos que as reflexões apresentadas, neste artigo, nos remetem aos aspectos polêmicos inerentes e comuns, quando se trata de conceder, principalmente, a esses conhecimentos da HTP o *status* de cientificidade.

Dessa forma, notamos ainda que há suspeitas e preconceitos. Elas tendem a aumentar quanto mais esses conhecimentos têm relação com os conhecimentos epistemológicos baseados na

subjetividade e na sua importância, em nosso caso específico, para a compreensão da escrita histórica e do ofício de historiador no campo da historiografia da área da HTP em História.

Reiteramos, não obstante, que não temos nenhuma pretensão de solucioná-los ou de abordá-los em todas as suas dimensões ou aspectos possíveis. Uma vez que esse tema - HTP como *status* de cientificidade - na maioria das vezes é abordado *a priori* sob o prisma da tradição positivista, a qual, como sabemos, tem um forte imaginário social, no comunidade científica, como sendo o conhecimento científico e este no sentido da objetividade.

Assim, quando tratamos da categoria "subjetividade" e dos aspectos a ela relacionados, ainda pairam questionamentos e dúvidas epistemológicas e metodológicas. Não obstante, é importante frisar que as reflexões sobre esse campo da HTP oportunizam e possibilitam, por sua vez, um ambiente enriquecedor de questionamentos, das mais diversas naturezas, o que é positivo e extremamente necessário para o avanço da ciência e deste campo do conhecimento, em específico. Até porque todo e qualquer conhecimento, que pleiteia o estatuto de cientificidade precisa ser testado e comprovado. Não somente por seus pares, mas pela comunidade científica como um todo; bem como, deve ser continuamente verificado, para que o dito conhecimento científico possa permanecer sempre eficiente e eficaz, e, assim, cumprir os objetivos e conquistar o *status* e a respeitabilidade da comunidade acadêmica e intelectual como conhecimento científico.

Desenvolvimento

Concordamos e ampliamos o debate a partir das considerações de Dosse (2012) e de Delacroix (2018), que toda produção historiográfica, em especial, no campo da pesquisa relacionado à HTP é marcada de forma indelével e simultânea pela subjetividade humana e pelo ambiente cultural e social do tempo presente.

Este último, de forma especial, a partir das discussões apresentadas por Rousso (2016) sobre as interpretações possíveis sobre o nosso tempo, desde os possíveis significados de contemporâneo e as periodizações históricas possíveis de 1789, 1917, 1945, 1940, 1914, 1989 e 2001 até também as possíveis continuidades e descontinuidades associadas aos limites e fronteiras do campo de pesquisa da HTP.

Já com relação à primeira consideração: a subjetividade é um dos entendimentos amplamente reconhecidos nas áreas do conhecimento das ciências humanas e sociais. Ela guarda uma condição *sine qua non* do nosso tempo. De forma específica, toda e qualquer produção humana, em nosso tempo, está marcada por essa compreensão: o conhecimento científico é uma produção inexorável da subjetividade humana (MATOS, 2016). De tal forma, que a tradição apenas objetivista da ciência, não é de hoje que sofre duras e severas críticas à exemplo das clássicas defesas, como bem elaboradas e desenvolvidas de Thomas Kuhn (a estrutura das revoluções científicas), de Karl Popper (a teoria da falseabilidade), de Paul Ricoeur (sobre o caráter misto da epistemologia da História – objetividade e subjetividade), dentre outras (DOSSE, 2012 e DELACROIX, 2018).

Consideramos ainda, como Dosse (2012) que as reflexões sobre o tempo presente estão inseridas em uma rica e longa tradição, a qual ressaltamos, de forma peculiar, a passagem do século XIX para o século XX com a fenomenologia de Husserl. Este insistia sobre o presente e o tempo da consciência sob a sua magnífica elaboração da intencionalidade da consciência humana. Ou seja, toda consciência é consciência de alguma coisa, bem como se inscreve essa "intencionalidade longitudinal segundo a qual é ao mesmo tempo a retenção do que acabou de se produzir e a protensão da fase a vir" (DOSSE, 2012, p. 14). Assim, compreendemos a subjetividade como uma idiossincrasia que constitui o ato de ofício do historiador e de sua produção historiográfica sobre o tempo presente.

Nesse sentido, aprofundamos a presente reflexão sobre a subjetividade humana na escrita histórica e no ofício de historiador tomando outras observações pertinentes de Dosse (2012) e de Delacroix (2018) que ressaltam também a importância da noção do regime de historicidade a partir de Hartog (2013), o qual ressalta, por sua vez, de forma concomitante: "o espaço da experiência" e "o horizonte de expectativa". Ambas as elaborações apontam o estado de confluência entre a historicidade e a subjetividade humana em História.

Assim, a escrita histórica, como produto cultural e social, é constituída e constituinte. Constituída pelas condições cultural, social, política, econômica e religiosa, as quais estão sob a esfinge, na atualidade, do chamado presentismo (o que mais adiante iremos refletir), ou seja, a HTP paradoxalmente tem tido o valor que tem, ao nosso modo de ver, justamente por ser uma produção peculiar e próprio deste tempo presente.

É constituinte, porque ela é produtora de compreensões e entendimentos da própria história viva que se desenrola e que faz parte; portanto, a epistemologia e metodologias da HTP são elementos extremamente necessários para os enfrentamentos sociais e culturais do nosso próprio tempo. Dessa forma, a produção historiográfica, sobre temas e eventos relacionados a HTP exala necessária e respectivamente regimes de historicidades, bem como regimes historiográficos. Logo, fica assinalada que a historiografia da HTP é um produto histórico e produz compreensões e interpretações históricas peculiares sobre temas e eventos circunscritos e relacionados ao nosso tempo. Nessa perspectiva, reiteramos a afirmação de Rousso (2016, p. 231): "a história do tempo presente constitui um antídoto e não um sintoma."

Aprofundando um pouco mais a presente reflexão sobre a presença da subjetividade na escrita histórica e no ofício de historiador, e considerando o que até aqui já foi exposto, é oportuno refletirmos sobre a importância da epistemologia da HTP a partir do regime de historicidade.

Pergunta Dosse (2012): a relação com o passado mudou a nossa relação com o futuro: um novo regime de historicidade? Ele mesmo responde essa questão ressaltando as seguintes mudanças, as quais ele considera significativas: 1) há uma presença marcante do passado no espaço público, que não é nova, mas que ganhou intensidade; 2) vive-se uma crise de historicidade em função da crise de noção de futuro, consequentemente e 3) crise de todas as escatologias e colapso das teologias e, assim, modificado essencialmente, nossa relação com o passado. Nessa linha de raciocínio, conclui Dosse (2012, p.6) "[...]abrindo-o sobre um presente exposto, em uma forma de presentismo[...]". E em seguida o referido autor assim comenta:

> Esta situação é marcada pelo desaparecimento gradual de toda cronosofia que dá um sentido imanente à "flecha do tempo". A busca por sentido deslocou a atenção para a ação no momento de sua realização. Isto colocou foco sobre o presente como detector de sentido relacionando-o com a memória, a comemoração, o patrimônio e a arquivização. A crise do futuro deixa cada vez mais indeterminado o que deve ser dignificado como histórico, gerando daí a indistinção daquilo que pode acionar o horizonte de expectativa. (DOSSE, 2012, p .6)

Exatamente aqui queremos, iniciar propriamente, a relação da presente reflexão com o projeto de tese e o livro já devidamente citados acima.

Primeiramente, a observação de Dosse ressalta que há uma presença marcante do passado no espaço público, que não é nova, mas que ganhou intensidade.

Observamos, desde 2018, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, e, hoje em 2021, com o aprofundamento de sua política atual. Um passado recente que persiste no tempo presente. Na cena do espaço público sob a esfinge da busca de uma regime antidemocrático com uma face nova, que se tem denominado genericamente de patriotismo. Observamos que esse patriotismo se expressa numa atitude negacionista. Nega-se o conhecimento científico sob o argumento de expressão democrática. Boicota-se com atos dissimulados no espaço público por meio de palavras e ações. Combatem-se personalidades científicas, jornalísticas, intelectuais, artistas, religiosas dentre outros. Uma negação mais precisamente do outro, como se este não estivesse exercendo o patriotismo Esses, por tanto, não são reconhecidos pelo presidente Jair Bolsonaro como interlocutores legítimos, dentro dos parâmetros de uma sociedade democrática de direito. É um dos muitos sintomas de irracionalidade que se vive em nosso tempo presente no Brasil.

Contudo, para garantir o estado democrático de direito, observamos que tem sido exigido, no limite do possível, dos outros poderes da República – Judiciário e Legislativo – intervenções constantes e urgentes com a finalidade de garantir as condições mínimas dentro dos marcos institucionais, as quais estão salvaguardadas na Constituição de 1988. Um exemplo é o voto impresso auditável como proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentado na Comissão de Justiça da Câmara de Deputados (BARBIÉRI, 2021). Todavia é justamente da relação desse governo com os direitos constitucionais – como o das garantias do cidadão ao direito do sufrágio sem ser cerceado, que nos faz observar que o passado antidemocrático desliza caprichosamente para o tempo presente.

No caso do Brasil, ao nosso ver, se vive um regime de historicidade presentista, o qual expressa uma crise do futuro, principalmente nos campos da política e do social. Para onde vai o Brasil? Quais os referencias ou balizas como nação? Onde elas se encontram? Uma vez que se pode observar narrativas ou construções que suscitam eventos passados como se os mesmos ainda estivessem em disputa e não houvessem passado, mas permanecem presentes.

Referimo-nos objetivamente ao tempo do regime militar: os governos Médici e Geisel, de 1968 a 1978. Nesse período, o uso do poder do Estado foi extremamente abusivo no Brasil. As pesquisas e a literatura especializadas nos dão conta de narrativas de um período antidemocracia e contra sistematicamente os direitos humanos revelando um período marcado pelo poder estatal para matar, torturar e fazer sofrer física e mental centenas de pessoas identificadas ou não, que fizeram

críticas ou frente aos ideais do regime, conforme nos informa o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014).

Diante disso, compreendemos que uma pesquisa à luz da epistemologia da HTP pode contribuir para a construção coletiva de conhecimentos sobre o referido período no Brasil. De uma maneira especial, investigar arquivos históricos de uma instituição religiosa expressiva do sul do país – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB – com sua riqueza documental pode apontar vestígios e indícios para a construção de narrativas que possam dar sentido, norte ou lançar luzes sobre o tempo presente.

Ou seja, servir como referência histórica para o nosso tempo, que se encontra marcado pelas ameaças às instituições democráticas e públicas, como é o caso da Saúde Pública que tem sido solapada como no caso do combate a Covid-19. Um exemplo cabal do que se afirma é a crise sanitária – ações contra a Covid-19 pelo Governo Bolsonaro. Segundo a Fiocruz: "Brasil está na maior crise sanitária e hospitalar da história" (MONTEIRO, 2021).

Nessa perspectiva, ressaltamos que o tempo presente revela um passado que não quer passar (NOLTE, 1986). Guardadas as devidas proporções, como o passado nacional-socialista dos alemães com Hitler e o tempo presente na Alemanha dos nossos dias. Segundo Alvares (2015) a maioria da população alemã rejeita o nazismo, mas a extrema-direita persiste nos novos estados da Alemanha. Logo, notamos que vivemos um passado que teimosamente "pipoca", "insistente" e até certo ponto, se apresenta de "forma intrusiva" e "latente", como um transtorno de estresse pós traumático – TEPT – CID F43.1 (OMS – CID 10, 1993), no cenário público do tempo presente, em nosso caso, no Brasil.

Por outro lado, sem dúvida, que há algo de excepcional nesse passado que não passa. Por isso, esse tempo – do golpe e do regime – merecem sempre novos estudos e revisitações. Nessa direção, é que apresentamos o projeto, como uma pesquisa interdisciplinar relacionada ao segmento religioso – os evangélicos – que tem sido considerado, pela opinião pública como os fiéis apoiadores do atual governo e que num passado recente, também, apoiaram as ações ditatoriais de um governo militar que assumiu o poder por meio de um golpe contra o então presidente João Goulart em 1964.

Portanto, é imprescindível discernirmos como esse momento histórico foi constituído, nos meandros institucionais, entre líderes e liderados, durante os anos a serem pesquisados sobre o

regime, de 1968 a 1978, para compreensão do passado, mas também lançar luzes sobre o tempo presente e assim, poder construir leituras plausíveis que posso estruturar um futuro menos incerto ou caótico.

Afinal, o que nos acomete na atualidade, em especial, no campo político e social, no Brasil, é digno de nota. Essa relação do passado recente da política sob o mando do golpe e do regime com o Governo Bolsonaro no tempo presente. Como se esse passado deslizasse para o tempo presente. Nesse sentido, cabe a seguinte questão sem nenhuma pretensão de responder neste artigo - até porque essa questão já é assunto para um outro artigo - mas apenas queremos apresentá-la a título de exemplo de um passado que não passa como o ocorrido com João Goulart – Jango em 1964: o que ocorreu com a então Presidenta da República Dilma Rousseff, em 2014, não foi um golpe também?

Isso nos fez pensar nas sensações que tivemos ao ler o livro: "a transparência do tempo" entre passado e presente. Porque os capítulos se entrelaçam no desenrolar do romance, ora, no tempo presente de Mario Conde e ora no tempo passado de Antoni Barral. Sobre esse entrelaçamento entre passado e presente afirma Padura:

> Em todos os casos em que busco contextos históricos, faço isso com um olhar ou intenção contemporânea, atual: a História me ajuda a iluminar e entender o presente, a comprovar que em essência a condição humana, uma vez que somos seres sociais, com comportamentos similares que, ainda que não possamos falar de circularidade no transcurso do tempo, suas espirais às vezes se aproximam tanto que se tocam e se replicam [...]. (ISTO É, 2018, p. 1)

É bem isso mesmo. Como espirais que se tocam e se replicam. Dá sentido ao tempo presente. Carregado de subjetividade e construções romanescas do passado e do presente, dentre outras questões que sobressaem.

É isso que percebemos ao ler o romance "a transparência do tempo" de autoria de Leonardo Padura. Um romance que conta a história de um ex-policial cubano Mario Conde, às vésperas de completar sessenta anos, assiste ao encolhimento da oferta de livros usados que era seu ganha-pão, assume um caso, a pedido de um ex-colega de escola, de nome Bobby, para recuperar a estátua de uma Virgem negra que lhe fora roubada. Como é comum em romance policial a história é cheia de mistérios e de reviravoltas.

Podemos observar que os capítulos são intercalados com o tempo presente da personagem principal, Conde, com as lendas que envolvem a escultura, a Virgem negra, tendo como pano de

fundo a zona rural da Catalunha, desde a Idade Média até a Guerra Civil Espanhola à imagem da santa negra pelas ruas de Havana do tempo presente de Conde, entre o submundo dos cortiços, do tráfico de drogas e da vida precarizada e o rico ambiente dos colecionadores e galeristas, muitas vezes envolvidos em contrabando e venda ilegal de obras de arte. Assim, passado e presente se entrelaçam, de forma dinâmica e criativa, a serviço da construção ficcional, de mais uma história do personagem Mario Conde.

Em nota sobre o romance, ao final do livro, o autor observa:

> A transparência do tempo é um romance e deve ser lido como tal. A realidade presente e passada tem fundamentos históricos, contextos e cenários reais, mas trabalhados em função da escrita e do emprego romanescos. Como se diz agora: é inspirado (ver dicionário) em fatos reais. Os capítulos do romance que se deslocam para o passado são uma recriação completamente fictícia de personagens e cenários encravados em vários momentos históricos documentados. Respeitei a essência desses períodos ou situações, como sempre, numa ficcionalização que parte da pesquisa histórica exaustiva. A aldeia La Vall de Sant Jaume é obra da minha imaginação, e com ela tento reproduzir qualquer outra pequena aldeia da Garrotxa catalã, com sua estrutura e suas paisagens. A Virgem negra, Nossa Senhora de La Vall, também é fictícia, mas, como muitas outras Virgens negras românicas que existem ou existiram e desapareceram ou foram destruídas, tem uma história e uma origem que poderiam ter sido as que criei. Por sua vez, os episódios do presente cubano apoiam-se no conhecimento vivo e no questionamento de uma realidade que faz parte da minha própria vida e experiência, embora o procedimento investigatório da trama policial da qual Mario Conde participa seja pura ficção. (PADURA, 2018, p. 471)

Fizemos questão de transcrever essa citação, apesar de ser um pouco longa, para retratar o cerne das reflexões entre os dois gêneros textuais: científico e ficcional.

Observamos que é peculiar no tempo presente a construção da escrita marcada pela forma indelével da construção de narrativas ou de leituras interpretativas da história sobre o passado ou o presente. Ambos os gêneros, científico e ficcional, são construções que revelam seu modo próprio de ser. O primeiro, construído a partir de indícios e de vestígios de fontes documentais que alimentam e limitam a construção narrativa da escrita histórica. O segundo, como já devidamente esclarecido acima por Padura (2018), o gênero ficcional é construído levando em conta os fatos existentes, mas não é limitante para a construção da escrita, que se desenvolve de forma ficcional ao sabor do seu criador.

Dessa maneira, quando esse fenômeno ocorre, o que nos parece é que a condição angustiante outorgada pelo presentismo, para retomar as reflexões feitas até aqui, pode ser enfrentada inicialmente em busca de compreensões dos comportamentos sociais e políticos e,

posteriormente, desenvolver juízos a partir do sentido científico e ético, como observa Delacroix (2018) sobre o projeto da objetividade e da verdade da história em Paul Ricoeur, o qual chama de "imbricação do julgamento histórico e do julgamento moral". Assim, como observa Padura: "a História *(passado)* me ajuda a iluminar e entender o presente". (ISTO É, 2018, p.1 Grifo do autor).

Compreendemos que as reflexões sobre o tema, até o momento, têm mostrado aspectos necessários, como a subjetividade e o tempo; este último, por sua vez, mais relacionado ao quesito do regime de historicidade.

Caminhando para o final deste artigo, queremos abordar um pouco mais sobre a história como ciência e os aspectos subjetivos do ofício de historiador na produção historiográfica relacionada à HTP.

É importante e necessário registrar que a história como ciência tem vários objetos de investigação; por exemplo, a classe e tradicional divisão da história nos oferece as seguintes áreas como objetivo de pesquisa: história antiga, medieval, moderna e contemporânea. Todas exigem do historiador e de seu exercício o dever de responder à verificabilidade de suas asserções e de suas falsificações relacionadas às fontes e à fase documental, conforme observa Dosse (2012), sobre as elaborações teóricas respectivamente de Karl Popper e de Paul Ricoeur.

Diante disso, ressaltamos a importância da história como ciência primando pelos aspectos rigorosamente epistemológicos, metodológicos e éticos do historiador na produção da escrita histórica. Isso quer dizer no trato e no desenvolvimento do seu ofício, em especial, com as fontes documentais.

Observamos ainda, bem lembrado por Dosse (2012, p. 8), o conceito de Ricoeur de representância. Esse conceito assinala "[...] se a História é narração, discurso, escrita, ela carrega uma intencionalidade, que é aquela de seu horizonte veritativa [...]" (DOSSE, 2012, p. 8). Por isso, cabe ao historiador, no seu exercício, desenvolver a tarefa de construir uma história reflexiva e crítica das fontes, que leva em conta a âncora discursiva, compreende Dosse (2012).

Tal entendimento ressaltam aspectos da Subjetividade do carácter científico da escrita histórica e do ofício de historiador e, por sua vez, ambos os aspectos devem ser observados, na produção da escrita histórica, em especial, sobre a HTP, não como letargia do real, como observa Dosse (2012, p. 8-9), "[...], mas como expressão de uma tensão entre, de um lado, o desejo de

perceber o que aconteceu[...], e do outro, o questionamento que emana do presente do historiador [...]". Essa percepção como observada por Dosse (2012) pode ser realçada e reforçada pelas palavras do romancista cubano Padura: "[...] em todos os casos em que busco contextos históricos *(do seu romance),* faço isso com um olhar ou intenção contemporânea, atual." (ISTO É, 2018, 1 destaque do autor).

Desta forma, podemos notar que a produção da escrita histórica no campo da HTP passa necessariamente pelo filtro e pelo exercício crítico do historiador no trato com as fontes documentais, bem como da sua autopercepção sobre as suas próprias ações, as quais são necessárias para o cumprimento ético do seu ofício, como fazedor da história como ciência. Nesse particular, o historiador deve explicitar a partir do seu lugar de fala, de forma transparente. Isso implica em uma relação ética diante dos seus pares, da comunidade científica com um todo, e da sociedade em geral, onde ele se encontra.

Igualmente, podemos entender os aspectos apresentados e reiterados, neste artigo, sobre a presença da subjetividade na escrita histórica e no ofício de historiador, especificamente, sobre o fazer história científica, pois no ato mesmo de pesquisar revela-se a história como conhecimento mediado. Entre o posicionamento do historiador, em relação à pesquisa com os aspectos externos e internos; os primeiros marcados pelo distanciamento espaço-temporal e os internos pela intencionalidade subjetiva do historiador (lugar de fala e pertença social, cultural e política). Por isso, devem se envidar todos os esforços morais e éticos por parte do historiador. Por conseguinte, é redundante afirmar que fazer história é uma construção, como já assinalou Lucien Febvre (DOSSE, 2018). Ou seja, a ciência no fazer história tem na subjetividade uma de suas idiossincrasias.

Por fim, para corroborar com as reflexões e diálogos com os textos escolhidos, citamos os estágios apresentados no artigo de Dosse (2012), sistematizados sobre o "eu pesquisa" em Paul Ricoeur, em que este autor enfatiza de forma contundente a presença da subjetividade nos estágios do desenvolvimento da pesquisa:

1. Estágio: processo de armazenamento dos documentos: observa-se o exercício de escolher, julgar e de interpretar;
2. Estágio: explicar/compreender: observa-se a subjetividade histórica a partir da causalidade que o historiador quer enfatizar;

3. Estágio: subjetividade ativa: observa-se de forma ativa, dinâmica e criativa a intervenção da subjetividade humana: fazendo relação, análise e síntese entre o próprio sujeito do historiador e seu objeto de pesquisa, quer na linguagem do passado para o presente e na construção interpretativa para o tempo presente, ou seja, nomear termos contemporâneos (atuais), o que não é mais nomeado, pois são do passado. Um significativo esforço aqui deve ser empregado e;
4. Estágio: o caráter subjetivo e humano do conhecimento histórico: observa-se, de forma tácita, uma vez que a pesquisa tem de comunicada, ela é apresentada em um texto, na escrita histórica, o conhecimento construído e produzido pelo historiador.

Diante disso, conclui Dosse (2012, p. 9) que este e os demais estágios do "eu pesquisa" em Ricoeur apontam que: "a escrita histórica está em uma relação instável, presa entre o que lhe escapa, o que está sempre ausente e o desejo de tornar presente, ou ainda, de tornar visível o ter-sido". Tal dinâmica, assinala mais uma vez a presença da subjetividade humana no trabalho do historiador.

Considerações finais

Podemos afirmar, considerando o que foi apresentado acima, neste artigo, que tomou as elaborações de Dosse (2012) e de Delacroix (2018) como hipótese, a qual seja: que toda produção historiográfica, no campo da pesquisa relacionada à HTP é marcada pela subjetividade humana. Essa hipótese se mostrou viável e sustentada racionalmente.

Sobre a questão que motivou o desenvolvimento deste trabalho, foram identificados alguns achados teóricos que sobressaíram a partir da subjetividade como elemento epistemológico importante na produção historiográfica e no ofício do historiador na área da HTP em História, os quais sejam:

1. Toda produção historiográfica, em especial, no campo da pesquisa relacionado à HTP é marcada pela subjetividade humana e pelo ambiente cultural e social.
2. A subjetividade é um elemento idiossincrático que constitui o historiador, seu ofício e sua produção historiográfica.

3. A escrita histórica, o historiador e a subjetividade humana têm relação direta com o regime de historicidade que aponta para as seguintes elaborações heurísticas: “o espaço da experiência” e “o horizonte de expectativa”.
4. A escrita histórica, como produto cultural e social, é constituída e constituinte do seu tempo.
5. A produção historiográfica, por sua vez, sobre temas relacionados a HTP exalam necessária e respectivamente regimes de historicidades, bem como regimes historiográficos.
6. A historiografia da HTP é um produto histórico que se apresenta como necessário para a produção de compreensões e interpretações históricas sobre temas e eventos circunscritos e relacionados ao tempo presente.
7. A produção historiográfica da HTP pode ser contextualizada num regime de historicidade presentista, que enaltece o presente como se o mesmo fosse uma força centrípeta puxando passado e futuro para o tempo presente, fazendo que ambos – passado e futuro – sejam ofuscados, bem como fazendo do passado como se o mesmo deslizasse constantemente para o tempo presente.
8. Ao relacionar o tema deste artigo com o projeto de pesquisa – o posicionamento da IECLB durante os governos Médici e Geisel, de 1968 a 1978 – à luz da epistemologia da HTP fica a compreensão que podemos contribuir com a construção coletiva de novos conhecimentos sobre o regime e de suas relações com as instituições religiosas no Brasil.
9. É peculiar à escrita histórica, na HTP, a construção de narrativas e interpretações mediadas pela subjetividade social do historiador sobre o passado ou presente.
10. A importância da história como ciência deve primar pelos aspectos rigorosamente epistemológicos, metodológicos e éticos do historiador na produção da escrita histórica, ou seja, no trato e no desenvolvimento do seu ofício e, em especial, com as fontes documentais.
11. Reiteramos que a produção da escrita histórica no campo da HTP passa necessariamente pelo exercício crítico do historiador no trato com as fontes documentais, bem como da sua autopercepção sobre as suas próprias ações e limitações, as quais são necessárias para o cumprimento ético do seu ofício, como fazedor da história como ciência.

12. Cabe ao historiador o deve explicitar de onde fala. Pois de forma transparente, essa atitude implica numa relação ética diante dos seus pares, da comunidade científica e da sociedade em geral.
13. Por fim, ressaltamos que a escrita histórica da HTP a despeito do rigor científico que o valha, como produto humano, da subjetividade do historiador, aponta, dentre outras questões, para o universo efêmero da pesquisa com as suas limitações e instabilidades na apreensão do fenômeno histórico.

Referências bibliográficas

ALVARES, Rodrigo. Maioria da população alemã rejeita nazismo, mas extrema-direita persiste. *Uol*; São Paulo, 07 de maio de 2015. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2015/05/07/maioria-da-populacao-alema-rejeita-nazismo-mas-extrema-direita-persiste-nos-novos-estados-federados.htm. Acesso em: 12 de nov. 2020.

BARBIÉRI, Luiz Felipe. Comissão Especial da Câmara rejeita PEC do voto impresso; proposta deve ir a plenário. *G1*; Brasília, 05 de agosto 2021 Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/05/comissao-da-camara-rejeita-pec-do-voto-impresso.ghtml . Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

DELACROIX, Christian. *A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?* Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Revista do Programa de Pós graduação em História*, Florianópolis, v.4.n.1, p.5-22, jan/jun, 2012. 10.5965/2175180304012012005. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/2014. Acesso em 06 nov 2020.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

ISTO É. Em novo livro, Padura reflete sobre o presente a partir de dores passadas. *Caderno Cultural*, 2018. Disponível em: https://istoe.com.br/em-novo-livro-padura-reflete-sobre-o-presente-a-partir-de-dores-passadas/. Acesso em: 7 de jan, 2021.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

MARIANO, Rubem Almeida. *Do AI-5/1968 a EMC-11/1978: o posicionamento político da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB durante os governos Médici e Geisel. Projeto de tese (Doutorado em História Política).* Programa de Pós-graduação em História. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

MATOS, J. *Os ideais de subjetividade e objetividade na história*: o paradigma da verdade. Disponível em: http://www.uab.furg.br/course/view.php?id=1085 . Acesso em 15 jan. 2016.

MONTEIRO, Carlos Henrique. Brasil está na maior crise sanitária e hospitalar da história, segundo Fiocruz. *G37*, 20 de março de 2021. Disponível em: <https://g37.com.br/c/brasil-esta-na-maior-crise-sanitaria-e-hospitalar-da-historia-segundo-fiocruz/brasil-esta-na-maior-crise-sanitaria-e-hospitalar-da-historia-segundo-fiocruz>. Acesse em: 15 jan. 2021.

NOLTE, E. O passado que não quer passar – um discurso que não pôde ser escrito, mas não proferido. *Frankfurtes Allgermeine Zeittung*, 1986. Disponível em https://pt.scribd.com/document/364853980/20080623-passado-que-nao-quer-passar-pdf Acesso em: 15 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. CID-10. Classificação de Transtornos Mentais e do Comportamento da CID- 10: descrições clinicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PADURA, L. *A transparência do tempo*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ROUSSO, H. *A última catástrofe*: a história, o presente e contemporâneo / Henry Rousso; tradução de Fernando Coelho, Fabricio Coelho – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

29 de abril
Revista de História

A transmissão de experiências comunicáveis: um diálogo com Marc Bloch e Raymond Williams

The exchange of communicable experiences: a dialogue with Marc Bloch and Raymond Williams

Hiago Vaccaro Malandrin
Mestre em Educação (UNICAMP)

Resumo: Partindo de uma perspectiva histórica e cultural, adotando Marc Bloch e Raymond Williams como referências para o debate da história no contexto do pós-guerra, este artigo abordará os pontos de contato acerca da transmissão de experiências no campo da história e da cultura, procurando evidenciar como os problemas referentes às experiências comunicáveis dos indivíduos é motivo de debate na produção de ambos autores. O texto se organizará em dois momentos: primeiro, trará uma discussão sobre os sentidos de transmissão de experiências, comunicação e de formação de tradições em ambos autores, destacando os usos e sentidos dado; segundo, discutirá a paridade na lógica na produção de Bloch e Williams sobre os meios de comunicação.

Palavras-chave: Comunicação; História; Marc Bloch; Raymond Williams.

Abstract: From a historical and cultural perspective, adopting Marc Bloch and Raymond Williams as references for the debate on history in the post-war context, this article will address the points of contact regarding the transmission of experiences in the field of history and culture, seeking to highlight how the problems related to the communicable experiences of individuals is a matter of debate in the production of both authors. The text will be organized in two moments: first, it will bring a discussion about the meanings of transmission of experiences, communication and formation of traditions in both authors, highlighting the uses and meanings given; second, it will discuss parity in logic in Bloch and Williams' production of the media.

Keywords: Communication; History; Marc Bloch; Raymond Williams.

Introdução

> Aliás, por que a frágil arte de escrever a história escaparia à crise geral de nossa época? Abandonamos um mundo sem sempre termos tido tempo de conhecer ou mesmo de apreciar seus benefícios, seus erros, suas certezas e seus sonhos — diremos o mundo do primeiro século XX? (ARÓSTEGUI, 2006, p. 18)

A assertiva destacada nos coloca no ponto de partida desse artigo: evidenciar como um processo histórico é afetado por um sentimento de crise. Mas de qual processo e de qual crise estamos falando? Trata-se do processo de transmissão de experiências comunicáveis, entendida aqui como um dos muitos processos humanos de registro e manutenção da história. Acerca da crise, não estamos pontuando um evento em particular, mas assinalando um sentimento geral do pós-

guerra, evidente no discurso histórico após a primeira guerra e que se acentua ainda mais após o segundo conflito mundial.

Não é nosso foco debater propriamente sobre a guerra e suas implicações, mas partiremos da premissa de que a experiência da guerra causou uma profunda oscilação na produção intelectual sobre o pensamento histórico contemporâneo. Quando observamos os nomes que se debruçaram sobre o problema da guerra e suas implicações para os mais variados campos do conhecimento, observamos como todos esses sujeitos e suas produções, mesmo que não compartilhem proximidades geográficas, parecem nos apresentar problemas similares e leituras parecidas sobre o tema. Ainda que estejamos falando de uma visão comum a um grupo de autores, as semelhanças nos problemas observados nos é importante, uma vez que grande parte destes está ocupada em relacionar grandes crises históricas com os avanços da historiografia de seu tempo. Estamos reproduzindo aqui uma assertiva bastante comum, como podemos observar, à caráter de exemplo, nos trabalhos de Walter Benjamin, François Dosse, Julio Aróstegui, Ernst Curtius, Fernand Braudel, e também Marc Bloch e Raymond Williams.

Entretanto, se estamos operando com uma assertiva tão comum entre tantos autores de diferentes tempos e áreas do conhecimento, por que escolher especificamente os nomes Marc Bloch e Raymond Williams? Para responder à essa questão iremos perpassar de forma breve o entendimento de Ernst Curtius sobre os avanços no campo da história em sua visão mais generalizada. O autor nos conta como os representantes desse progresso "são sempre indivíduos isolados que em razão de abalos históricos, como guerras e revoluções, são levados a encarar novos problemas" (CURTIUS, 1996, p. 34). E, dentro desse espectro de "indivíduos isolados" que são levados a encarar novos problemas, podemos situar Bloch e Williams, conhecendo que ambos tiveram experiências pessoais com a guerra, que apresentaremos sucintamente.

Após findar os estudos acadêmicos, Bloch segue para a Fundação Thiers, sendo convocado para combater na Primeira Guerra Mundial. Ao receber baixa após ser ferido em batalha, ingressa na Universidade de Estrasburgo. Seus escritos se encerraram em meio ao contexto da Segunda Guerra, aos 58 anos do autor, ao ser detido, torturado e assassinado pelos alemães em Lyon em 1944. Williams, por outro lado, é convocado para a Segunda Guerra ao ingressar no curso superior de Cambridge, servindo até 1945 ao pedir baixa. Ao retornar, assumi o papel de tutor de adultos e,

mais tarde, assume as cadeiras de na Universidade de Cambridge, continuando sua produção até seu falecimento em 1988, com 66 anos.

A escolha em enfatizarmos as figuras de Marc Bloch e Raymond Williams, portanto, não é fortuita, uma vez que os dois nomes apresentam uma afinidade tripla que os tornam centrais nesse artigo. Primeiro, ambos são tidos, respectivamente, como referências para estudos da história e da cultura; segundo, os autores compartilham uma mesma experiência com a vivência da guerra; e terceiro, ambos apresentam raciocínios semelhantes sobre o problema da transmissibilidade de experiências, como iremos discutir. Não obstante, tentaremos evidenciar também como Bloch mobiliza questões da cultura – de uma cultura registrada e comunicável – para compor um estudo no campo da história, enquanto Williams evoca questões históricas – contrapostas aos relatos presentes na literatura inglesa – para a construção de um debate no campo da cultura; de maneira que esses dois modos de fazer história parecem convergir para a temática semelhante aqui apresenta.

A transmissibilidade de experiências em Marc Bloch e Raymond Williams

Iniciaremos nossa argumentação retomando o processo chamado de "cristalização da historiografia", ocorrido ao longo do século XX, que conferiu à disciplina novos contornos e características (ARÓSTEGUI, 2006, p. 101). Como nos conta o historiador espanhol Julio Aróstegui, para assumir a forma que conhecemos hoje, a historiografia, enquanto área do conhecimento, passou por um processo de criação, consolidação e estabelecimento de grandes paradigmas entre as décadas de 1930 e 1970 (ARÓSTEGUI, 2006, p. 101). É conhecido também que grande parte do processo de organização desses paradigmas foi estruturado em função das duas grandes guerras. Se combinarmos o raciocínio apresentado à passagem de Curtius que introduzimos anteriormente referente aos nomes do progresso histórico sempre estiveram associados às crises históricas (CURTIUS, 1996, p. 34), temos, não por coincidência, que entre 1930 e 1970, encontramos também a organização da Escola dos Annales, movimento historiográfico originário da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre ainda nos anos de 1929. Referente a esses dois nomes, é importante ressaltar que manteremos nosso foco em Bloch, uma vez que, além de estar no início do recorte temporal

apresentado, também é o responsável por elaborar escritos durante suas diferentes experiências pessoais com a guerra, com destaque para "A estranha derrota" (1946), obra na qual se debruça sobre a derrota francesa de 1939; e "Apologia à história. Ou o ofício de historiador" (1949), que veio a ser uma publicação póstuma, organizada por Lucien Febvre, em função do assassinato de Bloch durante a Segunda Guerra, e que é tido como a pedra fundamental da historiografia moderna.

A combinação das ponderações de Aróstegui e Curtius nos permite inferir que o movimento iniciado por Bloch junto a Escola dos Annales no contexto de um momento de crise e de guerra é, simultaneamente, constituidor e constituinte do processo de revisão da historiografia contemporânea e vem a ocasionar um avanço na história enquanto disciplina. Vejamos então o que está contido no interior da produção de Bloch em relação a esse assunto:

> [...] os grandes desastres da humanidade estão longe de sempre terem servido à história. [...] Sob nossos olhos, as duas guerras mundiais riscaram de um solo, carregado de glória, monumentos e depósitos de arquivos; nunca mais poderemos folhear as cartas dos velhos comerciantes de Ypres, e presenciei, durante a derrota, o prontuário de um exército queimar. No entanto, por sua vez, a pacífica continuidade de uma vida social sem rasgos de febre mostra-se menos favorável do que às vezes se acredita à transmissão da memória. (BLOCH, 2001, p. 85)

Podemos ler ao longo da citação a afirmação da destruição e perdas ocasionadas pela guerra e seus impactos negativos à história, mas, o que nos interessa reside no final da passagem: "a pacífica continuidade de uma vida social sem rasgos de febre mostra-se menos favorável do que às vezes se acredita à transmissão da memória" (BLOCH, 2001, p. 85). Aqui temos a temática da transmissão de conhecimentos e de experiências em destaque pelo próprio autor, de modo que, em contrapartida a destruição da guerra – que vai na contramão da história e de todo seu progresso –, nos é indicado que uma cronologia sem crises não propõe mudanças e reajustes aos registros e à historiografia vigente de seu tempo. Contudo, no treco destacado, também observamos uma mudança de perspectiva por parte do autor. Ainda estamos sendo informados de uma história escrita por grandes desastres, mas não estamos falando de uma história mais geral, ou de todo um campo do conhecimento. Bloch volta-se à transmissão de uma memória em especial, o autor está aproximando-se de uma história dos indivíduos, composta por meio da transmissão de suas experiências.

O assunto da transmissão de experiências no contexto pós-crise – e em especial no contexto do pós-guerra – não é exclusivo de Bloch. Walter Benjamin é um dos primeiros a debruçar-se acerca desse assunto, elaborando a tese de que, após a experiência da primeira Grande Guerra, os soldados regressavam "pobres em experiências comunicáveis" e se mantinham silenciados em seus locais de origem. Nesse cenário, as experiências narrativas da guerra – e muitas vezes anteriores a ela – não eram transmitidas, e, por conseguinte, eram abandonadas dado ao horror vivido durante a guerra (BENJAMIN, 1986, p. 198). O problema principiado por Benjamin é essencialmente a descontinuidade da comunicação entre os sujeitos em razão à experiência da guerra. Dessa forma, o passado, enquanto uma experiência social – individual ou coletiva –, enfrenta um processo de ruptura em suas mais variadas formas e meios de transmissão, o que afeta diretamente a interação entre os sujeitos de uma mesma sociedade.

Tomado conhecimento dessa discussão mais geral, se voltarmos nossa atenção novamente à figura de Bloch, podemos enxergar a dualidade presente em sua citação. O que nos interessa, portanto, é o contraste entre a destruição da guerra e a transmissão de experiências. A realidade concreta e viva é subvertida, de modo que o problema do estudo da história não é mais exclusivamente atribuído exclusivamente às fontes materiais (e nem pode, tendo em vista a destruição e perda material ocasionado pela guerra), passando a residir também na antítese entre a continuidade ou interrupção de dado fato histórico. E a materialidade dessa antítese não são mais "monumentos e depósitos de arquivos", mas sim os sujeitos responsáveis pela transmissão de dada memória. Entretanto, como destacamos anteriormente, a crise que se estabelece no pós-guerra vai além de uma ruptura na produção intelectual e na historiografia: é introduzida também uma ruptura na comunicação entre os sujeitos. Em outras palavras, entendemos que o momento de crise parece lesionar toda uma tradição originariamente construída coletivamente e que passa a perder seus significados valorativos pela ausência da transmissão de experiências comunicáveis.

Para justificarmos essa afirmação e prosseguir com nosso texto, precisaremos recorrer ao estudo de duas palavras de importância similar: comunicação e tradição. A escolha em trabalhar com palavras vem da afirmação de Bloch que, "para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário" (BLOCH, 2001. p. 59). Aqui iremos inverter os papéis, pois, se os sujeitos não mudam de vocabulário mesmo quando mudam de costumes, imaginamos que Bloch e Williams, enquanto indivíduos, façam o

mesmo, mantendo o uso de um mesmo vocabulário que se aquilata e ganha nossos sentidos ao longo diferente produções dos autores. Referente à Bloch, é importante mencionarmos que a palavra "comunicação" não aparece explicitada nos trabalhos referenciados ao longo do artigo, de modo que para continuarmos nosso argumento, assumiremos os testemunhos analisados pelo autor como um tipo de transmissão de experiência marcada pela presença de um processo comunicativo, e, portanto, cabível dentro do sentido de comunicação. Estipulamos essa proximidade tendo em vista que nosso autor está atento "à transmissão dos testemunhos, aos encontros entre historiadores [...], às 'trocas de informações', a tudo o que chamaríamos hoje de comunicação em história". (BLOCH, 2001, p. 27).

Começaremos explicando a escolha em trazermos um método bastante comum nas produções de Williams, em que, partindo de uma palavra em particular, procuramos entender como certas ideias são gestadas em âmbito social, cultural e intelectual em torno dela ao longo da história. Referente à escolha do método indicado, podemos indicar que também estamos amparados por Bloch, uma vez que, nos termos do autor, "o papel de uma palavra, na língua, não fosse, assim como seu próprio passado, comandado pelo estado contemporâneo do vocabulário: reflexo, por sua vez, do estado social do momento" (BLOCH, 2001. p. 59). Entretanto, não estamos falando aqui de uma análise mais geral da palavra "comunicação", mas sim de seus usos especializados em um dado período, e por isso iremos manter nosso recorte temporal, para podermos analisar, a partir de seu emprego histórico no período entre duas guerras, como Bloch e Williams a mobilizam em seus trabalhos.

Começando pela análise de Williams, temos que a partir de 1950, com o desenvolvimento de novos meios de transmitir informações e manter contato social, comunicação passou a ser utilizada para referir-se a mídia de um modo mais geral – assim como a seus meios de difusão –, mas o que nos interessa aqui é, principalmente, o uso estabelecido antes da Segunda Grande Guerra. (WILLIAMS, 2007, p. 102). No início do século XX, indica Williams, os sentidos de comunicação oscilavam entre dois substantivos: o de ação, representado pela atividade de transmitir algo em comum, como "um processo de mão única"; e o de partilhar, do sentido de comunhão, como "um processo comum e mútuo". Desse embate, o que permanece é um sentido intermediário entre o "tornar comum" e "partilhar" (WILLIAMS, 2007, p. 102). Particularmente para Williams, o processo comunicativo é composto pelas etapas de transmissão, recepção e resposta. A

comunicação é iniciada pela transmissão de significados comuns de dadas instituições sociais, os quais são recepcionados pelos sujeitos, ou seja, é a capacidade de entender esses significados, e resposta é a capacidade de modifica-los de qualquer forma, seja expandindo, excluindo partes ou ainda propondo um novo significado.

Não por coincidência, Bloch parece observar o mesmo ao questionar se ao lermos "Heródoto ou Froissart, as Memórias do marechal Joffre ou as notícias [...] dadas pelos jornais", não acabamos por "nos conformar exatamente ao que os autores desses escritos esperavam de nós?" (BLOCH, 2001. p. 76).[1] O questionamento parte da premissa de que tudo que "o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele" (BLOCH, 2001. p. 77). O que Bloch evidencia para nós é como diferentes testemunhos históricos, independentemente de sua origem ou finalidade, carregam as marcas de um processo comunicativo: nos transmitem uma informação que foi articulada por um sujeito, e, exatamente por sabermos que existe um sujeito do outro lado do testemunho, partilhando essa informação, somos levados a nos conformar em aceita-la. O ato de nos conformamos ocorre em função desse tipo de registro histórico, assim como qualquer outro, ser passível de inexatidões, "erro ou de mentira" (BLOCH, 2001. p. 77). O problema se agrava, por outro lado, quando a inexatidão de um "testemunho" transmitido se torna a de "muitos homens" que o partilham de forma superficial e incompleta, o que, nos termos de Williams, deixa de ser um processo comunicativo, uma vez que não há resposta.

Entretanto, a culpa não recai sobre o testemunho. E, na verdade, não nos interessa a quem a culpa pode ou deve ser atribuída, porque o que realmente interessa para Bloch, assim como para nós, é o entendimento do processo que leva a esse problema de comunicação. Se analogamente aproximarmos nosso problema histórico a uma doença comum, como propõe Bloch, veremos que o "contágio supõe duas coisas: gerações de micróbios e, no momento em que a doença se instala, um 'terreno'." (BLOCH, 2001. p. 60) O autor está nos indicando então que uma transmissão incompleta ocorre quando temos um terreno propício para isso, ou seja, quando o meio social apresenta em uma situação que permite esse tipo de problema. Isto porque, o "carvalho nasce da glande. Mas carvalho se torna e permanece apenas ao encontrar condições de ambiente favoráveis"

[1] Nesses termos, Williams também apresenta um debate semelhante, de forma que, em "O Campo e a Cidade" (1973), o autor menciona como "a medida que nos alongamos nessa viagem no tempo, é claro que está em jogo algo mais que aritmética e, evidentemente, algo mais que história", ao analisar os registros literários ingleses, afirmando por que "para nos defendermos de relatos sentimentalizados e intelectualizados [...] precisamos do mais aguçado ceticismo" (WILLIAMS, 2000, pp. 23-24).

(BLOCH, 2001, pp. 58-59), e o mesmo vale para o processo de transmissão, que só ocorre quando há um terreno social favorável.

Quando pensamos naquilo que permanece em um discurso ou registro histórico e as razões de sua permanência, nos aproximamos também das ponderações de Raymond Williams sobre a organização de uma tradição em termos da história de uma sociedade. Dito isso, partiremos da perspectiva de que todo testemunho histórico que encontra espaço para sua circulação está circunscrito dentro de uma tradição. Para a discussão em torno de tradições, que nos remete à problemática de um terreno propício que antecede a circulação de certos significados, partiremos da premissa de que "Por mais intacta que suponhamos uma tradição, faltará sempre apresentar as razões de sua manutenção" (BLOCH, 2001, p. 58). Razões, que segundo o autor, são razões humanas. Em contrapartida, Williams parece nos apresentar tais razões ao cunhar dois conceitos: "estrutura de sentimento" e "tradição seletiva", os quais discutiremos agora.

Williams inicia seu argumento indicando que a cultura de um período é todo um modo de vida daquela sociedade, representando o sentimento social vivido e sentido numa determinada época (WILLIAMS, 2011, p. 63). A formulação de "estrutura de sentimento", desse modo, faz menção à existência de significados comuns que são conhecidos ou que precisam ser aprendidos como a parte mais básica das formas culturais dessa dada época (WILLIAMS, 2011, p. 65). Mas, esse processo de transmissão de significados não é imperturbável, de modo que, certos significados, guardadas as devidas proporções, compõem determinadas tradições, que nos termos do autor, fazem parte do conceito de "tradição seletiva". Tal conceito atua como o elemento conectivo entre a "cultura vivida" de um determinado tempo e espaço e a "cultura registrada" em testemunhos, impressos ou imagens de uma época (TLR.66). A "tradição seletiva" de uma sociedade encarega-se, portanto, de delimitar o que será mantido como uma tradição, mas também "de rejeitar uma parte significativa" de sua memória (WILLIAMS, 2003, p. 60).

Nesse contexto, "a seleção será regida por diversos interesses especiais" (WILLIAMS, 2003, p. 60), de modo que a experiência ou o significado existente

> no interior dos termos de uma cultura dominante e efetiva, é sempre transmitido como "a tradição", o "passado importante". Mas o principal é sempre a seleção, o modo pelo qual, de um vasto campo de possibilidades do passado e do presente, certos significados e práticas são enfatizados e outros negligenciados e excluídos. Ainda mais importante, alguns desses significados e práticas são reinterpretados, diluídos, ou colocados em formas

> que apóiam ou ao menos não contradizem outros elementos intrínsecos à cultura dominante e efetiva (WILLIAMS, 2005, p. 217)

Partindo da citação, podemos inferir que nenhum indivíduo pode recuperar totalmente a memória de um tempo passado, exatamente por essa estar comprometida com os interesses de uma "cultura dominante" (WILLIAMS, 2005, p. 217). Williams observa como na seleção dos elementos que irão permanecer em uma tradição, exise muito mais do que um período histórico registrado: há uma seleção contínua e interpretativa do que irá ser tido como um registro para além do tempo presente.[2]

Ainda que para Williams não importe o valor moral ou a veracidade dos testemunhos, o autor reconhece que "algumas dessas testemunhas [...] escreviam sobre suas vivências pessoais" (WILLIAMS, 2000, p. 23), de modo que o "que é necessário investigar, nestes casos, não é a veracidade histórica, e sim a perspectiva histórica" (WILLIAMS, 2000, p. 23). Aqui, observamos com o pensamento de Williams encerra o ciclo que iniciamos com as premissas de Bloch em relação aos testemunhos e dos conhecimentos comunicáveis ao indicar que "a pacífica continuidade de uma vida social sem rasgos de febre mostra-se menos favorável do que às vezes se acredita à transmissão da memória" (BLOCH, 2001, p. 85).

Aproximações e distanciamentos no problema da comunicação

Enquanto, Bloch, nosso autor da revista dos Annales, é crítico e debate a difusão de informações e conhecimentos não verídicos ou incompletos no meio social e seus impactos na discussão histórica, Williams formula um conceito-chave para tratar de como valores sociais são mantidos ou apagados pela ação dos homens no tempo, independentemente da veracidade desses conhecimentos. Os distúrbios da vida coletiva e a permanência de informações e valores são elementos presentes em uma discussão que perpassa as obras selecionadas dos autores, ainda que com suas diferenças, que debateremos agora.

Para discutir as diferenças entre os autores precisamos entender brevemente como permanência de certos significados é afetada pela comunicação de massa, sendo essa uma causa

[2] Sob uma perspectiva mais geral, temos François Dosse nos indicando que esse processo é entendido como a forma sob a qual as próprias gerações são capazes de comunicar visões de mundo específicas, de forma que algumas visões em especial são capazes de se manter em função de ações políticas, econômicas e históricas (DOSSE, 1992, p. 55).

direta da permanência – ou não – de processos no meio social para ambos os autores, ainda que cada um deles escreva em diferentes momentos sobre elementos conexos. Retomando o debate sobre as permanências e rupturas – ou daquilo que continua e daquilo que muda –, continuamos a leitura de Marc Bloch, uma vez que, embora o autor não se estenda propriamente no debate das mudanças e permanências, ele nos apresenta a seguinte passagem:

> Ora, esse tempo verdadeiro é, por natureza, um *continuum*. É também perpétua mudança. Da antítese desses dois atributos provêm os grandes problemas da pesquisa histórica. Acima de qualquer outro, aquele que questiona até a razão de ser de nossos trabalhos. Sejam dois períodos sucessivos, recortados na sequência ininterrupta das eras. Em que medida — o vínculo que estabelece entre eles o fluxo da duração prevalecendo ou não sobre a dessemelhança resultante dessa própria duração — devemos considerar o conhecimento do mais antigo como necessário ou supérfluo para a compreensão do mais recente? (BLOCH, 2001, p. 55)

Para que possamos responder a essa questão, teremos como apoio a noção de "guerras da história", do historiador Josep Fontana. Com a referida expressão, o autor nos mostra como a história, no século XX, foi construída de forma circunspecta pelo poder e interesses do Estado e das classes dominantes ao qual ela está condicionada. Isto porque, o que interessa a estes é a garantia da "transmissão" de versões da história que lhes seja favorável. As classes dominantes, segundo Fontana, não temem a história, pelo contrário: procuram produzir e difundir o tipo de história que lhes convém, ou seja, uma história que não se dedica aos interesses mais gerais de uma sociedade (FONTANA, 2004, p. 344). A escrita da história, assim, sempre esteve em poder das classes dominantes, que a utiliza para manter seu status e garantir a continuidade do que é considerado uma "história verídica" (FONTANA, 2004, p. 344) convincente de personalidades e eventos, em detrimento de uma história social autêntica.

Tendo em vista que essa mesma discussão aparece dispersada em diferentes obras de Williams, com destaque para *The Long Revolution* (1961) e *Communcations* (1962), destacaremos aqui um intérprete nacional de nosso autor. Alexandro Paixão, ao tratar dessa temática, escreve que segundo Williams

> a organização da comunicação no pós-guerra foi feita para lucrar e não para ser útil – no sentido de utilidade, que pressupõe, para Williams, cooperação, algo contrário ao sentido de consumo. E quanto mais se expandiram os métodos e atitudes dentro do mundo dos negócios da publicidade e propaganda, mais se desenvolveram os meios de comunicação. A síntese aparece em tom de contradição: democracia e propriedade dos meios de comunicação se desenvolveram juntas e promoveram tanto a expansão genuína para o

> desenvolvimento da comunicação humana quanto o lucro de grandes empresas de publicidade. Os dois maiores processos culturais do pós-guerra aconteceram juntos e se resumiram na expansão dos setores populares e na ênfase no mercado consumidor através das grandes massas de audiências. Estes eventos são ao mesmo tempo consequência, de um lado, do desenvolvimento da democracia inglesa, de outro, da expansão da propriedade, formando uma nova cultura, só que "sintética", isto é, planejada para uma venda rápida e descartável para as massas. (PAIXÃO, 2017, p. 27)

Williams observa que, graças à circulação de jornais e programas de rádio e televisão, essas formas culturais passaram por um processo de modificação conforme novos leitores e telespectadores passavam a consumir esses meios de comunicação. Porém, os processos de "transmissão, recepção e resposta" (WILLIAMS, 1966, p. 9) não se deram de forma efetiva, uma vez que as condições de acesso aos meios escritos e midiáticos permaneceram desiguais no mundo do pós-guerra.[3] É admirável como a formulação tem paridade com o trecho de mesma temática encontrada no "Apologia da história", em que Marc Bloch, ao escrever sobre o uso das informações, reconhece que "As do momento presente, para dizer a verdade, estão muito próximas de nós para já passarem por uma análise exata" (BLOCH, 2001, p. 106), uma vez que, particularmente no contexto de momentos de ruptura, "na particularíssima sociedade das trincheiras que a formação dessas notícias parece mais interessante de ser estudada. O papel da propaganda e da censura foi, à sua maneira, considerável" (BLOCH, 2001, p. 107). Porém, Bloch e Williams, ao menos nos livros aqui selecionados, não atingem o ponto de discutir sobre como a produção historiográfica de informações e relatos sofre dos males da imposição da construção de uma história que corresponda, simultaneamente, a determinados interesses históricos, sociais, econômicos e também culturais.

E a maneira de manutenção dessa história construída e difundida é o constante controle dos conteúdos históricos transmitidos através do ensino, visando sempre a manutenção do conhecimento já estabelecido. Atingido o debate referente a educação e a transmissão de valores pela construção da história, podemos nos voltar novamente aos autores centrais deste trabalho. As questões que se constituem enquanto obstáculos para ambos autores no campo do ensino e da transmissão de informações podem ser acomodadas na questão do uso das palavras. Nos ocorre

[3] Mais sobre esse assunto pode ser lido em Dosse: "O outro dado novo do pós-guerra manifesta-se na formidável revolução tecnológica. O crescimento bate à porta depois do longo expurgo vivido durante quatro anos. [...] A Internacionalização não somente da economia, mas também da comunicação, da informação entre os homens dos diferentes continentes, torna necessária uma reorientação do discurso do historiador que se adapte à nova consciência do tempo histórico." (DOSSE, 1992. p. 39).

perguntar ainda, se a educação diz respeito à formação das novas gerações e as transmissões de experiências que realizamos, como alguns momentos agudos, ou como menciona Bloch os "rasgos de febre", interferem nesse processo? Ou seja, procuraremos responder de que maneira é afetada a transmissão de experiências, enquanto um processo educativo, nesse tempo dos autores.[4]

Para Bloch, toda crítica da construção da história reside na discussão sobre o tempo contínuo, mas há uma crítica em especial do autor que nos indica que existe um "clima social" que não se reproduz no caminhar da história, e evidencia isso ao citar que o uso das palavras muda conforme se muda o clima social, de forma a ganharem novos usos e agregar novos significados convenientes (BLOCH, 2001, p 68). Para além disso, Bloch é astuto ao entender que as relações sociais definem características que exemplificam as palavras em uso, de forma que, entendemos a crítica do autor como o entendimento da criação de um vocabulário social que está em constante mudança dado os usos das palavras, seja nos meios de comunicação oficiais, seja nos materiais de ensino, seja nas interações sociais (BLOCH, 2001, p. 59). Para Williams o uso das palavras é igualmente importante em sua obra. Como salienta Paixão, Williams nota que após a Segunda Guerra se agravaram a certos problemas de comunicação social, de modo que "dificuldade de comunicação entre os homens, estranhamento da linguagem ou o uso de determinadas palavras, de certas palavras-chave, é, portanto, uma das expressões dessa crise" (PAIXÃO, 2017, p. 13). Para discutirmos essa problemática, precisamos recuar a 1946, quando Williams começa a trabalhar como tutor de adultos no programa extramuros de Oxford, passando a produzir simultaneamente programas de estudos e escritos sobre o tema das palavras-chave para a sociedade trabalhadora inglesa. Tais programas de estudo se tratam de um esforço orientado para desenvolver uma nova linguagem entre os adultos trabalhadores. O objetivo central era de produzir, a longo prazo, uma nova sociedade, compreendida não somente como uma rede de novos arranjos políticos e econômicos, mas também como um processo de aprendizagem e comunicação, algo que as "palavras-chave" poderiam contribuir enquanto uma forma de auxílio na produção de um saber (PAIXÃO, 2017, p. 13).

[4] Referente a esse debate no campo da literatura, podemos citar o livro "Os anos" de Annie Ernaux. O mesmo trata-se de uma biografia escrita em 1ª pessoa do plural, que pretende falar dos registros de uma geração a partir das experiências vividas pela autora. Ela nasceu em 1940 e tinha apenas cinco anos quando a guerra terminou, mas, é profundamente marcada pelas histórias contadas pela família a respeito da guerra.

Notamos assim que ambos autores abordam as dificuldades que emergem pela massificação da informação e que colocam em segundo plano as experiências comunicáveis de grupos sociais, indicando essas dificuldades como problemas reais do século XX. Todavia, ambos também constroem formas pessoais de agir sobre essas dificuldades, colocando em evidência o papel das palavras, da comunicação entre pessoas iguais, como uma ferramenta para o entendimento – no caso de Bloch – e de formação – no caso de Williams – de uma sociedade que se reorganiza no pós-segunda guerra. Enfatizamos por fim, que há uma diferença sutil entre as formulações de Bloch e a as formulações de Williams, que parecem derivar, respectivamente, dos estudos sobre uma perspectiva de história e dos estudos sobre uma perspectiva de cultura. Isto porque Williams não entende que as dificuldades emergem somente pela massificação da informação, até porque o autor não utiliza esse termo em especial, porém, Williams concorda em outras coisas; concorda que as relações de propriedade dos meios de comunicação são concentradas na mão de um grupo pequeno, e continua esse debate por meio da produção de críticas direcionadas a esse tipo de apontamento.

Considerações finais

> O homem em série, ao sofrer o poder dos meios de comunicação de massa, torna-se um indivíduo Impotente, passivo e sua participação social desaparece. Esse homem tem apenas um futuro passivo. Encontramos na escola dos *Annales* um belo exemplo de adaptação a essa sociedade dos meios de comunicação de massa. Ela se instala como moda cultural, ao apresentar uma história em migalhas em uma sociedade cada vez mais fragmentada. Esses recuos para o indivíduo e para os tempos antigos imóveis são sintomáticos de um futuro abandonado à única lógica, por vezes louca, do desenvolvimento de forças produtivas não dominadas. (DOSSE, 1992, p. 72)

Essa passagem é de François Dosse, e acredito que ela nos seja mais contemporânea do que possa sugerir. Ainda que aprendamos a encarar a história cada vez mais em fragmentos – ou migalhas – e ainda que a comunicação de massa obscureça as experiências comunicáveis dos indivíduos, é interessante ver como dois homens com trajetórias e construções teóricas similares, mas distantes geograficamente, elaboram argumentos que perpassam a discussão da história, da cultural e da comunicação.

Marc Bloch e Raymond Williams nos ensinam, cada um à sua maneira, sobre a relação dos indivíduos com seu tempo histórico e a como repensar a relação entre nós mesmos e o que nos é transmitido, bem como com aquilo que transmitimos ou pretendemos transmitir. Mas os autores

debatidos vão além: nos mostram como não há – não em tom de desesperança – um meio de superar o que já está dado; não há como superar a correnteza truculenta de informações montadas, mas sempre há a opção de seguir esse movimento pela sua margem – enquanto algo alheio ao movimento central –, construindo uma experiência comunicável de forma mais lenta, mas sem deixar de construir, continuando a discutir aquilo que não se pode deixar de debater acerca do ensino em uma sociedade que desde a primeira metade do século XX encara os mesmos problemas. Procuramos assim evidenciar a contradição entre a comunicação de massa que obscurece as experiências comunicáveis dos indivíduos e o fato de que os dois autores quando desafiados por um tempo histórico comum se colocaram a refletir em torno de questões muito próximas.

Referências bibliográficas

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica – teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Obras Escolhidas, v. 1).

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura europeia e Idade Média latina*. São Paulo: Hucitec, Ed. da Universidade de São Paulo, 1996

BLOCH, Marc. *Apologia à história. Ou o ofício do historiador*. Trad. Andre Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

DOSSE, François. *A história em migalhas. Dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio, Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

PAIXÃO, Alexandro Henrique. *Raymond Williams: História intelectual inglesa, cultura e educação de adultos no pós-guerra*. *In:* 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2017. Anais Eletrônicos do 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt15-26/10732-raymond-williams-historia-intelectual-inglesa-cultura-e-educacao-de-adultosno-pos-guerra> Acesso em 03/08/2021.

WILLIAMS, Raymond. *A política e as letras*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. *In: Revista USP* n. 66, julho/agosto 2005, p. 209-224. Disponível em: < https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13448/15266> Acesso em 08/08/2021.

WILLIAMS, Raymond. *Communications*. London UK: Pelican Book 2º, 1966.

WILLIAMS, Raymond. *La larga revolucíon***.** Buenos Aires: Nueva Visíon, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Trad. Paulo Britto. São Paulo: Companhias das Letras, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *The Long Revolution*. Wales: Parthian, 2011.

29 de abril
Revista de História

Aprígio Guimarães e as “Ligeiras considerações do methodo d’ensino seguido no Brasil”

Aprígio Guimarães and the "Slight considerations of the teaching method followed in Brazil"

André Luiz Maranhão Agostinho dos Santos
Doutor em Sociologia (UFPE)

Resumo: Este artigo analisa o capítulo *Ligeiras considerações sobre o methodo d’ensino seguido no Brasil*, integrante do livro *Estudos sobre o ensino público*, lançado em 1860 por Aprígio Justiniano da Silva Guimarães. Também são selecionados trechos dos escritos de Aprígio Guimarães para relacioná-los com ambientes e conjunturas políticas, acadêmicas, estéticas – sobretudo nas décadas de 1860 e 1870. O capítulo escrito por Aprígio ainda é articulado com aspectos presentes em instituições de impacto decisivo na vida social e na compreensão das ideias do Brasil Imperial, notadamente a Faculdade de Direito do Recife e o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. A partir dos textos de Aprígio, importa destacar: citações de autores europeus, perspectivas econômicas, políticas e religiosas para a formação do debate retórico; a discussão em torno do papel do ensino, seus desdobramentos morais e familiares; o apelo à figura do Imperador Dom Pedro II na condução dos valores a serem perseguidos para a formação do Brasil. Todos esses pontos apresentam questões análogas à investigação em torno do uso de conceitos e suas implicações para o entendimento da história do ensino brasileiro.

Palavras-chave: Aprígio Guimarães; ensino no Brasil; história das ideias; política; retórica.

Abstract: This article analyzes the chapter *Ligeiras considerações sobre o methodo d’ensino seguido no Brasil*, part of the book *Estudos sobre o ensino público*, released in 1860 by Aprígio Justiniano da Silva Guimarães. This article Are also selected excerpts from Aprígio Guimarães' writings to relate them to political, academic, aesthetic environments and conjunctures– especially in the 1860s and 1870s.The chapter written by Aprígio is still articulated with aspects present in institutions with a decisive impact on social life and in comprehension the ideas of Imperial Brazil, notably *Faculdade de Direito do Recife* and *Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. From Aprígio's texts, it is important to highlight: quotes from European authors, economic, political and religious perspectives for the formation of the rhetorical debate; the discussion around the role of teaching, moral and familiar consequences; the appeal to the figure of Emperor Dom Pedro II in conducting the values to be pursued for the formation of Brazil. All these points present questions similar to the investigation around the use of concepts and their implications for the understanding of the history of Brazilian education.

Keywords: Aprígio Guimarães; teaching in Brazil; history of ideas; politics; rhetoric.

Introdução

"Ante a majestade não sou um homem, sou uma ideia, como ela é uma instituição"

(José de Alencar – Cartas a Erasmo)

Em 1860, Aprígio Justiniano da Silva Guimarães publicava o primeiro volume de *Estudos sobre o Ensino Público*. Logo na folha de rosto da edição, o autor se apresentava como Lente substituto da Faculdade de Direito do Recife (FDR) – posição alcançada por concurso, em 1859. No âmbito das experiências mais recentes, Aprígio acumulava uma passagem como deputado suplente pela província do Ceará, na nona legislatura do Império (1853-1856), e enquanto suas memórias da Câmara dos Deputados Gerais eram descritas sob lamentos, a entrada do autor na FDR era vista por ele mesmo como sinônimo de luta profícua, resultante de esforços e (até mesmo) de danos à saúde.

Antes de passar pela experiência legislativa na Corte e se tornar Professor Substituto na FDR, é importante considerar a formação escolar privilegiada de Aprígio. Seu pai, José da Silva Guimarães, era oficial do Exército Brasileiro e mais tarde atuaria na Batalha do Riachuelo como tenente-coronel, comandante de duas companhias do 9º Batalhão de Infantaria (SIQUEIRA, 2015, p. 82). Além disso, José Guimarães encerraria suas atividades militares sob a patente de Brigadeiro, ou seja, um oficial-general do Império. Parte dessas bases e de relativo prestígio ampararia o caminho de Aprígio, o qual se formará com menos de vinte anos de idade no Curso Jurídico de Olinda (em 1851) e obterá o grau de doutor em 1856, já na FDR (ABREU, p. 156; MARTINS, 1931, p. 201). Ao mesmo tempo, a trajetória de Aprígio não foi defendida de maneira integral por ele próprio. O magistério sim, aparece sob a aura missionária e virtuosa, enquanto que o percurso político é descrito como algo inócuo e frustrante. Em discurso proferido no Atheneu Pernambucano em 1858, por exemplo, Aprígio declarava:

> Deixando os bancos acadêmicos, atirei-me aos embates sociais, sem bússola, com toda inexperiência dos meus jovens anos. Sabeis o que colhi? As picadas da calúnia e uma boa parte do meu melhor tempo perdida para o estudo: bem caro hei pago, e vou pagando os fúteis prazeres d'uma efêmera representação política (GUIMARÃES, 1872, p. 117).

Aprígio Guimarães entre ideários políticos

Uma vez que os textos de *Estudos sobre o Ensino Público* foram produzidos até 1859, as visões de Aprígio aparecem sob tintas mais conservadoras. Por sinal, a mudança do autor para o Partido Liberal só se dará no ano seguinte, além de a breve aliança com a *Liga Progressista* (uma frente composta por liberais e dissidentes do Partido Conservador) só ocorrer em 1863. Dez anos mais tarde (ao assinar suas obras como Lente Catedrático em Economia Política e Advogado) Aprígio ressaltará a importância de seu retorno para "os malditos arraiais liberais", além de exprimir: "nada vejo a envergonhar-me na minha antiga e rápida atitude conservadora" (GUIMARÃES, 1872, p. 33-34).

De conservador católico a migrante para a base liberal, Aprígio entrará na década de 1870 vinculado a leituras cristãs, ao mesmo tempo em que interessado no encaminhamento de seus estudantes da FDR para "o mundo cientificista" – relativamente crítico às instituições monárquicas (ALONSO, 2002, p. 139). Aliás, o contexto da década de 1870 não levava o liberalismo vigente a choques inevitáveis com o catolicismo, uma vez que um grande número de eclesiásticos se colocava sob bandeiras liberais, inclusive quando a própria ala mais radical católica buscava preceitos do liberalismo "sem crise alguma para sua adesão ao evangelho" (LARA, 1988, p. 26).

Em tempo, Francisco Phaelante da Câmara reconhecerá a contribuição de Aprígio, ao destacar os dotes intelectuais e relacionais daquele docente:

> Houve nesta faculdade um professor que foi, por assim dizer, o ponto de intercessão entre o velho tipo acadêmico e o novo, o elo que liga os dois períodos – e se chamou Aprígio Guimarães. Foi ele quem antes da revolução operada por Tobias [Barreto] no terreno dos princípios, começou a modificar a feição moral deste Instituto, por suas ideias liberais e principalmente pelas simpatias que irradiavam de sua personalidade (CÂMARA, 1904, p. 24-25).

Mais à frente, inclusive, as posições liberalizantes de Aprígio descambarão na obra póstuma *Estudos de Economia Política* – cujas passagens articularão autores como John Stuart Mill e Henry Dunning Macleod sob uma visão científica a criticar versões do socialismo e a se voltar para uma

discussão acerca do "progresso e libertação da sociedade" (DACANAL; SAES, 2017, p. 9). Paralelamente, é fundamental perceber que mesmo se a economia era uma expressão de "ciência moral e política" (VEIGA, p. 23) os escritos de Aprígio não suprimirão, por completo, o peso do elemento católico e espiritualista.

Note-se que liberais e conservadores se alternaram durante vários momentos do Brasil Imperial, mas o Partido Conservador se concentrou por mais tempo à frente dos gabinetes e no processo de formulação de leis voltadas para ensino brasileiro. Com o poder político maior em termos de longevidade, o processo de institucionalização sobre o que se deveria ensinar andou *pari passu* com o predomínio da sigla conservadora e com o que se denominava *educação literária*. Concomitantemente, a formação ideológica das elites intelectuais, além de indispensável para a ocupação da máquina administrativa do Império foi diversas vezes encabeçada por ideais conservadores. Tem-se, portanto, uma política de instrução pública, cara aos valores da "boa sociedade" de brancos, "estando excluídos, quase naturalmente, os escravos e a população indígena, além da quase totalidade das mulheres" (OLIVEIRA, 2015, p. 943).

O Partido Conservador ainda embasou parte da retórica de políticos e burocratas interessados na formação (e mesmo na manutenção) de postos de elite, cujo estilo academicista constituirá estratégia para a garantia de privilégios. Por extensão, haverá notória defesa de *votos capacitários* a funcionar como "filtro" do eleitorado a partir da escolaridade e como tática de frenagem sobre maiores acessos ao processo decisório por parte da maioria populacional brasileira. Com isso, "num Império sem escolas, o que se queria era fechar para o povo a única escola possível: a escola do voto" (FERRARO, 2013, p. 193) por meio da estratégia de manter a grande parte analfabeta do Brasil governada por uma minoria ilustrada.

Mas além do estilo academicista, outro ponto relevante a ser considerado está na capacidade de expoentes conservadores e liberais elaborarem interpretações constitucionais, embasados muito mais pela experiência política do que pela atividade docente. Aqui, as figuras de Braz Florentino Henriques de Souza e Zacarias de Góis e Vasconcelos são exemplos típicos a demonstrar de que maneira a saída das cátedras de Olinda e Recife norteará o alcance literário por meio da consolidação de carreiras burocráticas e seus descolamentos de várias teorias políticas (OLIVEIRA, 2002, p. 34). Por sinal, a complexa tarefa de transformar os ideais em prática

amalgamava princípios liberais e conservadores em uma "monarquia possível" – cujas bases iam desde a *interpretação whig* da Constituição de 1824, sob a influência de Zacarias Góis e Vasconcelos; até postulações de um Brasil "à moda François Guizot", sob expressiva influência de Paulino José de Souza, o Visconde de Uruguai (LYNCH, 2014, p. 69-74).

Além de indissociáveis, as ideias liberais e conservadoras não se encontravam "fora de lugar", mas embasavam práticas elitistas ligadas ao capitalismo como parte integrante de sociedades escravistas – tanto em países de centro quanto de periferia (BOSI, 2012, p. 226). Durante vários momentos, abstrações e ideários a respeito de liberdade, igualdade e governo representativo se confundiram entre os partidos do Império (ADORNO, 2019, p. 37-38) e o debate liberal-conservador se inseriu na imagem de *políticos-bacharéis* com rodagem na advocacia e na magistratura. Essa prática levou à condução política do aparelho jurídico em favor dos interesses de grupos filiados a diferentes interpretações constitucionais (PENNA, 2019, p. 369). Uma prova do impacto intelectual fora dos muros acadêmicos é encontrada, por exemplo, na publicação de Aprígio Guimarães pelo Jornal do Recife, em 1859 – quando a respeito do Visconde de Uruguai, o autor frisava:

> A ordem, o nexo com que o Sr. Soares de Souza dirigiu seus passos na vida pública, confirmam nele o homem altamente superior, que sabe fazer tudo a seu tempo [...]. Se lhe faltou tempo para mostrar-se todo inteiro como literato, lede o que tem saído da boca ou da pena do estadista e deplorareis conosco, que baixe ao túmulo uma superioridade, que seria em honra e ilustração do país, se tivesse tido azo de mostrar-se (GUIMARÃES, 1859, p. 102).

Embora Aprígio viesse a exercer a advocacia no Recife[5], sua formação se concentrava no papel de docente da FDR e na marca identitária de professor substituto (depois, lente catedrático), a qual ainda conferia uma camada heroica em torno do ensino. Ao mesmo tempo, é preciso destacar que o Brasil ecoava uma dinâmica relativamente análoga à modernidade, cuja preocupação estava tanto em "licenciar" professores quanto em "formá-los" sob saberes específicos (MONTEIRO, 2013, p. 24) e, assim, tanto nos discursos elaborados por Aprígio para declamação, quanto na produção de âmbito literário, os fortes aspectos retóricos estão ligados a um "impulso para a

[5] Por exemplo em 1860, quando advogava na sessão do Júri do Recife (JURY, 1860, p. 2).

abstração" – sintonizados com teorias da Europa e conceitos disseminados pelo menos desde o século XVIII (KOSELLECK, 2020, p. 92).

Como amostra de tendência da comunicação no Brasil Imperial, a publicação de *Estudos Sobre o Ensino Público* revela que o amplo emprego de autores estrangeiros e recursos estéticos, adornados por máximas em latim, ocupava grande espaço nas páginas de um autor formado por instituições educacionais de elite. Por outro lado, o fato de alguém citar respectiva obra ou personalidade não significava a adesão a todo o raciocínio ali contido. Um mesmo intelectual, político ou clérigo poderia aparecer em discursos assinados por indivíduos de crenças e tons partidários diferentes.

Aprígio Guimarães entre linhas de retórica

No Brasil imperial, a capacidade de combinar autores sob as siglas conservadora, liberal e progressista se desenvolve como expressão *do político* – algo concreto e constitutivo da própria vida (REMOND, 2017, p. 442). Nesse processo, a educação é absorvida por repertórios geradores de enfrentamentos públicos e lutas em torno de reputações individuais / institucionais. Pelo menos desde a década de 1820, a dinâmica dos discursos em Pernambuco revelava que "os agrupamentos políticos eram pintados pelos seus opositores com cores exageradas, [as quais] nem sempre representavam as ideias expostas nos periódicos" (FELDMAN, 2014, p. 46). Não apenas, à medida que "tudo chegava ao Brasil juntamente", a condensação de juristas ingleses, socialistas franceses, autores espanhóis e pensadores italianos sugeria que "tudo era aceito ao menos como questão, como material de meditação ou debate" (SALDANHA, 2001, p. 188).

No caldo de ideias e discursos é preciso acrescentar o impacto do idealismo, espiritualismo, a orientar diferenças bem menos teóricas do que pessoais. Em meados do século XIX, a província de Pernambuco foi um dos raros locais onde o estímulo ao *tradicionalismo brasileiro* formou vínculos entre Monarquia, Igreja católica e a difusão do pensamento tomista. Dentre os nomes com relativa projeção aparecem José Soriano de Souza, Tarquínio Bráulio Amaranto de Souza e Braz Florentino Henriques de Souza (PAIM, 2018, p. 71). Em contraponto, é inegável o papel de Miguel do Sacramento Lopes Gama (conhecido como *Padre Carapuceiro*), o qual se revelou importante

ator político, social e pedagógico – seja na posição de redator na imprensa local e professor de retórica do *Liceu Pernambucano*; seja na condição de deputado provincial, defensor da mudança do Curso Jurídico de Olinda para o Recife e "um dos mais importantes baluartes da *Praia*", em 1848 (QUINTAS, 1975, p. 39).

Como caso pertencente às ideias políticas do século XIX, os escritos e discursos de Aprígio Guimarães se voltaram à produção de materiais jornalísticos mais técnicos e declamações interessadas nos temas científicos da época – tudo isso sem perder de vista sua marca eclética. O conjunto de discursos orientados pelo gênero *epidíctico* também consistia em peça indispensável nos textos de Aprígio, sobretudo quando aplicado em cerimônias solenes, ritos fúnebres, aniversários e comemorações[6]. Esse tipo de uso linguístico não era produzido sob recursos puramente lógicos, pois havia um modo de argumentação marcado por valores sociais, em franca aproximação com recursos *estético-literários* "sobre o belo e não sobre a necessidade de expor uma tese" (AMOSSY, 2020, p. 23). Como aquele capaz de corroborar o vínculo mais estreito e apelativo entre o orador e o auditório, o discurso epidíctico abrange princípios e valores partilhados por grupos sociais, de modo que "há na epidíctica um lado otimista, um lado incensador", cuja defesa de afirmações universais serve a produções de impacto na sociedade, inclusive, sob a noção de que "o orador se faz educador" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2020, p. 57).

Matizado pelos circuitos intelectuais, usos retóricos e ideias de uma época, o fato de Aprígio se tornar orador do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) testemunha um contexto análogo ao catolicismo de Montalembert, de Lacordaire e do evolucionismo spenceriano (MELLO, p. 333), além de abrir fendas para críticas ao pensamento ultramontano e a posições historiográficas da Corte. À medida que seu vínculo com o IAGP prosseguirá, Aprígio participará de uma "guinada teórica", relativamente mais afastada dos ditames religiosos e em busca de um estatuto de um pouco mais científico em torno da atividade intelectual (SCWARCZ, 2010, p. 147).

Note-se ainda que parte dos domínios das ideias clericais e românticas também será aos poucos suprimida pelos ares do ecletismo e reunião de autores liberais, republicanos e

[6] François Hartog chama atenção em especial para a oração fúnebre, utilizada como instrumentalização e estilização do passado por oradores gregos. Pelo menos desde o século IV a.C, "nenhum gênero oratório levou mais longe essa estilização do que a oração fúnebre", em alusão aos tempos gloriosos no qual os atenienses "são convidados a imitar a si mesmos, manifestando a essência daquilo que sempre foram" (HARTOG, 2017, p. 69-70).

evolucionistas. Com a década de 1870, Aprígio calibrará seus discursos entre novas correntes e ideias, ainda que não perca de vista o cerne religioso, cujo lema "Liberdade e Cruz" aparecerá por diversas vezes em seus escritos (GUIMARÃES, 1872, p. 151) e cujas bases remontarão ao liberalismo católico de Charles de Montalembert – simultaneamente crítico à infalibilidade do Papa, ao despotismo político-religioso, e defensor de uma liberdade, a qual não deveria colocar em risco a segurança da Igreja (MEAUX, 1897, p. 83).

Como outra parcela dos elementos teórico-retóricos, é justo inferir que a combinação dos ecos de um liberalismo à britânica, matizados pela perspectiva de progresso, aperfeiçoamento e *laissez-faire*, também perpassará as obras de Aprígio, quase sempre modulada pelo retrato da providência divina, do *credo econômico,* da *fé na economia política*, influenciado por Frédéric Bastiat. Dirá, então, Aprígio: "quando o homem em todos os seus passos tiver a sublime humildade de subir até as regiões da fé, teremos dado a queda nessa ciência bastarda, que infesta a sociedade atual, apoiada num racionalismo estúpido, satânico" (GUIMARÃES, 1860, p. 126). O traço desse liberalismo, tropicalizado nos salões e publicações recifenses, mesclará um tipo de liberdade com crenças metafísicas e teológicas acerca da natureza humana. Tal modo de expressão assinala as conexões liberais no diálogo com uma visão de mundo cristã, capaz de atuar como força transcendente e imaterial e de "reconhecer nos homens um poder de percepção não empírica" (BERLIN, 2009, p. 225-226).

Outro aspecto importante aparece na relativa flexibilidade e abrangência dos usos da fala, na medida em que "a própria linguagem científica nacional se manteve dentro do estilo retórico de argumentação e dicção" (CARVALHO, 2002, p. 145), além da mistura entre eloquência e moralismo do romance produzir formas de "persuadir o leitor e convencê-lo das regras de boa conduta" (MELO, 2015, p. 131). Nas publicações de Aprígio existe não só a preocupação e defesa da oratória; há também o gesto de colocar no papel conceitos e ideias voltados para modos de declamação dos discursos públicos e de promovê-los em espaços e instituições oficiais comuns às elites do Brasil Imperial.

A relação entre Aprígio e a retórica também sinaliza um "tipo diferente de exame crítico" (GOODY, 2012, p. 62), cuja especificidade demonstra que os momentos presenciais não excluem o apelo ou busca por auditórios encorajadores. Destarte, a recepção de escritos e a promoção de

interações face a face não eram menos dependentes de um *aspecto performativo da oralidade*[7], sobretudo quando situada na sociedade brasileira, ou seja, em uma "ilha de letrados num mar de analfabetos" (CARVALHO, 2008, p. 65). A *expertise* de citar (autores, textos, excertos) e performar discursos em lugares públicos era uma finalidade interessante para a obtenção de prestígios, autoridades pela fala, defesa de princípios, ideias e conceitos, de tal maneira que Aprígio se valia disso enquanto explicitava suas posições sobre o ensino do Brasil.

O "Methodo de ensino seguido no Brasil"

Ao iniciar *Estudos Sobre o Ensino Público*, Aprígio Guimarães apresentava uma carta endereçada a Dom Pedro II. No relato do próprio autor, tal documento fora respondido pelo camarista Cândido José de Araújo Viana – então Visconde de Sapucaí. Os escritos de Aprígio apelam ao monarca e à defesa do catolicismo por meio de um caráter missionário da educação e ensino imperiais. Na articulação dessas ideias, a religião é defendida como "o esteio dos Estados e o exemplo que vem de cima, e de contágio infalível" (GUIMARÃES, 1860, p. 11), ao mesmo tempo em que o Imperador simbolizará a maior figura para direção e inspiração do país. Em outros termos, Dom Pedro II reunirá a excelência para conciliar as demandas da religião, do Estado e da educação.

Todavia, a relação entre fé cristã e poder político imperial não era o mesmo que defender a entrega total do ensino para o Clero, haja vista a própria existência de pessoas com formação religiosa capazes de ameaçar "a moral e os bons costumes". Se na própria França (modelo de inspiração civilizatória do século XIX, por excelência) personagens religiosos chegaram a estimular "as nefandas cenas da Revolução", no "Império da Santa Cruz" (Brasil) o "paganismo" atuava no ensino secundário (GUIMARÃES, 1860, p. 16). Na visão de Aprígio, os modos pagãos ameaçavam os rumos da civilização, tanto por meio da herança estética, filosófica e retórica de gregos e romanos, quanto pela disseminação de posturas laicistas.

[7] Como "ato de presença no mundo e em si mesmo" (ZUMTHOR, 2007, p. 67).

Assim como o Renascimento se orientara por meio da defesa dos valores greco-romanos e promovia heranças como expressão social, a retórica integrava o programa renascentista *via* educação e configuração de uma filosofia moral – a unir sabedoria e eloquência identificadas em Cícero, Quintiliano, Tácito e Petrarca (SKINNER, 2017, p. 107-109). Note-se que esse tipo de *latinidade* (mobilizada por formas, saberes e estilos clássicos) foi parcialmente atacada pelo próprio Cristianismo, quando este produziu "um novo conceito de inimigo" – seja na imagem dos não-cristãos, pagãos, gentios e judeus; seja na evidente missão civilizatória da cristandade, a rotular os outros como helenos e bárbaros (KOSELLECK, 2020, p. 288). Na esteira desse processo complexo, tenso e contraditório, o uso dos nomes de Cícero e Quintiliano também tinha como objetivo:

> determinar uma formação moral religiosa, assim como tais autores serviam como modelo para a aprendizagem das linguas antigas e, sobretudo, formar um "bom orador" capaz de fazer uma preleção "erudita" em esferas políticas ou em sermão nas igrejas. Nessa perspectiva, os autores pagãos foram "cristianizados" e integrados aos métodos de leitura e seleção de excertos publicados em livros especialmente organizados para os alunos (BITTENCOURT, 2018, p. 129).

No que tange o método de ensino no Brasil, Aprígio Guimarães desenvolveu um capítulo em *Estudos sobre o ensino público* e a partir dele apreciava o papel crítico de São João Crisóstomo em torno da disseminação de fábulas e mitologias. O capítulo se apoiava nas ressalvas do Abade Jean-Joseph Gaume aos escritos greco-romanos, sinônimos de uma educação "pagânica" da juventude. Diante dessa questão, Aprígio observava a necessidade de:

> Tomar por livros clássicos os autores sagrados, penetrar profundamente o espírito e o coração dos meninos com as verdades cristãs, não permitir as leituras profanas senão em idade mais adiantada, e com precauções tão bem calculadas que tal fermento jamais possa corromper a massa (GUIMARÃES, 1860, p. 24).

O Abade Gaume, testemunha dos ares ultramontanos[8] e românticos propagados na Europa (MOLINET, 1991, 223), exerce influência nas condenações de Aprígio acerca de um ensino falsamente erudito, a sobrecarregar a juventude com matérias pouco efetivas para o desenvolvimento de vocações mais adequadas. Aprígio considerava prejudicial o ensino a privar um estudante com potencial de se tornar médico, advogado ou militar, pelo simples fato de ele não dominar matemática, inglês, alemão, geometria, francês ou grego – conforme às exigências mais formalistas do Império cobrassem. O saldo nefasto desses rigorismos produziria, na visão de Aprígio, uma sociedade capaz de apenas gerar "semi-sábios", perdidos por entre inúmeros objetos da ciência e com baixa adequação às necessidades profissionais *de fato*.

No mesmo texto em torno do método de ensino, Aprígio atentava para o Colégio Pedro II. Tal instituição seguramente atuava como ícone de centralização política na construção do Estado nacional brasileiro, na medida em que o seu caráter de *modelo* "fortaleceu a institucionalização de uma forma secundária no país" (GASPARELLO; VILLELA, 2009, p. 43). Dentro da temática do Pedro II, Aprígio destacava o *Decreto n. 1.331 de 17 de fevereiro de 1854* e recortava o artigo 47, cuja ênfase estava em enumerar as matérias do ensino primário: instrução moral e religiosa; leitura e escrita; noções de gramática; princípios de aritmética; sistema de pesos e medidas. Por meio dessa enumeração, o ensino de história e geografia, desenho, música, canto, ciências físicas e naturais seria extensivamente aplicado com o auxílio das províncias do Império (BRASIL, 1854, p. 55).

Mas se o Colégio Pedro II "convertia-se aos poucos na forte imagem do imperador" (SCHWARCZ, 2019, p. 150) e os escritos de Aprígio Guimarães aceitavam essa alegoria, a não disseminação eficaz daquele modelo educacional frustrava as necessidades de ensino no Brasil. Nesse ínterim, os textos de Aprígio lamentavam o atraso do país e consideravam que "uma geração mal preparada faz a ruína d'um Estado" (GUIMARÃES, 1860, p. 9). Para então fugir do declínio nacional, ninguém mais legítimo do que o Imperador – a adequar as condutas da sociedade e suas devidas relações entre educação e religião.

[8] Note-se que no período próximo ao da publicação de *Estudos*, por Aprígio, "O Papa [Pio IX] reconhecia a existência das ideias liberais que constituía a base da maioria dos Estados modernos, mas se curvar a eles ainda não era nem mesmo uma hipótese" (MARTINS, 2008, p. 63). Esse tipo de impasse, longe de ser resolvido, prosseguirá no século XX, enfaticamente com Pio X a condenar o princípio de laicidade do Estado e convocar os teólogos católicos a fazerem um "juramento antimodernista como forma de salvaguardar a ortodoxia da Igreja diante de um mundo sempre mais secularizado" (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2018, p. 31).

É preciso lembrar que a crítica de Aprígio em torno do Artigo 47 não se esgota no conteúdo do próprio Decreto de 1854. Mais além, a ordem do aprendizado é questionada, pois a defesa da instrução moral religiosa não deveria se dar antes do desenvolvimento da leitura e escrita da criança. Uma proposta a antecipar a religião em fases precoces da vida impossibilitaria a alguém com dois ou três anos de idade assimilar devidamente os comentários do Evangelho. Por consequência, a falta de instrumentos hábeis para o entendimento do próprio Cristianismo agravaria vícios domésticos, posto que a escola era vista, por Aprígio, como a continuação do lar. O equívoco no processo de ordenamento sobre o que deveria ser ensinado promoveria uma leitura religiosa e uma história sagrada inadequadas, além de superficiais: ambas entrariam "na instrução elementar do segundo grau "como [Pôncio] Pilatos entrou no Credo" (GUIMARÃES, 1860, p. 26).

Aprígio continua sua crítica amparado por outro texto: *Guide intellectuel et moral de l'étudiant en droit*, da autoria de Baillet e publicado em Paris em 1835. Na tradução das passagens, há exemplos de "vícios sociais", os quais iam desde a retirada de crianças do colo de suas mães, até o ato de mandá-las para os seios de "amas mercenárias" ou de enviá-las para colégios longínquos. Ao mencionar Baillet, Aprígio considera que o afastamento precoce entre a criança e sua mãe é um fator capaz de promover ódio, perfídia, vingança e maledicência, cujos desdobramentos estimulariam uma sociedade marcada pela inimizade e falta de caridade. Na esteira desses argumentos, Aprígio também amplia seus ataques retóricos sobre aquilo que considera como falso cortejo do paganismo: um amontoado de disciplinas repartidas em áreas de impossível orientação condigna para com os cidadãos e o desenvolvimento do Brasil.

Já ao incluir *Du paganisme dans la société et dans l'éducation* (escrito de Félix Danjou) Aprígio investe no argumento contra os jesuítas, ao vê-los como parte geradora dos males sociais, haja vista o elo de sacerdotes da Companhia de Jesus com a Revolução Francesa, além da atuação de Giuseppe Mazzini, seu repúdio à autoridade papal e à Igreja Católica. O exemplo jesuíta ainda seria comum à secularização nociva, a distorcer a liturgia e arte cristãs, inclusive com a difusão e predomínio da história de Atenas e do Império Romano. Na lista dos autores condenáveis por Danjou se encontram Nicolau Maquiavel, Charles de Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau, Gabriel Bonnot de Mably – todos estes irremediavelmente pagãos; "pais da Revolução" –, reproduzidos, traduzidos e acentuados pelo espírito de 1848.

Tratado como sinônimo de paganismo, o Renascimento é culpado por privilegiar Júpiter no lugar de Jesus Cristo e por colocar em risco valores caros à juventude e aos rumos educacionais mais promissores para a nação brasileira. Com o perigo de tal cenário, apenas Dom Pedro II seria *o piloto ao leme* – o monarca piedoso e sábio para garantir o respeito e a independência da Igreja Católica. Ao tomar esses traçados argumentativos, Aprígio culminará seu texto sobre o método do ensino no Brasil com a alegoria do príncipe e sua capacidade em aliar a espada da realeza à espada pacifica do sacerdócio: "A misericórdia do padre temperando a severidade do rei, e a autoridade do rei cobrindo com a sua proteção o ministério do padre" (GUIMARÃES, 1860, p. 33), cuja empresa seria coroada em forma de Imperador do Brasil –dotado de meios e virtudes para a condução dos valores educacionais.

Considerações Finais

A trajetória de Aprígio Guimarães é marcada por mudanças partidárias, usos públicos da retórica, discursos sob preceitos liberais e moralismos católicos. Não somente, a própria educação (e mais especificamente o ensino) trazem ideias e conceitos nos escritos de Aprígio, os quais integram o pensamento de um Recife do século XIX. A filiação partidária no Brasil Imperial se combinou com diferentes usos de autores, declarações pessoais e alinhamentos no mundo do poder político, de maneira que Aprígio é caso relevante por se tratar de uma pessoa com passagem pela vida parlamentar e administrativa na Corte, além das províncias do Ceará e de Pernambuco. No entanto, em sua vida no Recife, o autor de *Estudos Sobre o Ensino Público* considerou mais a carreira no magistério e principalmente a posição de Lente Substituto / Catedrático da FDR, além das atividades em outras instituições centralizadoras de conhecimento, como o IAGP. Por outro lado, a defesa de Aprígio pelo caráter do ensino, em detrimento da ênfase por cargos políticos, não impediu que o autor passasse mais duas vezes pela vida de deputado na Assembleia Provincial de Pernambuco (DANTAS, 2013, p. 36; CAMPELLO, 2015, p. 115).

Outro desdobramento importante revela que os usos da retórica instrumentalizaram a vida pública de Aprígio Guimarães de modo corriqueiro – muito além da aplicação de autores, conceitos e ideias –, na medida em que importava usos, infundia argumentos de autoridade e tomava opiniões

por empréstimo para exercer ataques de cunho pessoal. O exemplo de Aprígio revela que os arranjos de versões liberais (inclusive com traços de *laissez-faire*) não dispensavam certa defesa em torno do papel político da Igreja Católica e sua importância em orientar (sobretudo pelo prisma moral) o ensino público e uma visão lançada sobre a civilização brasileira.

Vários autores citados nos discursos de Aprígio são traduzidos *ipsis litteris* ao longo de *Estudos sobre o Ensino Público*, e sob a sigla do Partido Conservador, as críticas de Aprígio às bases humanistas e suas rotulações como sinônimo de paganismo formam sentido. Quando se percebe no próprio humanismo um impulso e apreço à retórica, ao proclamar "a língua grega e o caminho da *eruditio*", há também uma crítica acerca da herança escolástica do ensino – esta, por sua vez, uma concepção típica no mundo católico. Aliás, essas diferenças indicam "uma oposição que já se encontra no início da filosofia" (GADAMER, 2020, p. 54) e que mais tarde inflamaria diversos setores reacionários e conservadores da Igreja Católica.

Além de arranjos e recombinações de ideias e conceitos, é preciso considerar a publicação de *Estudos* como expressão de controvérsias entre teoria e prática. Por um lado, a forte defesa pelo aspecto moderador e referencial de Dom Pedro II, à frente do ensino do Brasil, ecoava no lançamento do livro de Aprígio Guimarães e figurava nas páginas do Diário de Pernambuco de 1860. A publicação estava à venda na Livraria Acadêmica de Miranda & Vasconcellos – Rua do Imperador, número 79 –, e descrita como "obra dedicada à Sua Majestade, o Imperador" (ESTUDOS, 1860, p. 6). No teor das páginas, a presença de conceitos, usos retóricos, ligações com o Partido Conservador e posturas monarquistas ilustrava a defesa por um "método de ensino no Brasil", saído das mãos de um autor mergulhado em preceitos e marcas estéticas academicistas, traquejos literatos, ao mesmo tempo em que depositário da fé em Jesus Cristo.

Por outro lado, aquele mesmo homem, defensor do ensino no Brasil, era identificado nas folhas do DP como proprietário do "escravo pardo de nome Salustio" – fugido no próprio ano de 1860 e assim descrito: "alto, magro e pouca barba na ponta do queixo; anda calçado e sabe ler; tem uma marca de cáustico sobre o peito direito; uma tosse nervosa, forte e frequente" (AVISOS, 1860, p. 4). Quem encontrasse e capturasse Salustio deveria levá-lo à Ilha dos Ratos, residência do Doutor Aprígio Guimarães, o qual seria eternamente grato.

Referências bibliográficas

ABREU, Júlio. A velha academia de Olinda. *Revista do Instituto do Ceará*, Ano 64, p. 142-165, 1950. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1950/1950-AVelhaAcademiadeOlinda.pdf>. Acesso em: 14/09/2021.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*: o bacharelismo liberal na política brasileira. São Paulo: Edusp, 2019.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

AMOSSY, Ruth. *A argumentação do discurso*. São Paulo: Contexto, 2020.

AVISOS diversos. *Diário de Pernambuco*, ano 36, n. 32, Recife, 9 de fev. 1860.

BERLIN, Isaiah. *Ideias políticas na era romântica*: ascensão e influência no pensamento moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de história. *Estudos avançados*, n. 32, v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018.

BOSI, Alfredo. *Cultura*. *In*: CARVALHO, José Murilo (org.). A construção nacional: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 225-279.

BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil*: tomo XVII, parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1854. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em: 14/09/2021.

CÂMARA, Francisco Phaelante da. *Memória histórica da Faculdade de Direito do Recife*: anno de 1903. Recife: Imprensa Industrial, 1904.

CAMPELLO, Netto. *História parlamentar de Pernambuco*. In: GUALBERTO, Elisama Carvalho C [*et al.*]. Assembleia Legislativa de Pernambuco 180 anos: uma visão histórica de Pernambuco sob o olhar do Legislativo estadual. Recife: ADF, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: retórica como chave de leitura. *Topoi*, v.1, n.1, Rio de Janeiro, p. 123-152, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X001001003>. Acesso em: 14/09/2021.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Fé cristã e laicidade*. Brasília: Edições CNBB, 2018.

DACANAL, Pedro Hoeper.; SAES, Alexandre Macchione. As ideias jurídico-econômicas de Clóvis Bevilácqua. *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica*, Niterói, p. 1-33, 2017. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/11%20As%20ideias%20jurídico-econômicas%20de%20Clóvis%20Bevilaqua.pdf>. Acesso em: 14/09/2021.

DANTAS, Laércio Albuquerque. *A Escola do Recife e os discursos sobre criminalidade*: teorias científicas e projetos de sociedade no Recife das décadas de 1830-1890. Dissertação (mestrado em história). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

ESTUDOS sobre o ensino público pelo doutor Aprígio Justiniano da Silva Guimarães. *Diário de Pernambuco*, ano 36, n. 217, Recife, 19 de set. 1860.

FELDMAN, Ariel. Guerra aos extremos: polarização política em Pernambuco e a defesa do princípio de soberania nacional (1829-1831). *Almanack*, n. 7, Guarulhos, p. 39-58, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463320140704>. Acesso em: 14/09/2021.

FERRARO, Alceu Ravanello. Educação, classe, gênero e voto no Brasil imperial: Lei Saraiva – 1881. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 50, p. 181-206, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000400012>. Acesso em: 14/09/2021.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*, volume I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 2020.

GASPARELLO, Arlette Medeiros.; VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Intelectuais e professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 21, p. 39-60, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38540/20071>. Acesso em: 14/09/2021.

GOODY, Jack. *A domesticação da mente selvagem*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GUIMARÃES, Aprígio Justiniano da Silva. *Discursos e diversos escritos*. Recife: Tipografia Mercantil, 1872.

GUIMARÃES, Aprígio Justiniano da Silva. *Estudos sobre o ensino público*. Recife: Tipografia Universal, 1860.

GUIMARÃES, Aprígio Justiniano da Silva. *Visconde d'Uruguay*. Jornal do Recife, 26 mar 1859. Disponível em: <http://www.acervocepe.com.br>. Acesso em 19 jul 2021.

HARTOG, François. *Evidência da história*: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

JURY do Recife. 5ª sessão. *Diário de Pernambuco*, ano 36, n. 281, Recife, 4 de dez.1860.

KOSELLECK, Reinhardt. *História de conceitos*: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LARA, Tiago Adão. *Tradicionalismo católico em Pernambuco*. Recife: Editora Massangana, 1988.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia*: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930). São Paulo: Alameda, 2014.

MARTINS, Gabriela Pereira. Ultramontanos, positivistas e liberais: reflexões a partir da separação Igreja-Estado. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, p. 53-73, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/26457/18238>. Acesso em: 14/09/2021.

MARTINS, Henrique. *Lista geral dos bacharéis e doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife*. Recife: Tipografia Diário da Manhã, 1931.

MEAUX, Camille de. *Montalembert*: Vicomte de Meaux. Paris: C. Levy, 1897.

MELO, Carlos Augusto de. Os manuais de retórica e poética: "lugares de memória" no Brasil oitocentista. *Revista FronteiraZ*, n. 15, p. 120-134, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/fronteiraz/article/view/24331>. Acesso em: 14/09/2021.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*: o imaginário da Restauração Pernambucana. São Paulo: Alameda, 2008.

MONTEIRO, Ana Maria. Formação de professores: entre demandas e projetos. *História Hoje*, v. 2, n. 3, p. 19-42, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v2i3.63>. Acesso em: 14/09/2021.

MOULINET, Daniel. L'abbé Gaume et la pastorale de la confession au XIX siècle. *Mélanges de L'École Française de Rome*. Italie et Mediterranée, tomo 103, vol. 1, p. 297-325, 1991. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/mefr_1123-9891_1991_num_103_1_4148?q=L'abbé+Gaume+et+la+pastorale+de+la+confession+au+XIX+siècle>. Acesso em: 14/09/2021.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. O partido conservador e a educação literária no Império brasileiro (1841-1863). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 931-945, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1517-9702201512137577>. Acesso em: 14/09/2021.

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. *Da natureza e limites do poder moderador e a memória do Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos*. In: OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles (org). Zacarias de Góis e Vasconcelos. São Paulo: editora 34, 2002, p. 9-54.

PAIM, Antonio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: LVM, 2018.

PENNA, Luciana Rodrigues. O publicismo e a política conservadora do Brasil no século XIX. *Opinião Pública*, Campinas, v. 25, n. 2, p. 343-376, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912019252343>. Acesso em: 14/09/2021.

PERELMAN, Chaïm.; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação*: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

QUINTAS, Amaro. *O padre Lopes Gama*: um analista político do século passado. Recife: UFPE, 1975.

REMOND, René. *Do político*. In REMOND, René (org). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2017, p. 441-453.

SALDANHA, Nelson. *História das ideias políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIQUEIRA, André Cezar. Batalha naval do Riachuelo: 150 anos de uma vitoriosa operação conjunta da Marinha e do Exército do Brasil. *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 27, p. 74-83, 2015. Disponível em: <https://www.revistanavigator.com.br/navig21/dossie/N21_dossie5.html>. Acesso em: 14/09/2021.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VEIGA, Gláucio. Aprígio Guimarães. *Clio*: Revista de Pesquisa Histórica, v.2, n.1. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, p. 15-35, 1978. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24673>. Acesso em: 14/09/2021.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo, Cosac Naify, 2007.

29 de abril
Revista de História

A paulatina afeição ao futebol no Estado do Rio de Janeiro: do elitismo à popularização (1910-1930)

The gradual affection for football in the State of Rio de Janeiro: from elitism to popularization (1910-1930)

Agnaldo Kupper
Doutor em História (UNESP)

Resumo: Necessário entender como se processou e processa a apropriação do futebol entre os que dele fizeram e fazem um meio para atender a objetivos pessoais, familiares e de grupos. Não se pode negar que, particularmente no Brasil, a prática futebolística está inserida nas relações sociais e, como tal, sujeita a novas participações, a novos sentidos e significados. Desta forma, é parte integrante das mudanças engendradas pelo processo histórico do país. Caso do Estado do Rio de Janeiro que, nas primeiras décadas do século XX assistiu a uma assustadora proliferação de clubes de futebol, a princípio restrito a indivíduos privilegiados socialmente. Os benefícios dados para a estruturação e manutenção de diversas agremiações deixaram legados sentidos nos dias contemporâneos. A documentação obtida nos arquivos dos clubes - tal como cartas, relatórios, atas, circulares e estatutos - atesta investimentos de empresas em práticas esportivas como o futebol. Criados por trabalhadores, muitos desses clubes buscaram apoio para suas atividades junto às direções patronais, apoio este material e financeiro, como cessão de terreno para estruturação de campo e sede, material de jogo, aluguéis, uniformes, deslocamentos dos praticantes, bolas, entre outros. Não sem intenções. Daí a importância da análise de documentos empresariais.

Palavras-chave: Futebol; patrocínios; benefícios e dividendos.

Abstract: It is necessary to understand how the appropriation of football was processed and processed among those who made it and make a means to meet personal, family and group goals. It cannot be denied that, particularly in Brazil, football practice is inserted in social relations and, as such, subject to new participations, new senses and meanings. Thus, it is an integral part of the changes engendered by the country's historical process. Case of the State of Rio de Janeiro that, in the first decades of the 20th century, witnessed a frightening proliferation of football clubs, at first restricted to socially privileged individuals. The benefits given for the structuring and maintenance of several associations have left legacies felt in contemporary days. The documentation obtained from the club's archives - such as letters, reports, minutes, circulars and statutes - attests investments by companies in sports practices such as football. Created by workers, many of these clubs sought support for their activities from employers 'boards, this material and financial support, such as the transfer of land for structuring the field and headquarters, game material, rent, uniforms, practitioners' displacements, balls, among others. Not without intentions. Hence the importance of analyzing business documents.

Keywords: Football; sponsorships; benefits and dividends.

Introdução

O futebol brasileiro atravessou diversas fases dentro de seu desenvolvimento: de 1894 a 1904, restrito a centros urbanos; de 1905 a 1932, popularizou-se, principalmente através de subsídios cedidos por indivíduos e grupos; a partir de 1933, profissionalizou-se; durante a década de 1950, consolidou-se como esporte de massa, ganhando contornos de espetáculo cerca de duas décadas após. Ou seja, o futebol, inicialmente foi praticado por privilegiados sociais, tomou conta do país enquanto prática popular, passando a ser utilizado de forma gradativa como instrumento político, ao menos até a sua espetacularização contemporânea, o que significa dizer que o futebol se desenvolveu em solo brasileiro de acordo com as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais do país.

A penetração de práticas esportivas como o futebol entre as camadas sociais menos privilegiadas significa a consolidação de novos hábitos culturais, a que Pierre Bourdieu denomina 'violência simbólica', apontando à adesão de um conjunto de hábitos e práticas representativas que definem certo estilo de vida:

> A violência simbólica consiste em uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Pierre Bourdieu entende o esporte moderno como um fenômeno em que se atribui posições relacionadas ao capital social, econômico e cultural de cada agente. A busca pela hegemonia de determinadas práticas seria o acúmulo de uma distinção social de acordo com o seu potencial de poder simbólico.

Para se compreender o esporte, segundo Bourdieu (1997), seria necessário conhecer e reconhecer a posição que determinada atividade esportiva ocupa por meio da distribuição dos praticantes segundo a colocação do mesmo no espaço social, apontando para a necessidade de se perceber o tratamento do esporte na condição de fenômeno inscrito em um sistema mercadológico.

Marivoet (2013) reforça os entendimentos de Bourdieu ao estabelecer que práticas e gostos culturais constituem elementos indicadores da condição do indivíduo em uma estrutura social, incluindo aí os hábitos esportivos e as práticas de lazer.

No Brasil, a existência de numerosos portos, aliada ao grande território do país, torna

difícil precisar um local correto da introdução do futebol. No entanto, São Paulo - até pelos inúmeros empreendimentos e investimentos ingleses - teria sido a primeira cidade brasileira a assistir a pelejas disseminadas pelas suas vias, porém acompanhada bem de perto pelas partidas de futebol improvisadas da cidade do Rio de Janeiro.

As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro assumiram o papel de destaque no futebol desde o início do século XX, independentemente do pioneirismo da prática. A primeira pelo desempenho econômico; a segunda por ser o centro político do país. Desta forma, deve ser visto como natural o fato de terem sido criadas nestas duas cidades as duas primeiras entidades gerenciadoras da modalidade esportiva no Brasil: a Federação Brasileira de Futebol, em 25 de setembro de 1915, em São Paulo, e a Federação Brasileira de Esportes, em 15 de novembro de 1915, no Rio de Janeiro. Mas o destaque que é dado a São Paulo e Rio de Janeiro enquanto centros propulsores do futebol é confirmado por existirem nestes centros registros históricos mais abundantes.

Nas primeiras décadas do século XX, no contexto da fase de popularização do futebol, o movimento operário brasileiro postou-se de forma ruidosa. Apesar da ação repressiva governamental, a nascente burguesia industrial brasileira, inquieta diante das mobilizações sindicais proletárias, teria feito uso de mecanismos menos duros como apoiar e financiar o esporte que caíra nas graças operárias. A estruturação de diversas agremiações de futebol, a partir da popularização desse esporte, atendeu a diversas outras intenções, além do controle sobre o tempo livre dos trabalhadores: lazer, promoção pessoal e familiar, interesses comerciais e políticos de indivíduos e grupos.

O futebol e seu desenvolvimento e expansão teriam feito parte de uma estratégia dos empregadores e patrões, em geral para recuperar o controle e harmonizar a produção. A atividade seria uma poderosa aliada da disciplina operária (HERSCHMANN; LERNER, 1992).

Para comprovar a ligação do futebol com empresas e trabalhadores, necessária a consulta a acervos diversos, caso da Federação Paulista e Fluminense de Futebol. Vale lembrar que apenas há cerca de duas décadas os clubes paulistas e fluminenses - assim como as Federações locais do Rio de Janeiro e São Pauoo - passaram a valorizar a preservação de suas respectivas histórias. Muitos documentos, no entanto, perderam-se por falta de conservação ou são, em exagero, superficiais. Atas de diretorias e de Assembleias Gerais de clubes também se apresentam mal conservados e desorganizados, assim como súmulas de jogos e diversas imagens (em especial as

do primeiro quartel do século passado). A documentação obtida nos arquivos dos clubes, tal como cartas, relatórios, atas, circulares e estatutos[9], atestam investimentos de empresas em práticas esportivas como o futebol. Afinal, vale lembrar que o número de clubes de futebol nas primeiras décadas do século XX não parou de crescer. Também a identificação da trajetória de muitas personalidades envolvidas com o futebol exige o cruzamento de dados, tal qual uma investigação jornalística. Desta forma, análises biográficas, declarações pessoais informais, trajetórias políticas individuais, informações empresariais, promoções de encontros através de convites, pesquisas de origem e filiação de famílias, anúncios jornalísticos e levantamentos genealógicos, entre outros, tornaram-se fundamentais para o que se deseja comprovar: o futebol no Brasil teve sua promoção, em grande parte, aos interesses dos desejosos em jogá-los e os interesses dos que favoreceram o jogo. Normalmente, não sem intenções.

O futebol apropriado por privilegiados do Rio de Janeiro

Proveniente da Suiça, após anos de estudos, Oscar Cox, em 1897, teria sido o introdutor do futebol na capital federal, Rio de Janeiro. Porém, persistem dúvidas a respeito, uma vez que registros pouco confiáveis atestam que marinheiros estrangeiros já o praticavam no cais do porto. Alguns testemunhos, também pouco confiáveis, dão conta que, paralelamente aos marinheiros, nos colégios mais refinados da cidade o football já seria uma prática comum (ETCHEGARAY, 1932, p.17).

Mesmo que não tenha sido Oscar Cox o introdutor do futebol na capital federal, foi seu grande incentivador e referência.

Em 22 de fevereiro de 1901, apontamentos indicam que a realização da primeira partida oficial de futebol na cidade do Rio de Janeiro aconteceu no Rio Cricket and Atletic Association, entidade fundada em 1896 por ingleses em Niterói[10]. Por tais indicativos, o número de jogadores era maior que o público presente; a partida foi considerada oficial por dispor de equipes

[9] Resumidamente, balancetes são demonstrativos contábeis que reúnem contas de movimento de uma empresa; atas são documentos que registram de forma resumida as deliberações, ocorrências e decisões de reuniões e assembleias; estatutos são documentos que agrupam as normas jurídicas que regulam as relações entre os indivíduos que têm algo em comum (regulamento do funcionamento de uma pessoa jurídica): circulares entendidas como comunicações enviadas a determinado grupo associado sobre assuntos de interesse geral.

[10] *Jornal do Comércio*, 1906, edição 00049.

uniformizadas, ter sido realizada em campo regulamentar e ser jogada com bola padronizada da época. Resultado da peleja: empate em um gol, ressaltando que a partida teve dois tempos de vinte minutos.

O futebol ainda não havia caído nas graças dos cariocas e fluminenses, ao contrário da Europa, onde a prática já fora absorvida pelo gosto popular, principalmente entre operários, caso das cidades inglesas de Manchester e Nottingham.

Na busca do incentivo à prática do futebol no Rio de Janeiro, foi marcada uma nova partida, com boa cobertura da imprensa carioca, principalmente dos jornais *O Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*: de um lado uma equipe do Rio de Janeiro; de outro, uma paulista. Final da peleja: empate. Por mais que alguns veículos impressos tenham destacado o encontro do dia 19 de outubro de 1901, pouco entusiasmo na capital federal com o evento.

No ano seguinte, especificamente em 21 de julho de 1902, foi fundado o Fluminense Football Club. Seus sócios eram basicamente estudantes provenientes do velho continente e a agremiação foi a primeira a ter como objetivo essencial a prática do futebol (A GAZETA DE NOTÍCIAS, 1906; COELHO NETO, 1969).

Em 1903, surgiu o Foot-ball and Atletic Club, fundado em 27 de Setembro.

Aos poucos, outras agremiações foram inserindo a prática na cidade, caso do Club de Regatas do Flamengo e do América Football Clube. Porém, as joias e as mensalidades[11] para ingresso e manutenção nessas agremiações eram altíssimas, impossibilitando acesso popular.

No caso do Bangu Atletic Club, fundado em 17 de abril de 1904, a Companhia Progresso Industrial (criada como fábrica de tecidos no bairro do mesmo nome e com capital português, em 1892), apropriou-se do futebol a partir de técnicos ingleses que passaram a praticá-lo, a princípio sem o apoio da direção da empresa. O Bangu distingue-se de outros clubes do Rio de Janeiro por ser o precursor da democratização do acesso ás práticas futebolísticas, por ter sido o primeiro time operário do Rio de Janeiro, por ter dado aos jogadores-operários privilégios (abono de faltas e garantia de emprego, por exemplo), por receber por parte da diretoria certo paternalismo da Companhia Progresso e por iniciar a subordinação à vigilância das ações operárias, demonstrando dependência e o interesse dos trabalhadores em fazer parte de uma "elite operária". O campo do

[11] Joia: taxa mais elevada para que um novo integrante seja aceito na agremiação; mensalidade: taxa mensal paga pelo associado para frequentar as dependências da agremiação, sob o pretexto de manutenção das estruturas da mesma

Bangu transformou-se em um "quintal" da fábrica, numa espécie de continuidade do espaço de trabalho (PEREIRA, 2000, p. 259).

No mesmo ano de 1904 surgiu o Botafogo Foot-ball Club, especificamente em 19 de setembro. No time do bairro de mesmo nome, a ideia foi formar uma agremiação autêntica de brasileiros praticantes de futebol. A mensalidade estipulada foi de 2$000. No ano seguinte, tal a procura por interessados em associar-se ao clube, a contribuição foi majorada para 5$000[12], restrita, portanto, a jovens abastados ou provenientes de famílias socialmente privilegiadas.

O América Foot-ball Club, por sua vez, originou-se de uma dissidência do Club Atlético da Tijuca, tendo como associados iniciais membros das camadas sociais mais privilegiadas da cidade do Rio de Janeiro, com destaque à família Morsted, fundadora e organizadora da agremiação[13].

Daí para frente, mais clubes foram surgindo: Riachuelo, Cosme Velho FC, Boêmios FC, Humaitá FC e Brazilian FC (PEREIRA, 2000).

O incremento no número de clubes de futebol na cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX demonstra o interesse pelo esporte (em especial pela juventude carioca mais abastada). O grande atrativo para os membros era pertencer a agremiações seletivas, sendo, portanto, indicativo de certa diferenciação social. A formação dessas agremiações – excetuando o Bangu A.C. - são exemplos de mecanismos sociais segregadores, ou seja, os clubes estruturados nas zonas centrais e sul da cidade se organizavam em torno da elite social privilegiada da cidade-capital republicana:

> Na verdade, a sociedade e a cultura da elite na capital continuaram a promover e a defender os interesses desta elite, ajudando a criar um sentimento de continuidade aristocrática, estabelecendo locais exclusivos para contatos e alianças, reforçando valores e pressupostos compartilhados se, mais importante talvez, promovendo um sentimento de legitimação (NEEDELL, 1993, p. 31).

[12] Atas do Botafogo FC, 1904 e 1905.
[13] Estatutos do América Football Club; Roberto Assaf & Clóvis Martins. História dos Campeonatos Cariocas de Futebol: 1906-2010. Rio de Janeiro: Maquinária Editora, 2019, p. 10-19

No Rio de Janeiro, o futebol ganhou maior projeção após a reurbanização da cidade durante o governo presidencial de Rodrigues Alves (1902-1906), sob coordenação do então prefeito Francisco Pereira Passos. Houve uma clara visão positivista nas reformas urbanísticas implantadas.

Na modernização da capital federal (também com interesse de consolidar o regime republicano no país e incorporar a cidade ao "mundo civilizado", afinal era o principal núcleo urbano do país), centenas de habitações de segmentos sociais menos favorecidos foram colocadas abaixo para dar lugar, entre outros, a suntuosas avenidas. A grande parcela da população prejudicada pelas obras não tardou a revoltar-se, fazendo surgir a primeira grande revolta urbana da história brasileira: a Revolta da Vacina[14] (1904), reprimida com a força da polícia e, quem sabe, com o estímulo ao futebol nos terrenos baldios e nas praias, em especial entre as maltas(grupo de capoeiristas), já que a prática da capoeira passou a ser incessantemente perseguida após o apoio destes às manifestações ocorridas na cidade (AQUINO, 2002, p. 45).

O futebol, neste início do século XX, estava intimamente ligado ao processo de modernização pelo qual passava a cidade do Rio de Janeiro e dessa maneira era uma tipificação dos valores daquela sociedade (MALAIA, 2008). Segundo Shirts (1982), não apenas o futebol, mas também

> (...) O chá da tarde, a moda, o mobiliário das casas, o envio de rosas às senhoras. (...) Havia, pois uma extrema valorização dos hábitos estrangeiros pelas elites urbanas brasileiras em ascensão. (...) Ocorreu uma nivelação de gostos e atitudes: modo capitalista de pensar, agir e ter gosto esportivo. (SHIRTS, 1982, p. 91-92).

Ou seja, na transição do século XIX para o século seguinte, a cidade do Rio de Janeiro viveu uma série de transformações, acompanhada de um impulso esportivo. Para os mais abastados, a intenção do culto ao corpo através de práticas como o futebol, o remo, o turfe e o ciclismo. Afinal, com a intenção de inserir a capital federal no mundo civilizado, caberia às elites sociais e a

[14] A Revolta da Vacina teve como motivação não apenas a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola. Foi gerada também pela insatisfação popular ante as transformações urbanas da capital, o aumento do custo de vida, a intransigência governamental e a ausência de participação popular nas decisões políticas na República recém instalada

membros médios urbanos a procura de distinção social; associar-se a uma agremiação esportiva seria o "carimbo" demonstrador da inserção do indivíduo nos novos tempos.

Para os menos favorecidos, o lazer à sua maneira. O futebol, até pela não exigência de equipamentos sofisticados, estruturava-se como possibilidade de abandono à condição de meros espectadores para a condição de protagonistas. Isto significa que, se para os habitantes de maior renda da capital federal as disputas futebolísticas (partidas) eram usadas como forma de diferenciação social; para os de menor poder aquisitivo, entretenimento.

Progressivamente foram surgindo mais clubes nesta primeira década do século XX, muitos deles como pontos de diversão, tais como o Aldeia Campista FC e o Boêmios de Vila Isabel FC[15]. Desta forma, o futebol tendia a organizar-se em clubes de regiões suburbanas da cidade do Rio de Janeiro, caso do Pedregulhense Futebol Club, do Sport Club Mangueira, do São Cristóvão FC, do Club Athetico Meyer, do Nacional Football Club, do Guarany Football Club, do Alumínio Football Club, do Shoot Americano Football Club, do Mauá Football Club, do Eden Brasil Football Club, entre diversos outros. Organizar uma agremiação (fosse ela de dança, carnaval, leitura, xadrez ou futebol) mostrava-se como uma tentativa de acompanhar o que ocorria nas zonas mais privilegiadas e valorizadas da cidade, concedendo aos dirigentes certa notoriedade, mesmo que local (apropriação de capital simbólico).

Fato que as agremiações de futebol expandiram-se consideravelmente nas duas primeiras décadas no Rio de Janeiro. Boa parte delas, seletiva (cobrando joia e mensalidades significativas), restringindo a participação popular (com exceção de clubes formados em regiões suburbanas da capital federal).

Em 08 de julho de 1905, na sede do Fluminense, representantes do Botafogo, do Atletic and Foot-ball Club, do próprio Fluminense e do Bangu (este representado por um diretor da fábrica), resolveram fundar uma liga para organizar a prática do futebol (estruturação de torneios e disputas entre clubes que dessem visibilidade à prática, atraindo público e renda, além de proteção às agremiações componentes desse tipo de associação) na cidade através de campeonatos: a Liga Metropolitana de Foot-ball[16]. Uma das intenções da entidade era evitar a infiltração de clubes

[15] *O Paiz,* 06 de setembro de 1905.
[16] "Sport". O Malho, 07 de outubro de 1905.

populares na capital federal, criando mecanismos protetores que mantivessem o futebol sob o controle de um restrito segmento social. Para tanto, para constituir-se, um clube passaria a ter que pagar à liga 50$000 anuais e 30$000 de mensalidade, além da aceitação pelo mesmo de incorporação à entidade recém surgida, impedindo o acesso em seus quadros de trabalhadores manuais[17].

Mais popular, uma semana após as determinações da Liga Metropolitana, o Bangu AC, ao não aceitar tais imposições, desligou-se da entidade (PEREIRA, 2000).

Isto porque, pela forma como surgiu e desenvolveu-se, o Bangu proletarizou-se e já havia determinado em seus estatutos a presença de sócios das mais diversas origens em seus quadros, além de permitir o comparecimento dos operários da fábrica nas pelejas que o clube disputava.

O desligamento do Bangu da Liga não teria incomodado as demais agremiações, até pela distância que devia ser percorrida pelos clubes filiados à entidade para as partidas naquele bairro operário. Além disso, na procura por manter em suas estruturas clubes elitizados, causava certo mal-estar à Liga ver surgir agremiações menores e proletárias a partir do exemplo dado pelo Bangu, caso do Sport Club Mangueira e do Esperança (também formado por funcionários da Companhia Progresso Industrial do Brasil). Para tê-los sob domínio, a Liga procurou incorporar tais agremiações, porém relegando-as à segunda divisão sob o argumento de prestigiar os clubes mais antigos e precursores da organização.

Durante o ano de 1906 teriam sido fundadas mais de trinta agremiações de futebol na capital federal, todas elas ligados às famílias mais ricas da cidade, em clubes restritos, devendo ser ressaltado, no entanto, que populares, mesmo sem acesso a tais organizações, procuravam uma brecha que lhes permitisse assistir aos jogos disputados em festivais, tal a curiosidade pelo esporte. Em 1907, o número de clubes na cidade chegou a quarenta, segundo dados esparsos obtidos junto à Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, a capital federal contava com 662 estabelecimentos industriais e 34.850 operários, passando a apresentar aspectos de metrópole (CARONE, 1979, p. 77).

Como a adesão à Liga Metropolitana mostrava-se muito restritiva, foram sendo desenhadas novas organizações, novas ligas (como a Liga Suburbana de Football, criada em 1907) e novos

[17] "Gazeta dos Sports". *Gazeta de Notícias*, 10 de maio de 1907.

campeonatos para que fossem abrigadas as novas associações de futebol. Ao surgir, a Liga Suburbana de Football teve a intenção de agregar equipes modestas que não apresentassem condições materiais e de estrutura para participação nos torneios da Liga Metropolitana.

Outras ligas alternativas suburbanas foram sendo estruturadas no Rio de Janeiro como forma de dar estrutura organizacional a torneios que promovessem embates entre agremiações.

A multiplicação de clubes na cidade-capital foi tão intensa que, em 1914, a Liga Metropolitana propôs uma terceira divisão em seus quadros. A medida deixou clara a intenção de separar clubes de classes sociais distintas, afinal as regras da Liga apontavam que o vencedor da segunda divisão subiria à primeira e o último da primeira teria que acatar o descenso à segunda divisão. Desta forma, abria-se um precedente perigoso ao elitismo carioca. Ao perceber a ameaça, no ano seguinte surgiu uma proposta de se fazer uma série operária dos clubes, preservando o elitismo de várias as agremiações. Desta forma, os clubes filiados à entidade seriam divididos em três séries: uma para trabalhadores não-braçais, outra para operários e outras profissões braçais e uma terceira para praças e soldados.

No ano de 1915, estruturou-se o Clube de Regatas Vasco da Gama, agremiação composta, a princípio, por membros da colônia portuguesa da cidade do Rio de Janeiro, em sua maioria prósperos comerciantes locais (ROCHA, 1975).

As estatísticas relativas à prática do futebol na cidade do Rio de Janeiro indicam que as três principais ligas da capital federal (Liga Metropolitana, Liga Suburbana e Associação Atlética Suburbana) apresentaram o registro, no ano de 1919, de mil cento e noventa e dois jogadores participantes entre cinquenta e seis clubes (PEREIRA, 2000, p.38). O jornal *O Imparcial*, no entanto, calculou entre "quatro e cinco mil o número de praticantes de futebol, argumentando que deveriam ser considerados clubes não filiados às Ligas constituídas ou filiados a ligas menores e independentes"[18].

A título de projeção, considerando que dos 1.157.873 habitantes do Rio de Janeiro, cerca de seiscentos mil eram homens (segundo recenseamento brasileiro divulgado em setembro de 1920), dois em cada cem moradores do sexo masculino da cidade praticavam futebol em 1919.

No primeiro quartel do século XX, na formação de novos clubes de futebol no Rio de

[18] *O Imparcial*, 28 de abril de 1919.

Janeiro manteve-se a associação por vizinhança, caso do Cascadura FC, Bonsucesso, Santa Thereza FC, Engenho de Dentro Athletic Club (fundado em 03 de novembro de 1912 e que teve grande destaque no futebol suburbano do Rio de Janeiro) e Del Castilho. Ao serem estruturados por laços de vizinhança, normal que prevalecessem operários, funcionários públicos, caixeiros e outros trabalhadores de salários menores. Normal, também, que as mensalidades cobradas se tornassem, com o tempo, mais acessíveis, com a joia (ingresso), em geral, equivalente a uma mensalidade, posição muito diferente de clubes mais sofisticados como Botafogo, Flamengo e Fluminense. Da mesma forma, passava a não haver distinção de cor ou nacionalidade (com exceção dos clubes considerados "grandes" da capital). Mas o critério de vizinhança não era o único a propiciar a criação de clubes e associações esportivas: empregados de uma mesma loja ou operários de uma mesma fábrica passaram a estruturar suas agremiações futebolísticas.

Nos clubes ditos suburbanos do Rio de Janeiro, os estatutos das agremiações mostravam-se mais democráticos na admissão de novos sócios, sendo aceitos indivíduos, independentemente da cor, opção política e religiosa e nacionalidade[19]. Normalmente, seus dirigentes eram pessoas simples, que utilizavam endereço pessoal como indicativo da sede da agremiação criada (por vezes, até mesmo o endereço de atuação profissional; em outras, endereço desconhecido). Interessante observar que mesmo a estrutura do estatuto de uma pequena agremiação seguia o modelo das grandes. O uso do distintivo da organização do associado também lhe conferia certo "status". Foi o que ocorreu na Baixada Fluminense e em áreas da zona norte da cidade do Rio de Janeiro que, devido à procura por moradia por populares, impulsionou proprietários rurais a lotearem suas posses territoriais como forma de ganho rápido.

Devido ao fato de virar alternativa para a massa trabalhadora "expulsa" das regiões centrais do Rio de Janeiro, as regiões periféricas ganharam conotação pejorativa quando comparadas à região urbana remodelada. Tal conotação teria sido estimulada principalmente pela grande imprensa local, embora bairros da zona sul como Ipanema, Copacabana e Leblon poderiam ter a conotação de áreas de subúrbio (suburbanas), mas receberam outras descrições.

[19] Para a obtenção de dados de formação e desenvolvimento de pequenos clubes, apresentadas em quadro a seguir, foram analisados diversos periódicos, constituições estatutárias e registros de agremiações disponíveis no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Uma vez que indivíduos que migraram para áreas de subúrbio levaram consigo costumes e hábitos florescentes adquiridos das regiões centralizadas e urbanizadas do início do século XX, não é de se estranhar a penetração do futebol como prática nas regiões periféricas, porém com um diferencial construído: identidade e identificação, próprio da discriminação a que estavam submetidos.

Nos estatutos da Associação Athlética Suburbana, por exemplo, não era exigida a indicação da profissão dos atletas, abrindo a possibilidade estatutária para que os clubes contassem com jogadores que se dedicassem em tempo integral ao futebol.

No caso do futebol suburbano do Rio de Janeiro, vale destacar a cobertura à prática do jornal *A Gazeta Suburbana*, que circulou entre 1910 e 1920, cobrindo e impulsionando o futebol periférico através de coberturas que exaltaram o desempenho das equipes, incentivando, inclusive, a migração de muitos jogadores para os clubes do Rio de Janeiro mais bem estruturados (profissionalismo informal).

Paulatinamente, ao ver o futebol ganhar apreço entre populares, propagandas industriais e de ambientes de comércio passaram a ser veiculadas pela mídia (leia-se jornais) utilizando o esporte enquanto tema. A estratégia, claro, era a de atrair a atenção através de ações que agradavam os torcedores-consumidores. Muitas casas comerciais cariocas auxiliavam o football através da promoção de jogos, doação de taças e reserva de espaço em lojas e mercados para exposição de uniformes esportivos das equipes locais. Afinal, auxiliar o esporte permitia a determinada empresa construir uma boa imagem, passando a visão aos consumidores de que em seu interior havia a preocupação com a saúde física e emocional dos adeptos do esporte.

O Futebol Suburbano Fluminense

A ligação entre a produção de açúcar e Campos dos Goytacazes, norte fluminense, data do século XVII, quando da fundação do engenho de São Salvador (1650). No entanto, apenas cerca de um século após, a cultura do produto estruturou-se na região. A principal causa foi a decadência da produção açucareira no Nordeste brasileiro.

A estruturação de Usinas de Açúcar na região norte fluminense consolidou a formação de um grupo social emergente: a dos empresários do açúcar (usineiros) que, nas primeiras décadas do século XX, converteram Campos dos Goytacazes em um grande polo exportador do produto.

Em 1930, estavam estruturadas vinte e uma usinas na região, que, modernas, deram como destino aos antigos engenhos apenas a produção de aguardente e rapadura (PINTO, 1995, p.20).

Segundo Pereira Pinto, "(...) cada usina era uma ilha dentro do município. Tinha suas regras, seus domínios, seus festejos do padroeiro e por consequência adquiria hábitos e tradições próprias. A usina era o centro do qual girava o trabalho" (PINTO, 1984, p.22).

Várias agremiações de futebol surgiram dentro de cada um destes mundos particulares em que se transformaram as Usinas da região norte fluminense, com destaque ao Goitacaz (de base mais popular) e ao Americano (mais elitizado).

A criação do Instituto de Açúcar e Álcool (IAA), em 1933, em decorrência da Crise de 1929, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, impulsionou ainda mais o setor industrial açucareiro na região. Tanto que, nas décadas seguintes, a produção local atingiu patamares gigantescos, principalmente devido aos efeitos da II Grande Guerra Mundial (1939-1945), com a Europa, em especial, ampliando a importação do produto.

Embora crescente, a produção açucareira de Campos dos Goytacazes trouxe a precarização das condições de trabalho, marcada, inclusive, pela exploração laboral infantil e feminina. Ou seja, a prosperidade das usinas ficou restrita aos proprietários e associados diretos a estes. A estruturação de várias equipes de futebol apoiadas pelas usinas e usineiros, teria minimizado o questionamento à exploração imposta aos colaboradores locais, caso do E C Cambaíba, de Heli Gomes.

O Esporte Clube Cambaíba, agremiação que emergiu a partir da fusão entre o Liberal Futebol Clube e Palmeiras Futebol Clube. Seus idealizadores foram funcionários da Usina Cambahyba, oficializado como clube de futebol em agosto de 1930. Entre seus vários presidentes (todos ligados ao comando da Usina), José Lisandro de Albernaz Gomes, um dos filhos de Heli Ribeiro Gomes, proprietário da Usina (que chegou a ocupar área de 6.763 hectares em 1979) (SANTANA, 1984, p. 264). A princípio, o objetivo inicial da agremiação foi o de produzir uma

forma de lazer entre os trabalhadores locais. Com o sucesso do E C Cambaíba nos campeonatos campistas os objetivos ganharam outras proporções, tal como a promoção da família Heli Gomes.

Heli nasceu em Campos dos Goytacazes, filho de Hélio de Sousa Gomes (médico) e Sadi Ribeiro Gomes. Apesar de ligado às atividades econômicas do setor primário, Heli foi herdeiro político do sogro, Bartolomeu Lisandro. Com a projeção local de seu nome, foi eleito deputado federal pelo antigo Estado do Rio de Janeiro em 1958, sendo reeleito em 1962, filiando-se à antiga Arena (Aliança Renovadora Nacional, apoiadora do regime militar instalado no país a partir de 1964) em 1965. Em 1968, Heli tornou-se vice-governador indicado (biônico) do Rio de Janeiro na gestão de Jeremias Fontes (1967-1971). Em 1972, disputou a prefeitura de Campos, sendo derrotado nas urnas. A partir de então, Heli passou a dedicar-se à direção de sua usina de açúcar e álcool.

Outros clubes emergiram em torno da economia açucareira e tiveram o aparato de usineiros. Importante destacar que, já na primeira década do século XX, Campos dos Goytacazes possuía vinte e sete usinas de cana, álcool e aguardente.

Para que se tenha uma ideia da importância econômica da região, em 1935 Campos chegou a ganhar a liderança da produção de açúcar do país respondendo por cerca de 90% da produção estadual e 14,3% da produção nacional do produto.

As empresas açucareiras cederam benefícios como a estruturação de campos para a prática futebolística, agregando funcionários e habitantes locais (importante citar que o fato de uma agremiação possuir seu próprio campo se torna interessante por passar a possuir uma outra fonte de arrecadação através de alugueres às agremiações desprovidas do equipamento, além de notoriedade patrimonial). Segundo Pinto (PINTO, 1984, p.182), as usinas da primeira metade do século XX possuíam vida e estrutura própria, sendo os proprietários dos empreendimentos senhores absolutos dentro do raio proprietário. Aos seus empregados, em normalidade o "usineiro" fornecia escola básica, armazém para aquisição de gêneros alimentícios, moradia, atividades de lazer, promoção de eventos festivos, entre outros. Exigia, em contrapartida, lealdade e dedicação laboral.

Desta forma, surgiram mais agremiações como o União e Aliança (Usina de Queimado), Ypiranga (Morro do Coco), Atlético (Goytacazes), Santo Antônio (Beco), Martins Laje (Martins Laje), Rio Preto (Morangaba), Palmeiras e Liberal (Cambaíba), Tamandaré (Santa Maria), Santa

Cruz (Santa Cruz), Nacional (Saturnino Braga), Comercial (Conselheiro Josino), Ururaí e União de Ururaí (Ururaí), Cruzeiro (Poço Gordo), Estrela (Ponta da Cruz), Santo Eduardo, Esporte Clube Italva e Cardoso Moreira Futebol Clube.

O apoio perdurou até a década de 1980, quando muitas das usinas entraram em processo de decadência. Com a crise, muitas das agremiações sucumbiram, demonstrando a dependência das mesmas em relação às usinas de açúcar e álcool. Em paralelo à crise açucareira, a descoberta de petróleo na região (Bacia de Campos), também colabora para a decadência das antigas elites locais.

Com a crise do setor sucroalcooleiro a partir da década de 1980, tanto a Usina Cambahyba quanto várias outras, passaram a enfrentar problemas para manutenção, acumulando dívidas junto à União. No caso da Cambahyba, em 1998 as fazendas do empreendimento (Complexo Agroindustrial de Cambahyba) foram consideradas improdutivas e passíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária.

Com a decadência açucareira e de seus derivados, várias agremiações do futebol campista sucumbiram. As que não foram desativadas, mantém-se com sérias dificuldades nos dias atuais.

Outro clube de futebol que mostra uma história curiosa é o Volta Redonda Futebol Clube, estruturado de forma tardia, ou seja, apenas em 1976, a partir da fusão entre o Flamengo de Volta Redonda e o Guarani Esporte Clube, em pleno período de governos militares no país (1964-1985).

Volta Redonda, localizada no Vale do Paraíba fluminense, formou-se enquanto município a partir da Companhia Siderúrgica Nacional, fundada em 09 de Abril de 1941. Foi planejada enquanto cidade a partir do modelo de cidade industrial do arquiteto do socialista Tony Garnier. Segundo Lopes (LOPES, 1993), o plano de estruturação do município deveria exaltar o industrialismo e o nacionalismo proposto ao Brasil por Getúlio Vargas.

Porém, a atração de inúmeros migrantes em busca de colocação no mercado, impediu que o projeto de cidade modelo, com ocupação disciplinada de espaços, fosse seguido à risca.

Para promover o lazer e obter certo controle sobre os trabalhadores da CSN (atualmente privatizada), o presidente da empresa, General Sylvio Raulino de Oliveira, passou a incentivar o futebol, a ponto de aproveitar-se da infraestrutura da Companhia para erguer o estádio de futebol local, inaugurado em 1950, no bairro Nossa Senhora das Graças, e que passou por reestruturação

e foi reinaugurado em 2004, porém com a denominação de Estádio da Cidadania, simbolizando o fim da visão proletária da cidade e o advento da visão cidadã.

Considerações finais

A trajetória histórica de diversas agremiações de futebol permite afirmar que, da fundação de cada uma delas ao seu histórico de desenvolvimento, outros interesses brotaram, suplantando a ideia de controle sobre trabalhadores ou simplesmente de criação de momentos lazer entre os mesmos.

No futebol, há uma via de "duas mãos", a menos que seja praticado por puro lazer espontâneo: não apenas quem favorece se beneficia; o beneficiado, pelo patrocínio ou proteção obtida, pratica-o ou obtém condições para fazê-lo.

Indivíduos e grupos apropriaram-se de muitos clubes, beneficiando-os. Normalmente em busca de promoção pessoal, comercial e, principalmente, por interesses econômicos ou políticos.

A título de exemplo, basta que observemos mais detalhadamente os caminhos traçados por algumas agremiações do Rio de Janeiro para que se comprove a afirmação.

O futebol de fábrica surgiu como passatempo. Aos poucos, outros interesses brotaram, com empresários descobrindo na prática a possibilidade de se obter disciplina, controle sobre o tempo dos trabalhadores das fábricas, cerceamento sobre as atividades dos trabalhadores nos sindicatos, valorização de seus produtos e artigos, visualização positiva da empresa, além da imagem de que se preocupava com a condição física e de lazer de seus trabalhadores. A busca de patrocinadores para a prática – caso dos primeiros clubes operários que buscaram no patrão subsídios – também aponta para uma tendência do brasileiro: a de se sentir protegido e depender de quem considera superior.

É provável que, assim como nas escolas, os industriais tenham observado no futebol um esporte capaz de disciplinar seus operários, ocupando o tempo de lazer dos trabalhadores e impulsionando o gasto de energia com atividades desvinculadas indiretamente da produção fabril e o trabalho coletivo. Visto assim, o futebol estaria vinculado às ferramentas utilizadas para o que se denomina controle social.

O crescimento populacional dos principais centros urbanos do Brasil, caso de São Paulo

e Rio de Janeiro, seguido de mobilizações reivindicatórias de novos componentes sociais como os operários, exigia a popularização de um esporte de massas. Perante à nova demanda, práticas corporais teriam sido estimuladas – caso do futebol, que ganhava admiradores no país (mesmo em pequenos municípios) -, fazendo com que autoridades governamentais e dirigentes industriais passassem a convencer-se de que a prática serviria ao propósito de ser estimada. Desta forma, municípios passaram a isentar de taxas os campos de futebol, patrões passaram a financiar pelejas entre seus trabalhadores e as forças policiais deixaram de reprimir rachas em terrenos vazios. Claro, não podemos deixar de levar em consideração o gosto das camadas populares junto ao esporte. Assim, a partir da apreciação e do gosto popular, cresceu o incentivo para que o jogo da bola fosse transformado em espetáculo de ação e contemplação.

A busca de patrocinadores para a prática – caso dos primeiros clubes operários que buscaram no patrão subsídios ou mesmo de agremiações que surgiram posteriormente – aponta para uma tendência do brasileiro, que tem tendências a se sentir protegido e de depender de quem o favorece.

O fantasma do coronelismo mantém-se no Brasil. Mesmo na atualidade, embora com menor peso.

Através da prática, muitas agremiações prosperaram, numa espécie de "favoreça-me jogar e eu lhe favoreço em seus interesses".

Referências bibliográficas

A GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 20 abr. 1906.

AQUINO, Rubim Santos Leão. *Futebol, uma paixão nacional*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CARONE, Edgard. *Introdução ao estudo do movimento operário no Brasil – 1877-1944*: ensaios de opinião. São Paulo: [*s. n.*], 1979.

COELHO NETO, Paulo. *O fluminense na intimidade*. Rio de Janeiro: Fluminense Football Club, 1969.

ETCHEGARAY, Victor. O papel do Fluminense no advento dos esportes terrestres no Rio de Janeiro. *Fluminense Football Club*, Rio de Janeiro, n. 40, 17 jun. 1932.

HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. *Lance de sorte*: o futebol e o jogo do bicho na Belle Époque. Rio de Janeiro: Diadorim, 1992.

MALAIA, João Manuel C. O futebol na cidade do Rio de Janeiro: microcosmo dos mecanismos de poder e exclusão no processo de urbanização das cidades brasileiras (1901-1933)". *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19., 2008, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: ANPUH/SP – USP, 2008.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. São Paulo: Cia Das Letras, 1993.

MARIVOET, Salomé. Inclusão social no e pelo desporto: um desafio do século XXI. *In:* PINTO, Paulo Mendes (coord.). *Olímpico*: os jogos num percurso de valores e de significados. Porto: Edições Afrontamento, 2013. p. 91-98.

PEREIRA, Leonardo *Footballmania*: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. *As barricadas da saúde*: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro na Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PINTO, Antônio Carlos Pereira. *Quem quebrou a casa de meu pai*. Rio de Janeiro: Editora Comunità, 1984.

PINTO, Jorge Renato Pereira. *O ciclo do açúcar em Campos*. Campos: Ed. do Autor, 1995.

ROCHA, José da Silva. *Clube de Regatas Vasco da Gama*: histórico. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1975.

SANTANA, André Santos. *O sucesso na região de Campos*. 1984. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

SHIRTS, Matthew. Futebol no Brasil ou football in Brasil. *In*: SEBE, José; WITTER, José S. (org.). *Futebol e cultura*: coletânea de dados. São Paulo: Convênio IMESP/DAESP, 1982. p. 91-92.

29 de abril
Revista de História

À sombra da chaminé:
as conexões entre memória, esquecimento e ressentimento nas lembranças operárias de Telêmaco Borba (PR)

In the shadow of the chimney:
the connections between memory, forgetting and resentment in the workers' memories of Telêmaco Borba (PR)

Juliana de Oliveira Teixeira
Doutora em História (UFPR)

Resumo: Este trabalho propõe uma discussão teórica sobre as possíveis conexões entre memória, esquecimento e ressentimento nas lembranças dos trabalhadores de Telêmaco Borba (PR) – município organizado em torno da instalação da fábrica de papel e celulose das Indústrias Klabin do Paraná (IKPC) e sua company town, no decorrer das décadas de 1940 e 1950. A cidade, que assume como identidade metacoletiva o pioneirismo e o progresso fabril levados a cabo por "grandes homens", exalta o papel de engenheiros e diretores das IKPC, deixando à margem seu passado rural e a atuação decisiva dos operários em seu desenvolvimento e história. Diante disso, este artigo se debruça sobre as contribuições de Pierre Ansart, Joël Candau e Michael Pollak para refletir sobre a existência de memórias fracas e subterrâneas nas narrativas orais dos trabalhadores de Telêmaco Borba. Tais recordações, quando rompem a barreira do esquecimento, apresentam-se de forma fragmentada e ressentida.

Palavras-chave: História de Telêmaco Borba (PR), memória operária, esquecimento, ressentimento.

Abstract: This paper proposes a theoretical discussion on the possible connections between memory, forgetfulness and resentment in the memories of workers in Telêmaco Borba (PR) – a city organized around the installation of Indústrias Klabin do Paraná (IKPC), a paper and cellulose factory, and its company town, during the 1940s and 1950s. The city, which takes as its meta-collective identity the pioneering spirit and industrial progress carried out by "great men", exalts the role of engineers and directors of the IKPC, leaving its rural past to the sidelines and the decisive role of workers in their development and history. Therefore, this article focuses on the contributions of Pierre Ansart, Joël Candau and Michael Pollak to reflect on the existence of weak and subterranean memories in the oral narratives of Telêmaco Borba's workers. Such memories, when they break through the oblivion barrier, present themselves in a fragmented and resentful way.

Keywords: History of Telemaco Borba (PR), working memory, forgetfulness, resentment.

Introdução

> O interventor [Manoel Ribas] conhecia bem aquelas paragens. Para ele não era novidade o silêncio da noite nos campos, nem o levantar de manhãzinha, para cavalgar os dezoito quilômetros até Lagoa – ponto de parada e almoço. O lugar não tinha nenhuma lagoa, mas sim a casa de um ex-escravo, nascido e criado na fazenda desde os tempos do Barão do Monte Carmelo. Chamavam-no 'Pedro da Lagoa', porque sua casa quando chovia ficava no meio dum alagadiço. Povoara o local com mais de vinte filhos. Lúcido, contava aos visitantes dos últimos ataques dos bugres e dizia que nascera e se criara laçando touros e fazendo a marcação do gado na época de rodeio. Ia vender bois e cavalos do patrão em Ponta Grossa. Quando os senhores da primitiva Casa Grande abandonaram-na, Pedro da Lagoa foi escolher um lugar para viver sossegado. Jamais entenderia não ser ele o dono do rancho em que habitava, da rocinha que plantava e do pasto em que soltava seus animais. Os Klabin o conheceram e o deixaram viver em paz, até que morreu com mais de cem anos, entre filhos e netos que não se dispersaram. (FERNANDES, 1974, p.40)

O trecho acima, que faz parte do livro *Monte Alegre, cidade papel*, de Hellê Vellozo Fernandes (1974) é, aos olhos deste artigo, instigante sob vários aspectos. Primeiramente, porque é um componente dissonante dentro da obra – considerada a principal a versar sobre a história do município de Telêmaco Borba (PR)[20]. Neste, e em outros raros momentos de sua narrativa, a autora menciona brevemente a existência de um personagem que não carregava o sobrenome Klabin e que tampouco teve um papel político decisivo na formação da cidade. Pedro da Lagoa, descrito no livro como uma presença folclórica na região, é um resquício de um passado que a historiografia "oficial" de Telêmaco Borba fez questão de minimizar e, em última instância, esquecer. O posseiro que, segundo Fernandes (1974, p. 40), não era dono do rancho nem da rocinha em que morava há vários anos, teve a continuidade da sua vida e do seu cotidiano garantidos não por obra de suas mãos ou de sua vontade, mas pela benevolência dos novos senhores daquelas terras.

Refletir sobre as histórias e as memórias de Telêmaco Borba passa, necessariamente, pelos mesmos caminhos percorridos por Pedro da Lagoa em *Monte Alegre, cidade papel*. O município, que se considera industrial e que construiu sua identidade metacoletiva[21] em torno da instalação da

[20] Pertencente à região sul do Brasil, o Paraná divide seu território em 10 mesorregiões geográficas. Telêmaco Borba faz parte da mesorregião centro oriental, tendo divisa com os municípios de Ortigueira, Imbaú, Tibagi e Ventania. Curitiba, a capital paranaense, fica a 250 km de distância. Atualmente, Telêmaco Borba contabiliza uma população de 76.550 pessoas. Sua extensão territorial é de 1.382,86 km² e sua economia é baseada na atividade industrial e na prestação de serviços. Emancipada da Comarca de Tibagi em 21 de março de 1964, tem 53 anos de história como município.

[21] Opta-se por utilizar *memória metacoletiva* porque, neste artigo, adota-se as concepções de Joël Candau (2014) sobre o termo. Para o autor, é impossível pensar numa identidade e memória plenamente coletivas – ou seja, que sejam compartilhadas por todos os indivíduos pertencentes a um grupo. Tais ideias são desenvolvidas com maior cuidado no decorrer do texto.

fábrica de celulose e papel das Indústrias Klabin do Paraná (IKPC) na década de 1940, data o início de sua trajetória justamente quando o primeiro Klabin pôs os pés na região, guiado pelo então interventor do estado Manoel Ribas. Antes disso, a área da Fazenda Monte Alegre[22] até "existia" – mas engolida por narrativas de antigas hostilidades que pairavam sobre a mata de pinheirais. Fernandes (1974) descreve que antes mesmo dessas terras serem requeridas por José Félix da Silva[23], no século XVIII, já eram palco de brutalidades praticadas pelos "bugres selvagens" (ou "feroz gentio caingangue", como se refere a autora) que "assombravam" e "atacavam" os tropeiros[24] que ousavam passar por ali. Depois, o próprio José Félix seria responsável por propagar o terror na região, promovendo ataques violentos às tribos, no intuito de expulsá-las de suas terras. Em *Monte Alegre, cidade papel*, um desses conflitos é relatado com detalhes, porque aconteceu no centro de onde, futuramente, seria construída a *company town*[25] das IKPC.

> A tradição registra um espetáculo de crueldade sem par, no qual os selvagens foram encurralados num morrinho onde hoje é o Hospital e o Hotel Ikapê em Monte Alegre. Não foram respeitadas nem mulheres nem crianças. O sangue empapou a relva e correu em filetes para as águas do riozinho próximo. Os cadáveres ficaram amontoados e por muitos dias os corvos sobrevoaram os corpos insepultos. Desde então, o rio e toda a região passou a chamar-se Mortandade, nome que só foi mudado 150 anos depois. (FERNANDES, 1974, p.19-20).

[22] Fazenda Monte Alegre foi o nome dado à região por José Félix da Silva, no século XVIII. Tal nomenclatura foi bastante utilizada para designar aquelas terras, inclusive quando já estavam sob a posse da família Klabin. O nome Telêmaco Borba só passou a ser adotado depois da emancipação do município da comarca de Tibagi, na década de 1960.

[23] José Félix da Silva foi um dos grandes proprietários de terras dos Campos Gerais do Paraná. Possuidor da patente de tenente-coronel de Milícias, comandou diversas expedições exploratórias na região. Em uma dessas expedições, encontrou diamantes no rio Tibagi. De acordo com Lúcio Tadeu Mota (1996, p.196), "essas descobertas explicam o rápido enriquecimento de José Félix da Silva, dono da Fazenda Fortaleza e de muitas outras na região de Castro e Tibagi." O tenente-coronel também foi um grande senhor de escravos. Segundo Cacilda Machado (2008, p.52), em 1817, José Félix "possuía 92 cativos divididos em três fazendas, o que dá uma média de 30 escravos por unidade produtiva". Por fim, o proprietário de terras ainda ficou conhecido por seus problemas familiares, relatados no livro *O Drama da Fazenda Fortaleza*, de David Carneiro, publicado em 1941.

[24] As terras na região de Telêmaco Borba e dos Campos Gerais do Paraná, propícias para o desenvolvimento da pecuária, foram pontos de parada na rota dos tropeiros que levavam gado e muares do Rio Grande do Sul para o abastecimento dos estados de São Paulo e Minas Gerais nos primeiros anos do século XVIII.

[25] Marcelo J. Borges e Susana B. Torres (2012) atrelam o surgimento das *company towns* à necessidade de atrair e fixar trabalhadores próximos a áreas isoladas e sem acesso a centros urbanos já estabelecidos. As primeiras cidades-empresa foram fundadas na Europa e nos Estados Unidos durante a Revolução Industrial. Com a expansão da industrialização e do capital, novos lugares também passaram a abrigar esse tipo de empreendimento. Obviamente, cada *company town* – para além desse aspecto básico – guarda suas próprias especificidades e contextos.

Não por coincidência, o nome Mortandade foi alterado por um membro da família Klabin, Ema. Achando-o funesto demais, Ema declarou que, para dar mais sorte e afastar a lenda de lugar mal-assombrado, o rio passaria a ser chamado de Harmonia. Era mais uma demonstração da benevolência (e da racionalidade e do sentimento de progresso) dos Klabin. E esses aspectos com relação à fábrica e os seus proprietários cresceram junto ao desenvolvimento da região e sua emancipação do município de Tibagi. Se antes havia a tutela dos pequenos posseiros e sitiantes como Pedro da Lagoa, depois, foi a vez dos trabalhadores (tanto os da indústria quanto aqueles que se dedicavam a outras atividades) experimentar esse "afago". Uma memória grata foi construída, principalmente entre os velhos de Telêmaco Borba, que veem na fábrica uma espécie de autoridade a quem devem respeito. A citação abaixo é de A.L.M.[26], homem de 76 anos, nascido na região de Ortigueira (PR). Ele e a família se mudaram para a Fazenda Monte Alegre quando a indústria ainda estava em construção. Apesar de nunca ter trabalhado nos pátios e máquinas da fábrica (A.L.M. é fotógrafo), a gratidão à Klabin fica evidente em suas colocações:

> *A.L.M:* Então é o que eu digo: eu acho que a gente deve tudo e mais um pouco pra Klabin. A pessoa que mora aqui em Telêmaco Borba e tem uma propriedade aqui, ele tem por obrigação de todo dia cedo levantar e saí correndo tudo, pode ser mesmo se ele tiver só de cueca, ele vai correndo. Chega lá no bonde aéreo e olha na ponta daquele chaminé: se tiver saindo fumaça, ele tem que ajoelhar e agradecer a Deus.... Porque a hora que parar de sair fumaça, acaba a cidade. (A.L.M., 2012).

O conjunto de objetos de estudo que essas poucas inserções da história e memória metacoletivas do município são capazes de fomentar fica evidente. As tensões entre capital e trabalho, as adesões e resistências dos trabalhadores às memórias e identidades metacoletivas compõem a complexa trama de sentidos de Telêmaco Borba. Qual seria a melhor maneira, então, de observar essa trama?

É essa questão que este artigo tenta solucionar ao propor uma discussão teórica que conecte memória, esquecimento e ressentimento. Lançando mão das narrativas orais dos próprios trabalhadores como catalisadoras de reflexões, debruçamo-nos sobre os conceitos apresentados por Pierre Ansart, Joël Candau e Michael Pollak para que nos auxiliem a analisar as estruturas memoriais da cidade e os sentimentos inerentes a essas mesmas estruturas. De maneira particular,

[26] Entrevista concedida à pesquisadora, na residência do entrevistado, no dia 9 de julho de 2012, em Telêmaco Borba (PR). Na ocasião, o objetivo da conversa era levantar dados para a pesquisa de Mestrado desta autora.

destacamos os ressentimentos, principalmente pelo "choque de desenvolvimento modernizador" imposto à região, composta majoritariamente por uma população rural pouco alfabetizada. Frente ao "progresso" e a negação das antigas tradições, o movimento desses trabalhadores foi de interiorização do sentimento de perda, externalizando-o em forma de humildade resignada e gratidão.

São, portanto, esses aspectos que irão guiar o desenvolvimento deste texto daqui em diante. Primeiramente, apresentamos o referencial teórico que dá respaldo à ideia de sentimentos como parte fundamental da história. Depois, expomos o conceito de ressentimento para associá-lo à ação da memória e do esquecimento. Finalmente, relacionando história, memória e as narrativas orais dos trabalhadores, esperamos contribuir efetivamente para o debate da história dos operários de Telêmaco Borba, oferecendo uma nova possibilidade historiográfica à cidade.

Sentimentos e história: uma aproximação possível

Cada momento da vida social e política é marcado pela difusão de múltiplas mensagens que têm por objetivo influenciar aproximações e distanciamentos; esperanças e medos; sentimentos positivos e negativos, de acordo com as pretensões das instituições ou dos heróis da cena política. Assim, toda situação que tenha lugar nos diferentes meios sociais é acompanhada de atitudes afetivas diversas, sejam elas homogêneas ou conflituais. No entanto, essa dimensão é comumente negligenciada pelos estudos das ciências sociais, calcados em parâmetros positivistas.

Dentro dessa ciência positivista, a importância das paixões políticas só é reconhecida em casos especiais, quando é impossível negá-la – como nas revoltas e revoluções, por exemplo. Essa atitude de dar relevância à afetividade somente nos seus períodos de alta intensidade cria a impressão de que em momentos menos violentos da história as paixões ficam adormecidas ou ausentes. Porém, é justamente nesses períodos não excepcionais que os afetos políticos se consolidam. É no cotidiano que se deve buscar o engendramento das paixões políticas.

> Plutôt que de reprendre l'analyse des situations excepcionnelles (violence politique... terrorisme) où les passions politiques prennent un relief qui les rend très apparentes, il paraît opportun de considérer aussi les caractères familiers des sensibilités; c'est peut-être

> à partir de ces phénomènes quotidiens que l'on pourra mieux comprendre le surgissement des affectivités violentes.[27] (ANSART, 1983, p.26).

A despeito do pouco interesse das ciências positivistas com relação às afetividades cotidianas, grandes teóricos e filósofos estavam muito mais atentos à dimensão sensível da história e à necessidade de encontrar meios para analisá-la. Usando como exemplo colocações de Karl Marx e Alexis de Tocqueville, Pierre Ansart (1983, p.15) se pergunta o por que desses analistas se preocuparem com esse âmbito da prática sócio-política, apesar da complexidade de refleti-la na sua gama infinda e sutil de sensibilidades. A conclusão a que chega é de que a afetividade coletiva não é somente uma dimensão da vida cotidiana e um aspecto da trajetória individual, mas uma dimensão da realidade histórica. "[...] on ne saurait achever l'analyse d'une situation politique sans prendre en compte ces sentiments et ces passions qui soutiennent en permanence les relations, les conflits, les compromis politiques."[28]

Tomando, portanto, as paixões políticas como uma dimensão da realidade histórica, é preciso estudar a produção desses sentimentos em suas diferentes frentes, levando em consideração seus autores, seus meios e suas consequências. Para tanto, Ansart (1983) articula uma *teoria da sensibilidade política*, composta pela sociologia e ciências políticas; pela psicologia social; e pela psicanálise. Essas três ciências, isoladamente, não são capazes de compreender uma explosão de alegria ou de pânico, porém, em conjunto, podem repensar uma emoção coletiva.

A *teoria da sensibilidade política* guarda em si diferentes perspectivas, embasadas por estruturas sócio-afetivas. Se é possível evocar um sentimento político comum, é porque esse sentimento é interiorizado e sentido pelos indivíduos com múltiplos nuances, a partir de uma subjetividade que lhes é essencial. "C'est précisément dans cette sensibilité politique que se réalisera um type d'insertion du sujet dans le collectif, une articulation particulière de l'individuel et du social."[29] (ANSART, 1983, p.23). A hipótese das estruturas sócio-afetivas dá ênfase à relativa

[27] Tradução nossa: "Ao invés de repetir a análise de situações excepcionais (violência política... terrorismo) onde as paixões políticas ganham um relevo que as deixam muito aparentes, parece oportuno considerar também as características familiares das sensibilidades; é, talvez, a partir desses fenômenos cotidianos que se poderá melhor compreender o surgimento das afetividades violentas".
[28] Tradução nossa: "[...] não se pode encerrar a análise de uma situação política sem levar em conta esses sentimentos e essas paixões que sustentam permanentemente as relações, os conflitos, os compromissos políticos".
[29] Tradução nossa: "É precisamente nesta sensibilidade política que se realizará um tipo de inserção do sujeito no coletivo, uma articulação particular do individual e do social."

estabilidade, em um dado período e ambiente social, dos sentimentos políticos comuns que participam nas relações intragrupos, nas eventuais mobilizações e desmobilizações.

Todo grupo é regido por uma lógica afetiva, que pode se manifestar em dois sentidos: enquanto a *lógica dos sentimentos políticos* no seu próprio seio; e enquanto a *lógica dialética* que o separa e o une com outros grupos em conflito. No primeiro sentido do termo, há o tensionamento do sistema de adesões e de medos, que se renova no interior de um mesmo grupo e que forma seu regime de "sentimentos dominantes". Já no segundo sentido, coloca-se em evidência os elementos do sistema de oposição, no qual os afetos dos grupos rivais se opõem, se completam ou levam a uma ruptura.

> Cette seconde figure de la logique affective dans le domaine du politique s'illustre avec toute sa complexité dans le périodes de grand mutation sociale. Ainsi lorsque une elite dirigeante entreprend d'entraîner une population dans une développement rapide, les aspirations et les attachements des dirigeants entrent en conflit avec les respects et les attachements traditionnels. L'entreprise des modernisateurs […] se déploie dans des interactions passionnelles intenses où les initiatives concretes ou symboliques des dirigeants agressent les affects anciens, suscitent des effets et des contre-effets, provoquent ici la résistance et ailleurs l'adhésion alors que le consensus affectif était recherché.[30] (ANSART, 1983, p.25).

Certamente a lógica afetiva é importante em seus dois sentidos – e já é possível traçar alguns paralelos entre essas observações teóricas e o cenário de Telêmaco Borba. Enxergando a classe de trabalhadores rurais e os operários da região como um grupo, parte-se do princípio que ele tem seu regime de sentimentos dominantes. Entre adesões e medos, as afetividades cotidianas tiveram papel decisivo na construção e perpetuação de determinadas memórias intragrupais – algumas delas, inclusive, reverberam até os dias atuais. É nesse sentido que, mais adiante, discorremos sobre a noção de memórias fracas e memórias fortes.

Por outro lado, no âmbito *dialético* da lógica afetiva, vê-se um município que comporta em seu seio tanto o grupo trabalhador, citado acima, quanto o grupo dos dirigentes, responsáveis por encabeçar o projeto fabril. Fica evidente a existência de um sistema de oposição de afetos entre

[30] Tradução nossa: "Esta segunda figura da lógica afetiva no domínio da política se ilustra com toda sua complexidade nos períodos de grande mutação social. Assim, quando uma elite dirigente empreende a condução de uma população em um desenvolvimento rápido, as aspirações e as adesões dos dirigentes entram em conflito com os respeitos e as adesões tradicionais. O empreendimento dos modernizadores [...] se desdobra em interações passionais intensas onde as iniciativas concretas ou simbólicas dos dirigentes atacam os afetos antigos, suscitando efeitos e contra-efeitos, provocando resistência e também adesão enquanto o consenso afetivo é procurado".

"grupos rivais", principalmente quando se observa as décadas de 1940 e 1950, quando a indústria trouxe um "choque de desenvolvimento modernizador" (para usar as mesmas palavras de Ansart) à Fazenda Monte Alegre. É de se esperar que essa empreitada tenha provocado interações passionais intensas, tanto de resistência quanto de adesão.

Neste ponto, em que se discute a *lógica afetiva dialética*, é pertinente ainda trazer algumas considerações de Karl Marx. Apesar de ser comumente tachado de "economicista" dentro das ciências políticas, Marx sublinha o papel essencial dos afetos políticos em escritos como o *18 Brumário* e os *Manuscritos de 1844*. Parte-se, inicialmente, do sofrimento inerente ao proletariado, seu padecimento, miséria e degradação. Dentro do regime capitalista, pautado pela exploração da mais-valia, a resistência operária acaba sendo sua consequência direta, ainda que nem sempre evidente. Ela vem, justamente, do instinto natural de sobrevivência dos trabalhadores e dá origem às múltiplas formas da luta de classes.

Marx vai aprofundar ainda mais sua reflexão sobre a afetividade quando discorre sobre o Golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, na França, que levou Luis Bonaparte ao poder. Surpreso e, ao mesmo tempo, decepcionado pelo desenrolar dos acontecimentos franceses, Marx repensa os limites de uma explicação materialista das afeições políticas, dando espaço para a reflexão das mentalidades e tradições interiorizadas.

> [...] precisamente porque la vida politica es el mundo de los gestos y las frases, el mundo donde importan las palavras, es también el ámbito en que se concentran las pasiones, los miedos aterrorizadores y las esperanzas exaltadas. En ese ámbito van a surgir los mitos y las supersticiones, las creencias y las ilusiones, y en él van a imponerse con todo su peso los imaginarios cargados de afectividad. Y por ello los temores, las iras, los ódios tienen su verdadera función en la historia.[31] (ANSART, 1997, p.151)

Outro aspecto que cabe discutir é o exame marxista das configurações históricas e a maneira como elas ativam e usufruem dos sentimentos e das paixões. Há dois tipos de situações radicalmente opostas: no primeiro, os afetos participam do movimento da história, sustentando os atores e suas possibilidades; no segundo, os afetos desviam os atores da ação possível, inibindo-

[31] Tradução nossa: "Precisamente porque a vida política é o mundo dos gestos e das frases, o mundo onde importam as palavras, é também o âmbito em que se concentram as paixões, os medos aterrorizadores e as esperanças exaltadas. Nesse âmbito vão surgir os mitos, as superstições, as crenças e as ilusões, e nele vão se impor, com todo seu peso, os imaginários carregados de afetividade. E, através dele, os temores, as iras, os ódios têm sua verdadeira função na história."

os. Pode-se dizer que esse último cenário foi o dos campesinos franceses do século XIX que, contrariamente do que esperava Marx, não promoveram revolução alguma, apoiando a ascensão de Luis Bonaparte ao poder.

Como não se reconheciam como classe e tampouco tinham representação política, exerceram seu poder de voto buscando uma espécie de proteção, vinda de uma autoridade superior. Assim, pela transferência afetiva, encontraram em Luis Bonaparte a imagem de Napoleão I, bem como a crença de que aquele poderia devolver o brilho de épocas passadas. Essa associação tem uma *lógica afetiva* histórica bastante singular, pois o reinado de Napoleão I foi doloroso e destrutivo para os campesinos. No entanto, a memória metacoletiva conservou apenas o esplendor desses tempos ruins: "Esos recuerdos no tienen relación con la experiencia cotidiana de los campesinos de 1850, pero una memoria afectiva los alimenta e conserva."[32] (ANSART, 1997, p.155).

Certamente não seria prudente transpor de maneira integral e igualitária essa memória metacoletiva distorcida dos campesinos para os trabalhadores telemacoborbenses do século XX, mas nada impede que o caso francês seja usado de modelo para refletir sobre os sentimentos e paixões políticas do município paranaense. Apesar de todos os percalços, sofrimentos, doenças e degradação a que foram submetidos os trabalhadores da região, a memória metacoletiva tratou de conservar o desenvolvimento das Indústrias Klabin como esplendoroso e pautado unicamente pelo "progresso". Citações sobre a poluição da fábrica, por exemplo, foram esquecidas na historiografia "oficial", mas ainda caminham de maneira subterrânea[33] nas lembranças dos velhos da cidade.

M.D.C.[34], mulher de 79 anos, mora em Telêmaco Borba desde os 7. Seus pais decidiram se mudar de Ponta Grossa (PR) para a região com o intuito de auxiliar no empreendimento hoteleiro da família que já existia na *company town*. Durante sua adolescência, M.D.C. teve que ser afastada

[32] Tradução nossa: "Essas recordações não têm relação com a experiência cotidiana dos campesinos de 1850, mas uma memória afetiva as alimenta e conserva."
[33] A ideia de memória subterrânea está na obra de Michael Pollak (1989). De acordo com o autor, a memória subterrânea é parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, que se opõem à uma "memória oficial". Ainda de acordo com ele, a história oral é capaz de ressaltar a importância dessas memórias subversivas que prosseguem em silêncio. Retoma-se a expressão memória subterrânea mais adiante.
[34] Entrevista concedida à pesquisadora, na residência da entrevistada, no dia 11 de julho de 2012, em Telêmaco Borba (PR). Na ocasião, o objetivo da conversa era levantar dados para a pesquisa de Mestrado desta autora.

da Fazenda Monte Alegre, porque ficou muito doente. O mal cheiro[35] da indústria foi apontado como o responsável por seu padecimento na época:

> *M.D.C.*: Quando eu terminei o 4° ano aqui mesmo [na Fazenda Monte Alegre], eu fiquei bem doente. Daí o doutor Marcola, que era o médico de lá [da *company town*], ele mandou mamãe me tirar de lá, senão eu ia morrer. Daí eu fiquei dois anos interna no colégio em Piraí [do Sul].
> *Juliana*: Nossa! E você ficou doente por quê? Sabem?
> *M.D.C*: Fiquei doente, tipo de uma anemia, então... O cheiro da Klabin me fazia muito mal, sabe? Então fiquei lá, fiz tratamento também, daí melhorei.
> *Juliana*: Aí voltou?
> *M.D.C.*: Voltei!
> *Juliana*: Aí nunca mais teve problema com o cheiro da Klabin?
> *M.D.C*: Não. Agora acostumou. (M.D.C., 2012).

Mesmo com as complicações em sua saúde, M.D.C também tem uma memória grata – principalmente pelas oportunidades que a construção da indústria deu para o negócio hoteleiro de sua família. Que tipo de sentimento carrega essa memória grata? E mais: essas lembranças não seriam o reflexo de uma afetividade reprimida, ou de tradições antigas negadas em detrimento de novas paixões? Não seria, talvez, um ódio recalcado contra a indústria que lhe causou anemia, ou contra os novos proprietários que reclamaram a terra onde morava e, ao mesmo tempo, lhe diminuíram a importância "deixando-o viver em paz"? As respostas dessas perguntas ainda não estão dadas, mas apontam para a existência de ressentimentos que cercam as histórias e memórias de Telêmaco Borba.

Estudar os ressentimentos é uma dificuldade permanente das ciências históricas, pois representam os rancores, os fantasmas da morte e os desejos de vingança. É a parte sombria, inquietante e terrificante da história que pode assumir diferentes nuances, às vezes, contraditórios.

> A dificuldade é redobrada quando se trata não somente de analisar os ódios, mas de compreender e explicar aquilo que precisamente não é dito, não é proclamado; aquilo que é negado e que se constitui, entretanto, como um móbil das atitudes, concepções e percepções sociais. O objeto esquiva-se; é preciso formular a hipótese de sua importância e reconstruir o invisível que, se não é totalmente inconsciente, ao menos em parte não é consciente. É preciso formular a hipótese do papel do inconsciente na política, hipótese audaciosa em seu princípio e em suas realizações. (ANSART, 2004, p.29).

[35] O mal cheiro da Klabin (e de outras indústrias de celulose) é um subproduto do processo de produção da celulose. Durante sua fabricação, a madeira é cozida com o auxílio do *licor branco* (hidróxido de sódio e sulfeto de sódio) – e a interação desta substância com a madeira libera um odor característico, semelhante ao cheiro de enxofre.

A partir do estudo dos indícios, dos signos e dos traços dos costumes e dos usos da vida cotidiana, o historiador deve transformar as linguagens e os modos de comunicação em sintomas dos ressentimentos. Fazendo isso, a atividade histórica passa a se situar nas fronteiras do conhecível, no limiar dos conhecimentos seguros. "[...] o estudo e a consideração dos ressentimentos nos conduzem necessariamente a estas zonas confusas e, em parte, incertas." (ANSART, 2004, p.30).

Os ressentimentos

Pertence a Nietzsche a noção inicial de ressentimento desdobrada em diferentes situações históricas, que guardam entre si a característica de sublevação dos inferiores, de sublevação dos escravos contra os dominadores. O ódio, a inveja, o ciúme assassino e o desejo de vingança são descritos pelo filósofo não em sua aceitação e realização, mas em sua interiorização e denegação. Interiorizados e recalcados, esses sentimentos se metamorfoseiam em valor positivo: a inferioridade se transforma em humildade resignada, a fraqueza se disfarça em amor da justiça e o ódio recalcado se torna ódio de si mesmo.

Para Nietzsche, o ressentimento é um *habitus* da civilização judaico-cristã e a origem da decadência das sociedades ocidentais. Scheler, partindo das proposições nietzschianas, retém somente o significado do conceito de ressentimento destas, estendendo-o a diversas civilizações. Merton, por fim, transforma a definição de ressentimento num conjunto de sentimentos, onde o ódio e o desejo de vingança dividem espaço com a experiência continuada da impotência rancorosa.

Apoiando-se nas definições dos três estudiosos anteriores, Ansart (2004) faz algumas complementações, principalmente no sentido de ampliar as formas de ressentimento – é necessário falar de ressentimentos no plural, pois eles podem acontecer em intensidades e graus distintos. É nesse sentido que ele chama atenção, por exemplo, aos possíveis ressentimentos dos dominadores contra os dominados, acrescentando um novo âmbito às ideias de Nietzsche. Para além do recalque, os ressentimentos também servem de fator aglutinador, gerando uma solidariedade afetiva.

Os ressentimentos, enfim, manifestam-se de múltiplas maneiras, inclusive dentro dos regimes democráticos pluralistas. É uma forma de afetividade, de paixão política, que caminha, muitas vezes, no andar subterrâneo da vida cotidiana, dando-se a ver somente em alguns momentos;

oferecendo apenas seus rastros. Se, para ser capaz de captar esses sutis indícios o historiador deve dominar a *teoria da sensibilidade política* e suas estruturas sócio-afetivas, também é fundamental que saiba refletir e problematizar as memórias e os esquecimentos com que entra em contato. Por essa razão, após a introdução da ideia de sentimentos (e ressentimentos) na história, partimos para os questionamentos a respeito dos atos de lembrar e esquecer, e a maneira como eles podem auxiliar nesta delicada tarefa de enxergar a história por entre o fino e opaco véu das afetividades.

Do individual ao coletivo: como pensamos a memória?

Ao falarmos de memória, falamos, necessariamente, de identidade – ambas estão indissoluvelmente ligadas. Memória e identidade se conjugam, se alimentam e se apoiam para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito ou uma narrativa. Por isso, buscas memoriais são sempre acompanhadas de um sentimento de identidade; da mesma forma que buscas identitárias não existem sem memória.

> Se a memória é 'geradora' de identidade, no sentido que participa de sua construção, essa identidade, por outro lado, molda predisposições que vão levar os indivíduos a 'incorporar' certos aspectos particulares do passado, a fazer escolhas memoriais [...] que dependem da representação que ele faz de sua própria identidade, construída 'no interior de uma lembrança'. (CANDAU, 2014, p.19).

Posta essa conexão, é possível pensá-la além do âmbito individual? Ou seja, é pertinente pensar em memórias e identidades coletivas? Apesar de muitos pesquisadores não cogitarem essa possibilidade – para eles os níveis coletivos existem sem qualquer tipo de dúvida – neste texto adotamos a mesma perspectiva de Joël Candau (2014), cujo objetivo é justamente analisar como passamos de formas individuais a formas coletivas de memória e identidade sem partir das retóricas holistas. Dessa forma, é preciso relativizar alguns termos, como "memória coletiva", pois, para afirmá-los seria necessário contar com o acesso irrestrito a todas as memórias que compõem um determinado grupo – uma utopia difícil de alcançar.

A despeito da dificuldade de estabelecer a chancela da "memória coletiva" em certas lembranças, pensar em recordações que sejam, pelo menos, comuns a maioria dos indivíduos de uma dada sociedade é fundamental para algumas pesquisas. No caso de Telêmaco Borba, por exemplo, só será plausível falar em memórias ressentidas entre a classe de trabalhadores com

relação à fábrica se elas forem localizadas em um conjunto de indivíduos. Para tanto, antes de se fazer qualquer generalização, é premissa básica entender o nível individual do ato de memória para, então, tentar ultrapassá-lo.

Candau (2014) propõe uma taxonomia das manifestações da memória individual dividida em três âmbitos: *protomemória*, *memória* e *metamemória*. A *protomemória* é uma memória de baixo nível, que acontece na penumbra diferente do automatismo, mas onde o exercício do julgamento não é realizado. É uma memória imperceptível, sem tomada de consciência; é onde estão introjetados os costumes no espírito sem que neles se pense ou se duvide. Já a *memória* é de alto nível e compreende uma memória de recordação ou reconhecimento; é a evocação deliberada ou a invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma "memória enciclopédia". "A *memória* de alto nível, feita igualmente de esquecimento, pode beneficiar-se de extensões artificiais que derivam do fenômeno geral de expansão da memória." (CANDAU, 2014, p.23, grifo meu). Por fim, a *metamemória* é a representação que cada indivíduo faz da sua própria memória; é o conhecimento que tem dela e o que diz dela. É aqui que se dá a construção explícita da identidade, pois a *metamemória* é uma memória reivindicada e ostensiva.

Conhecer esses três âmbitos é importante porque, muitas vezes, aquilo que se chama comumente de "memória coletiva", aos moldes de Maurice Halbwachs[36], é, na verdade, uma forma de *metamemória*, "quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo". (CANDAU, 2014, p.24). Além de relativizar a ideia de uma memória comum que é compartilhada, não se pode esquecer que há divergências entre as lembranças manifestadas verbalmente ou transcritas e as lembranças propriamente ditas – estas últimas tem conteúdo incerto, inclusive para aqueles que as detêm. Dessa forma, cada lembrança manifestada é somente a expressão parcial entre tantas outras possíveis, e

[36] Para Halbwachs (2004), uma memória coletiva se forma a partir de laços de convivência familiar, escolares, profissionais etc. Além de entreter a memória dos membros de um determinado grupo, a memória coletiva acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Ou seja, a memória coletiva é formada no interior de um determinado grupo, ou comunidade afetiva, tirando daí sua força e relevância. "No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com os outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social." (HALBWACHS, 2004, p.55).

"toda tentativa de descrever a memória comum a todos os membros de um grupo a partir de suas lembranças, em um dado momento de suas vidas, é reducionista, pois ela deixa na sombra aquilo que não é compartilhado." (CANDAU, 2014, p.34).

Aqui é pertinente fazer algumas conexões e reafirmar o quão perigoso é recorrer a termos retóricos holísticos. Se a tentativa de descrever uma memória comum é reducionista, mais falha será ainda se vier associada à ideia das afetividades e dos ressentimentos. Se estes repousam no limiar na consciência e, na maior parte do tempo, ficam apenas à espreita, assumir sem qualquer tipo de ressalva o conceito de "memória coletiva" é paradoxal, pois os traços ressentidos estão justamente nas lembranças que ficam na sombra. Daí a dupla exigência à sensibilidade apurada e à reflexão contínua do historiador que pretende adentrar esses campos.

Por essas razões, este artigo, assumindo a existência da *metamemória*, não utiliza o conceito de "memória coletiva" de Halbwachs (2004) – preferindo se apoiar em outra concepção elaborada por este mesmo autor: os quadros sociais da memória. Trata-se de uma escolha teórica que, enquanto rechaça a crença do alcance total das lembranças de um grupo, não nega que as recordações são irrigadas por uma corrente de pensamento social.

> Nesse sentido, observa Danièle Hervieu-Léger, a memória coletiva 'funciona como uma instância de regulação da lembrança individual'. Os quadros sociais facilitam tanto a memorização como a evocação (ou o esquecimento) – 'podemos nos apoiar sobre a memória dos outros' – os orientam, conferindo-lhes uma 'luz de sentido' comandada pela visão de mundo atual da sociedade considerada. Nisso toda a memória é social, mas não necessariamente coletiva – e em alguns casos e apenas sob certas condições se produzem 'interferências coletivas' que permitem a abertura recíproca, a inter-relação, a interpenetração e a concordância mais ou menos profunda de memórias individuais. (CANDAU, 2014, p.49).

Postas as opções elencadas por este texto com relação às diferentes teorias memorais individuais e coletivas, partimos para as noções de memórias fortes e fracas de Candau (2014) e para a inter-relação destas com o esquecimento.

Considerações finais: sobre memórias fortes, memórias fracas e esquecimento

Mesmo admitindo o traço essencialmente idiossincrático da memória, Candau (2014) admite que, sob certas condições sociais, estados mentais podem ser compartilhados pelos

membros de um grupo, constituindo representações[37] que, repetidas diversas vezes, tornam-se culturais. A memória, enquanto organizadora dessas representações culturais, pode ter um efeito forte ou um efeito fraco. Uma memória forte é massiva, coerente, compacta e profunda; ela impõe-se a maioria dos indivíduos de um grupo e atua de forma organizadora – ou seja, é uma dimensão importante da estruturação do grupo e da representação de sua identidade. Já uma memória fraca não tem contornos bem definidos, sendo difusa e superficial. Seu compartilhamento é mais difícil e, por isso mesmo, constitui uma identidade coletiva relativamente inatingível.

Tomando Telêmaco Borba e seu grupo de trabalhadores rurais e operários como exemplo, pode-se delimitar memórias fortes e fracas. A identidade essencialmente fabril, calcada no "progresso" e no respeito inquestionável à fábrica e aos seus proprietários (compreendida como memória grata neste texto) certamente é derivada de uma memória forte e organizadora. Das entrevistas realizadas com os velhos da cidade, a maioria verbalizou lembranças de exaltação à indústria e ao desenvolvimento da região, demonstrando seu caráter sólido e estruturante. Por outro lado, a existência da humildade resignada e do ódio recalcado (classificados de memórias ressentidas) entre esse mesmo grupo se encaixa na noção de memória fraca, pois sua transmissão é difusa e difícil de detectar. É como se as fortes memórias gratas lançassem uma "cortina de fumaça", camuflando as recordações ressentidas e relegando-as ao esquecimento. A tentativa, porém, não é efetiva, pois o mesmo esquecimento que silencia é o que permite que o ressentimento seja propagado veladamente e que caminhe subterraneamente pelas histórias da cidade.

Comumente visto como inimigo da memória, o esquecimento é objeto de medo e tentação. Sua existência intrínseca a da lembrança deixa claro que, se a mente humana é porosa ao esquecimento, é porque ali encontra um abrigo – funcionando como um elemento tranquilizador que pode acalmar a dor e dar alívio à memória.

> A memória esquecida, por consequência, não é sempre um campo de ruínas, pois ela pode ser um canteiro de obras. O esquecimento não é sempre uma fragilidade da memória, um fracasso da restituição do passado. Ele pode ser o êxito de uma censura indispensável à estabilidade e à coerência da representação que um indivíduo ou os membros de um grupo fazem de si próprios. [...] 'Esquecer é uma necessidade', escrevia Lucien Febvre, 'para os grupos e sociedades que desejam viver' e não se deixar esmagar 'por esse peso formidável' de fatos herdados. (CANDAU, 2014, p.127).

[37] Candau (2014) define uma representação cultural como um conjunto de representações mentais e públicas. Cada versão mental é o produto da interpretação de uma representação pública, que é ela própria a expressão uma representação mental.

Vendo o esquecimento como um "canteiro de obras" e, mais, como uma censura indispensável à estabilidade representacional que membros de um grupo fazem de si mesmos, delineiam-se os motivos pelos quais o "progresso" e a exaltação às Indústrias Klabin põem na sombra as memórias hostis do violento passado escravagista telemacoborbense e as lembranças e representações dos operários assolados pelo "movimento modernizador". Certamente, lidar com a dor, com "o sangue que empapou a relva", com as desapropriações de terra, com as jornadas extenuantes de 12 horas de trabalho e com as agruras da poluição traz um "peso formidável" e a consequente renúncia desses fatos herdados.

A insistência, porém, de retirá-los da formação identitária metacoletiva de Telêmaco Borba, não é capaz de apagá-los. O silêncio e a negação não significam sempre uma perda irrecuperável – há coisas que resistem ao esquecimento, pois nenhuma amnésia é absoluta e definitiva. "Encerradas nas estruturas profundas e obscuras da personalidade, as lembranças esquecidas permanecem em reserva, força perigosa e imprevisível que pode vir a assolar a identidade do sujeito se, por azar, ele baixar a guarda e enfraquecer suas resistências." (CANDAU, 2014, p.128).

Neste ponto, propõe-se, então, pensar as lembranças esquecidas, que estão em reserva e à espreita, como memórias fracas – existentes entre os membros de um determinado grupo, mas relativamente inatingíveis. E, quando as aproximamos dos ressentimentos, elas se tornam ainda mais palpáveis, pois a obrigação do esquecimento acaba tornando-as inesquecíveis.

É quase por este caminho que segue Michael Pollak (1989), apesar de não usar as mesmas reflexões teóricas de Candau (2014). De acordo com Pollak (1989), há memórias que são subterrâneas, que ficaram de fora da "memória oficial" por serem proibidas, indizíveis ou vergonhosas. Marginalizadas, essas lembranças são transmitidas somente no quadro familiar, em associações, ou em redes de sociabilidade afetiva. São, portanto, cuidadosamente guardadas em estruturas de comunicação informais, passando despercebidas pela sociedade como um todo. O problema é que, a longo prazo, essas memórias clandestinas podem desaparecer, esperando o dia em que possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passarem de não-ditas à contestação e reivindicação.

Retomamos, aqui, a questão da poluição e sua existência memorial subterrânea em Telêmaco Borba. Além de M.D.C, A.F.A.[38], homem e primeiro médico a clinicar fora da tutela das IKPC, foi o único a tocar nesta questão. A.F.A. chegou à região da Fazenda Monte Alegre em 1957 e até 1960 trabalhou no hospital da *company town*. Depois de pedir demissão, resolveu investir em um consultório próprio, instalado no loteamento que começava a crescer "fora da jurisdição da fábrica[39]". O médico carrega um ressentimento aparente contra a Klabin e seus dirigentes em sua narração, pois, de acordo com ele, foi perseguido pela indústria que o via como concorrente. A.F.A., inclusive, citou campanhas difamatórias que eram movidas contra seu trabalho e sua casa de saúde, chamada de "açougue" pelos inimigos. Por esses motivos, talvez, não hesitou em discorrer longamente sobre os problemas respiratórios e de saneamento provocados pelo "progresso":

> *Juliana*: E como é que era a rotina do hospital? Tinha algum caso, algum tipo de doença que era mais comum, ou não?
> *A.F.A.*: No começo, quando a cidade não tinha asfalto, como tinha muito veículo da Klabin, caminhão transportando madeira, levantava muita poeira. Isso aqui era uma nuvem de poeira a vida inteira, de dia e de noite. E isso criava muitas doenças respiratórias, principalmente em criança. Então a gente tinha um número absurdo de criança com bronquite, com asma, com pneumonia, com gripe e tudo... Também no começo da cidade, a água que vinha pra cidade era uma água, não era tratada, vinha do arroio dum riacho que tem aí, não era tratada era uma água poluída, né? Contaminada, e isso dava uma quantidade de diarreia enorme, e aí não era só em criança, era em todo mundo. Depois veio o asfalto, acabou a poeira, né? Ainda tem porque as estradas da região, fora da cidade, ainda têm estrada de terra e os caminhões continuam, então isso vem... E a poluição da Klabin que diminuiu muito, mas ainda tem. E quando a água passou a ser tratada... Então diminuíram os casos de bronquite, de asma, diminuiu drasticamente o problema de diarreia. Porque a diarreia terminava matando por desidratação. [...] [Os] Níveis de saúde que melhoraram no município, esse é um trabalho dos prefeitos, da própria Klabin mesmo, que fez diminuir bastante o problema da poluição, que tinha bastante. Mas se você nasceu aqui você deve se lembrar do tempo que cheirava isso, né? Você se lembra, né? Tinha dias que a gente não aguentava o cheiro, né? O cheiro praticamente acabou, né?
> *Juliana*: É verdade.
> *A.F.A.*: Eu que estou fora, quando chego às vezes sinto um pouquinho.

[38] Entrevista concedida à pesquisadora, na residência do irmão mais novo de A.F.A., no dia 18 de julho de 2012, em Telêmaco Borba (PR). Na ocasião, o objetivo da conversa era levantar dados para a pesquisa de Mestrado desta autora.
[39] O primeiro loteamento de casas fora da *company town* das IKPC foi chamado de Cidade Nova, e ficava na margem oposta do rio Tibagi. Optamos por usar as aspas pois, mesmo estando fora da Fazenda Monte Alegre, a Cidade Nova foi projetada por um dos proprietários da indústria, Horácio Klabin. Ainda na década de 1950, prevendo o colapso da infraestrutura da *company town* devido ao rápido aumento populacional, Horácio (então diretor geral do empreendimento) elaborou o projeto da Cidade Nova e apresentou aos demais sócios das IKPC. Diante da negativa do conselho em levar os planos do loteamento adiante, Horácio decidiu colocá-lo em prática sozinho, deixando a diretoria para tanto. Dessa forma, mesmo que a Cidade Nova fosse independente da *company town*, o era apenas virtualmente, uma vez que permanecia diretamente ligada à influência da família Klabin e de sua indústria.

Juliana: É, eu também.
A.F.A.: Mas as pessoas daqui não sentem... (A.F.A, 2012).

Há duas observações interessantes a se fazer sobre a narração do médico: a primeira é que, apesar de ser fonte constante de estudos históricos sobre a cidade, suas colocações sobre a poluição ainda não haviam sido registradas – ou seja, não tinham ganhado o espaço público, continuavam subterrâneas. A segunda é a ressalva de que o problema da poluição diminuiu bastante – ou seja, mesmo relatando os problemas de saúde relacionados às atividades da fábrica, A.F.A. não escapou à memória forte e organizadora da cidade. A Klabin poluiu, polui, mas ainda é aceitável.

É nesses moldes que as memórias fracas e ressentidas vêm à tona nas entrevistas realizadas com os velhos telemacoborbenses – sempre em um movimento de atacar e retrair, de criticar a atuação da fábrica e de, imediatamente, retirar a queixa. T.J.I.[40], mulher e dona de casa de 81 anos, morava em Telêmaco Borba desde 1951. Natural do estado de São Paulo, veio à cidade com o marido e os filhos, atraídos pela possibilidade de emprego. Desde os primeiros dias na Fazenda Monte Alegre, passou por várias dificuldades, pois a renda da família era baixa. Apesar de lembrar do passado com bom humor, em certos momentos de sua narrativa usava um tom preocupado e bastante solene, beirando a indignação. Nesses instantes, T.J.I. costumava alternar a suavidade da voz baixa com a dureza da voz alta, como no trecho transcrito abaixo. Quando questionada sobre a atuação dos hospitais na região, ela narrou o acidente de uma de suas filhas:

Juliana: E algum dos seus filhos ficou doente? Precisou de hospital? Como é que era quando ficava doente? Era difícil?
T.J.I.: Ficou doente. Ficou a minha filha, que sofreu um acidente. Ficou tempo na cama... Aquele doutor Ulisses, o doutor Feitosa, atenderam muito bem ela, só que ela ficou na casa, porque naquele tempo nem hospital não tinha.
Juliana: Ah, não tinha hospital ainda?
T.J.I.: Não tinha... Muito no começo, né? Era bem difícil. Tinha hospital pequeno assim. Tinha muita gente. Tinha o hospital da [*company town*] Harmonia, que lá já atendiam. Mas lá era mais pra turma da Klabin, né? Teve minha filha que ficou tempo, ficou quase um mês de cama. Caiu do caminhão, abriu a porta e ela caiu.
Juliana: Ah! Ela era pequenininha então?
T.J.I.: Ela tinha doze anos. Foi bem perturbado mas também teve horas boas. A vida é assim mesmo, né? Vocês, graças a Deus, nunca passaram mal com a sua mãe, porque o teu pai e a tua mãe já tudo trabalhavam, né? Tiveram uma vida assim mais fácil tudo, né? (T.J.I., 2012).

[40] Entrevista concedida à pesquisadora, na residência da entrevistada, no dia 11 de julho de 2012, em Telêmaco Borba (PR). Na ocasião, o objetivo da conversa era levantar dados para a pesquisa de Mestrado desta autora. T.J.I. faleceu um ano após a entrevista, em 2013.

T.J.I conferiu indignação à lembrança principalmente quando falou sobre a superlotação dos pequenos hospitais – o que fez com que sua filha precisasse ficar um mês de cama em casa. Além disso, narrou que o hospital da *company town*, o mais bem equipado da época e onde o médico A.F.A trabalhou por três anos, era "mais para a turma da Klabin", sugerindo que havia algum tipo de triagem no atendimento. Porém, ao mesmo tempo, assumiu um tom de resignação: "Foi bem perturbado mas também teve horas boas. A vida é assim mesmo, né?". Essa humildade resignada é um indício do ressentimento que Tereza carregava com relação à sua situação e sofrimento; no entanto, a aceitação de que "aquela era a vida" foi um tanto enviesada, porque imediatamente comparou as agruras que sofreu com a posição confortável que a entrevistadora deveria ter, retornando à mesma posição de inferioridade que experimentou em suas experiências.

A triagem no atendimento dos pacientes no hospital da *company town* das IKPC curiosamente também apareceu na narração de A.F.A, mesmo sem ser questionado sobre isso. De forma contundente, ele separou as características do "município da Klabin" (a *company town*), e do novo loteamento onde montou sua casa de saúde, carente de infraestrutura em vários níveis. No trecho abaixo, a pergunta feita era sobre as condições das estradas, porém, a resposta deixa ver a dicotomia feita entre "eles da Klabin" e "nós do loteamento":

> *Juliana*: As estradas como eram?
> *A.F.A.*: As estradas eram péssimas. Quer dizer, aqui dentro do município da Klabin não, as estradas eram boas. Eu, como médico aqui [do loteamento], eu atendia pouco pra lá, porque a Klabin sempre teve um corpo médico deles, pra atender o pessoal deles, da Klabin. Todas as estradas lá eram boas, mas as daqui eram péssimas. (A.F.A, 2012).

As duas passagens acima compartilham da mesma memória fraca e subterrânea sobre as dificuldades do atendimento hospitalar nas décadas de 50 e 60 e deixam entender que a indústria não fornecia assistência médica a todos e de maneira irrestrita, como relatam as bibliografias existentes sobre o município. Ambas também trazem pontuações ressentidas, por motivos diferentes, mas contundentes. São experiências distintas que provêm da lembrança de dois representantes da classe trabalhadora – um de posição reconhecida e ovacionada (médico), outra de um lugar que, muitas vezes, nem é visto como trabalho (dona-de-casa).

Essas recordações, portanto, são parte do mundo do trabalho que orbita em torno das Indústria Klabin e que, por determinadas formações identitárias e memoriais foi (e ainda é)

eclipsado na historiografia "oficial" da cidade. E, se o intuito é fazer com que essas lembranças ganhem o espaço público, tomem corpo e, enfim, tornem-se outra memória forte possível de Telêmaco Borba, são necessárias grande sensibilidade e atenção redobrada à subjetividade desses trabalhadores.

Referências bibliográficas

ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne: Editions L'Age d'Homme, 1983.

_____. *Los clinicos de las pasiones politicas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1997.

_____. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BORGES, Marcelo J.; TORRES, Susana B. *Company towns*: labor, space and power relations across time and continentes. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FERNANDES, Hellê Vellozo. *Monte Alegre*, cidade-papel. Curitiba: Edição da Autora, 1974.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

MACHADO, Cacilda. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. *Topoi*, v.9, n.17, jul.-dez. 2008, p.45-66.

MOTA, Lúcio Tadeu. A guerra de conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi. In: *Anais do V Encontro Regional de História* – ANPUH, Ponta Grossa, jul. 1996.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. ***Estudos Históricos***. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

Fontes orais

A.F.A. Entrevista concedida à pesquisadora na residência de A.A. Telêmaco Borba: 18 jul. 2012. (129'08''): gravação em áudio.

A.L.M. Entrevista concedida à pesquisadora na residência do entrevistado. Telêmaco Borba: 9 jul. 2012. (81'41''): gravação em áudio.

M.D.C. Entrevista concedida à pesquisadora na residência da entrevistada. Telêmaco Borba: 11 jul. 2012. (64'02''): gravação em áudio.

T.J.I. Entrevista concedida à pesquisadora na residência da entrevistada. Telêmaco Borba: 11 jul. 2012. (49’48’’): gravação em áudio.